

REVISTA  
**FILOSÓFICA**  
DE  
COIMBRA

vol. 25 - número 49 - março 2016

vol. 25 - número 49 - março 2016

Fundação Eng. António de Almeida



# A ‘ONTOLOGIA’ DE UM MESTRE CARMELITA CONIMBRICENSE DO SÉCULO XVIII

THE ONTOLOGY OF AN 18TH CENTURY  
COIMBRA CARMELITE MASTER

(EDIÇÃO DA PRIMEIRA PARTE DO MS. BGUC 2401)

JACOPO FRANCESCO FALÀ

**Resumo:** Apresenta-se a edição da primeira parte do ms. BGUC 2401, intitulada “Onthologia”. O manuscrito dá testemunho de um Curso de Metafísica, talvez da autoria de um mestre carmelita que poderá ter ensinado no Colégio de Nossa Senhora do Carmo de Coimbra, em meados do século XVIII.

**Palavras-chave:** Ontologia, Ordem do Carmo

**Abstract:** This paper presents the edition of the first part of the ms. BGUC 2401, intitled “Onthologia”. The manuscript contains a Course of Metaphysics, probably from a Carmelite *magister* who might have taught at Nossa Senhora do Carmo College in Coimbra, in the mid-18th century.

**Keywords:** Ontology, Carmelite Order

**Riassunto:** Viene qui presentata l’edizione della prima parte del manoscritto BGUC 2401, intitolata “Onthologia”. Si tratta di un Corso di Metafísica, probabilmente opera di un *magister* che insegnò presso il Collegio di Nossa Senhora do Carmo, a Coimbra, attorno alla metà del diciottesimo secolo.

**Parole chiave:** Ontologia, Ordine Carmelitano

## Introdução

- *Descrição do códice:*

O manuscrito BGUC 2401 é um códice em papel, que se apresenta num volume medindo 215x150 cm, com encadernação de cerneira, com 5 nervos

---

\* Doutorando em Filosofia (Universidade de Macerata); e-mail: francescojacopo@gmail.com

na lombada. Tem 225 fls., mais 3 fls. de guarda no princípio, mais 2 fls. de guarda no fim<sup>1</sup>. Em bom estado, não apresenta nem no papel, nem na tinta, graves imperfeições. O manuscrito é anónimo e não tem data.

• *Breve apresentação do conteúdo:*

O códice, em lingua latina, dá testemunho de um Curso de Metafísica, dividido em duas partes, ou seja em duas *disputationes*: a primeira, chamada *Onthologia*; a segunda, *Psychologia*. Na breve introdução ao texto, o autor explica, em primeiro lugar, o sentido do nome ‘metafísica’, como ciência que vai além dos limites físicos; ciência que aliás pode ser também designada ‘filosofia primeira’ ou ‘teologia natural’, porque trata das substâncias incorporais, ou seja Deus, a alma e os anjos. Além desta definição muito tradicional de metafísica, encontramos a proposta algo mais original de divisão em três partes desta ciência, chamadas: *onthologia*, *aethiologia* e *pneumatologia*. O “sujeito” da onthologia é o ente; o da etiologia, as causas que produzem o ente; o da pneumatologia, as substâncias espirituais, ou seja Deus e a alma. Por isso, esta última parte pode subdividir-se em *psychologia*, que trata da alma, e em *theologia natural*, que trata de Deus. Curiosamente, a anunciada estrutura da Metafísica não tem correspondência com o tratamento do tema por parte do autor, o qual não fala, no texto, nem da Etiologia, nem da Teologia Natural, reduzindo esta estrutura em quatro partes aos dois capítulos que constituem o Curso, sem quaisquer evidências do que ou a obra não está concluída, ou de que o manuscrito está inacabado, visto que o último parágrafo do mesmo Curso contém as saudações e os conselhos finais do autor para os seus alunos<sup>2</sup>. Ainda mais interessante é constatar como na divisão da ciência metafísica, assim como no próprio texto, é evidente a influência da *Metafísica* de Fortunato de Brixia, obra aliás citada no manuscrito, na qual a Metafísica é igualmente dividida em Ontologia e em Pneumatologia (com a ausência da Etiologia), com muitas partes de texto iguais ou parecidas, como resulta da comparação dos dois *incipit*<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> “Catálogo de manuscritos da Universidade de Coimbra, p. 40”, consultado em 19 de Junho de 2015. <http://bdigital.bg.uc.pt/cman/show.asp?i=2401>

<sup>2</sup> Ms. BGUC 2401, 225v: «Vos, modo, consodales appello, consodales, inquam, dilectissimi, mirabiles, nobili, gravique indole sane genitos, ut haec, quae vobis pro methaphysicis mei modulo ingenioli huc usque tradidi, accuratissime introspicatiis. Haec quidem non omnia sunt, sed talia tamen quibus vite expensis ad alia huc spectantia facillimam sternunt viam disciplinisque intricatioribus facem utillissimam praeferunt. In eas itaque agite, donec, fortunante Deo, supremum scientiarum imperium feliciter adpiscamini, comparetis».

<sup>3</sup> Ms. BGUC 2401, 225v: «Iam eam sapientiae partem aut scientiam illam suscipimus explicandam, quam Aristoteles sectatores ‘methaphysicam’ nuncuparunt, quasi scientiam transnaturalem et ultra physicos limites praetergressam; ‘primam phylosophiam’ plerique

Neste artigo, apresentamos a edição só da primeira parte, deixando a segunda para eventualmente outros estudos, considerando ser o capítulo sobre a Ontologia mais interessante, de um ponto de vista filosófico *sensu stricto*, do que o capítulo sobre a Psychologia, que consiste muitas vezes numa análise mais teológica do que propriamente filosófica, de temas como a imortalidade da alma, ou a separação e a subsistência da alma racional no que concerne ao corpo.

Nesta primeira parte, as questões abordadas são: a definição de ente (Introdução, pp. 2r-3r); a univocidade do conceito de ente no respeitante a Deus e à criatura, tema tipicamente escotista, e as relações entre o ente e as diferenças que contrai (cap. 1, pp. 4r-10r); os transcendentais: verdade, uno e bem (caps. 2-5, pp. 10r-34r); a natureza e os vários tipos de distinções metafísicas: distinção formal, ou *escotista*; distinção formal intencional *ex natura rei*, ou *baconista*; distinção virtual mínima (caps. 6-10, pp. 34r-79v); a identidade (cap. 11, pp. 79v-81v); a distinção entre existência e a essência (caps. 12-13, pp. 81v-97v); a substância (cap. 14, pp. 97v-120r); o acidente (cap. 15, pp. 120r-120v); a relação (cap. 16, pp. 121r-129v).

No concernente aos assuntos apontados, não encontramos ao longo do texto doutrinas de elevada qualidade filosófica, nem sequer muito originais. De facto, o Curso visava um público de jovens alunos, muito provavelmente

---

vocarunt; ‘theologiamque naturalem’ nonnulli dixerunt: substantias quippe incorporeas, animam nempe et angelos et ipsum Deum contemplatur. Solo rationis lumine ducta, hanc vero cujus nomen usitatissimum dicitur ‘methaphysica’, prorsus tripartendam objudicamus in ‘onthologiam’, ‘aethologiam’ et ‘pneumatologiam’. Prima, de ente generatim accepto agit, ejusdem affectiones, per mentem abstractas, expendit. Secunda, causas excultatur a quibus producitur ens. Postrema, spirituales substantias pertingit; earum indolem, existentiam atque operationes, sola ratione magistra, in actu ponit. Quoniam vero duae potissimum sunt spirituales substantiae, quae rationis viribus a nobis deprehendi valent: spiritus, scilicet, increatus et summus, ut Deus; intimus et creatus, ut anima et angelus. Pneumatologia aptissime distribuetur in ‘psychologiam’, quae de anima agit, et in ‘theologiam naturalem’, quae Deo praetractatur. Sic eas omnes methaphysica complectitur partes, nimirum: onthologiam, aethologiam, pneumatologiam, id est, psychologiam, atque naturalem theologiam»; Fortunatus a Brixia, *Phylosophia mentis methodice tractata atque ad usus academicos accommodata*, II, Brixia, 1749, p. 2: «Duae sunt Metaphysicae partes principes, Onthologia et Pneumatologia. Illa de ente generatim sumto disserit, ejusque affectiones per mentem abstractas expandit. Haec vero spirituales substantias ita scrutatur, ut earum naturam, existentiam atque operationes, sola naturali ratione facem praebente, in aperto ponat, nobisque exhibeat. Quoniam autem duae potissimum sunt substantiae spirituales, quae, naturae lumine, cognosci a nobis possunt, Deus scilicet et mens humana, ideo Pneumatologia in duas partes, nempe in Psychologiam, quae agit de mente humana, et in Theologiam naturalem, quae de Deo disserit, satis apte dividitur. Itaque tres nobis erunt partes Metaphysicae, quarum prima Onthologiam, secunda Psychologiam, postrema Theologia naturalem comprehendet».

fora do contexto universitário: a finalidade é em primeiro lugar didáctica, tratando-se apenas do conteúdo das aulas, e não de uma obra para publicação. Contudo, o Curso parece ter algum interesse enquanto exemplo de um curso de metafísica *in via Baconi*, ou seja de acordo com o ensino do teólogo inglês do século XIV João de Baconthorpe, um dos mais importantes pensadores e referência principal para a Ordem do Carmo.

• *Hipóteses sobre autoria e datação:*

A presença assim tão evidente do mestre carmelita, além de outras citações de autores da mesma Ordem, poderiam talvez sugerir uma associação do autor do Curso com a dita Ordem, considerando também o facto de ele chamar os alunos ‘*consodales*’<sup>4</sup>. Nomeadamente, no texto cita-se o insigne professor da Universidade de Coimbra e autor de obras de lógica, teologia e filosofia Manuel Inácio Coutinho, O. Carm. (? – 1769 ca.), qualificado com o adjectivo de ‘*clarissimus*’<sup>5</sup>. A proximidade com Coutinho, leva-nos a formular a hipótese de que o autor ensinasse no Colégio de Nossa Senhora do Carmo de Coimbra, embora sem termos propriamente evidências. Interessante notar as muitas referências do autor a uma obra de *Logica* de sua autoria, que foi provavelmente publicada<sup>6</sup>.

No respeitante à data, graças às muitas citações de autores, permitimo-

<sup>4</sup> Ms. BGUC 2401, 225v: «Vos, modo, consodales appello, consodales, inquam, dilectissimi [...]».

<sup>5</sup> Ms. BGUC 2401, 34r: «Subtilia utique de distinctionibus tradunt rigidiores scholastici, et maxime recentes baconistae, pro distinctionis constitutivo acriter disputantes. Si mihi tamen quod sentio fateri licet, utriusque baconistarum clarissimorum systematis prospiciendo monumenta, immo et Resoluti perspicua consulendo testimonia, calamo non nisi auro a clarissimo Coutinho inculcata [...]». Sobre Manuel Inácio Coutinho, veja-se Manuel Augusto Rodrigues, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*, vol. I, (Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 2003), 18-19. De autoria do Coutinho contam-se, entre outras, as obras *Compendium philosophico-theologicum pro diverso, et eodem ad tyrones Baconistas utilissimum juxta scripta doctoris resoluti Joannis Baconii philosophorum, et theologorum sui temporis principis* (1734); *Ars syllogistica sive commentaria in libros Aristotelis de interpretatione* (1739); *Integer philosophiae cursus juxta inconcussam, singularemque doctrinam Joannis Baconii* (1750).

<sup>6</sup> Ms. BGUC 2401, 3r: «Ens rationis, quod totum efficitur ab intellectu cogitante caeteras entis divisiones, jam in *Logicae* tractatu uberrime recitavimus»; p. 22v: «Sic veritas formalis, de qua fuse in *Logica* sermonem institui, est conformitas actus mentis judicantis ad rem prout est»; pp. 25r-25v: «Veritas formalis in conformitate actus cum objecto sita est, sicut ostensum fuit in *Logices* tractatu»; p. 26v: «Sic veritas est proprietate inseparabilis a re, concedo, quo diximus in *Logica* de veritate simplici idearum»; p. 106v: «Urget quidem argumentum adversus nostrum systemma, tenens in *Logica* aristotelicas cathogorias [...]».

-nos acertar o *terminus post quem*, que colocamos em meados do século XVIII. Isto por causa das referências à obra de Christian Wolff *Psychologia rationalis* (1734) e à já citada obra de Fortunato de Brixia *Phylosophia mentis methodice tractata atque ad usus academicos accommodata* (1742). Além disso, a perfeita correspondência das citações presentes no texto em relação à edição de Madrid da obra de Baconthorpe *Quaestiones in quatuor libros Sententiarum et Quodlibetales* (1754), talvez sugira que o autor compulsou esta edição, visto que cita os excertos de Baconthorpe pelo mesmo número de parágrafo constante da edição de Madrid, ao contrário do que acontece em outras edições, nas quais não encontramos a numeração de parágrafos, como p.e. a edição de Veneza (1526). Como *terminus ante quem*, caso seja correcta a hipótese da ligação do Curso com o Colégio carmelita de Coimbra, temos que propor o ano 1834, quando o decreto do 30 de Maio extinguiu as ordens religiosas em Portugal.

### Nota editorial

De um ponto de vista ortográfico, muitas palavras têm diferente grafia ao longo do texto. Às vezes, na mesma frase encontramos palavras escritas de maneiras diferentes: p.e., a palavra ‘caráter’, que aparece a primeira vez como ‘character’, e logo depois como ‘caracter’. São estes os únicos casos em que decidimo mudar a grafia sem evidenciá-lo. Pelo contrário, escrevemos da mesma forma todas as palavras que ao longo do texto aparecem com a mesma grafia. Quando interviemos no texto, assinalámos com parênteses rectos quando julgámos que algumas letras ou palavras tiveram de ser casadas, e com parênteses angulares quando achámos oportuno adicionar palavras ou letras. Segue a lista das palavras cuja grafia fica mudada sem que tal seja evidenciado no texto:

- quipe → quippe
- angellus → angelus
- difinire → definire
- inteligere → intelligere
- acceptus → acceptus
- opperare → operare
- nilmirum → nimirum
- cauza → causa
- major → maior
- recenssere → recensere
- attributtus → attributus
- incompletus → incompletus
- particullaris → particularis
- nulatenus → nullatenus

- descrimen → discrimen
- dificiere → deficiere
- concommitare → concomitare
- completere → complectere
- agredire → aggredire
- tantummodo → tantummodo
- permitere → permittere
- competere → competere
- belua → bellua
- collocare → collocare
- character → caracer
- amplisimus → amplissimus
- distingere → distinguere
- circumsriptus → circumsriptus
- adtinere → attinere
- secluzus → seclusus
- propriiissimus → proprissimus
- imo → immo
- contemptus → contemptus
- diverssus → diverus
- oppinari → opinari
- praedicamentum → praedicamentum
- discursus → dicursus
- adfirmare → affirmare
- praescedere → praecedere
- reccensitus → recensitus
- resibbilis → risibilis
- quocunque → quocumque
- diferentia → differentia
- incorporius → incorporeus
- irational → irrational
- atendere → attendere
- pose → posse
- contraditorius → contradictorius
- praescisus → praecisus
- articullus → articulus
- Schotus → Scotus

## BIBLIOGRAFIA

- Thomas de Aquino. *De veritate*, ed. Leonina, XXII, Roma: Editori di San Tommaso, 1970-76.
- Aristoteles. *Opera omnia*, ed. Bekker, Berlin: Georgium Reimerum, 1831-1870.
- Thomas de Aquino. *Scriptum super Sententiis*, ed. Mandonnet, Paris: Lethielleux, 1929.
- Ioannes Baconius. *Quaestiones in quatuor libros Sententiarum*, Martiri: ed. Typis Francisci Xavierii Garcia, 1754.
- Fortunatus a Brixia. *Philosophia mentis methodice tractata atque ad usus academicos accomodata*, Brixiae: Joannes-Maria Rizzardi, 1749.
- Augustinus. *Soliloquia*, CSEL, LXXXIX, Vindobonae, 1986.
- Thomas de Aquino. *In duodecim libros Metaphysicorum Aristotelis expositio*, edd. Cathalà/Spiazzi, Taurini-Romae: Marietti, 1950.
- Ioannes Baconius. *Quaestiones in IV Sententiarum*, Venetiis, 1526.
- Ioannis Duns Scotus. *Ordinatio*, ed. Vaticana, II, Civitas Vaticana, 1950.
- *Acta sacri oecumenici Concilii Florentini*, Romae: ab Horatio Iustini collecta, 1638.
- Thomas de Aquino. *Summa Theologiae cum supplemento et commentariis Caietani*, ed. Leonina, IV, Romae: ex Typographia Polyglotta S.C. de Propaganda Fide, 1888.
- Publius Ovidius Naso. *Metamorphoseos*, ed. Tarrant, Oxford: Oxford University Press, 2004.
- Augustinus. *De Trinitate*, CCSL, L, Turnhout: Brepols, 1968.
- Rodrigues, Manuel Augusto. *Memoria Professorum Universitatis Conimbricensis*, I. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 2003.

## MS. 2401

### <INTRODUÇÃO>

[p. 1r] In methaphysicam, seu primam phylosophiam prologomena.

Iam eam sapientiae partem aut scientiam illam suscipimus explicandam, quam Aristoteles sectatores 'methaphysicam' nuncuparunt, quasi scientiam transnaturalem et ultra physicos limites praetergressam; 'primam phylosophiam' plerique vocarunt; 'theologiamque naturalem' nonnulli dixerunt: substantias quippe incorporeas, animam nempe et angelos et ipsum Deum contemplatur. Solo rationis lumine ducta, hanc vero cujus nomen usitatissi-



num dicitur ‘methaphysica’, prorsus tripartendam objudicamus in ‘onthologiam’, ‘aethiologiam’ et ‘pneumatologiam’. Prima, de ente generatim accepto agit, ejusdem affectiones, per mentem abstractas, expendit<sup>7</sup>. Secunda, causas excultatur a quibus producitur ens. Postrema, spirituales substantias pertingit; earum indolem, existentiam atque operationes, sola ratione magistra, in actu ponit. Quoniam vero duae potissimum sunt spirituales substantiae, quae rationis viribus a nobis deprehendi valent: spiritus, scilicet, increatus et summus, ut Deus; intimus et creatus, ut anima et angelus. Pneumatologia aptissime distribuetur in ‘psychologiam’, quae de anima agit, et in ‘theologiam naturalem’, quae Deo praetractatur. Sic eas omnes methaphysica complectitur partes, nimirum: onthologiam, aethiologiam, pneumatologiam, id est, psychologiam, atque naturalem theologiam<sup>8</sup>.

### <PARTE I>

[p. 2r] Methaphysices disputatio 1<sup>eas</sup>. Onthologia, sive de ente communi.

1. Entis idea notissima est: quidquid enim ab intellectu nostro deprehenditur aut exterioribus sensibus concipitur, nuncupatur ‘ens’, nihilque intelligi, effigi, affirmari, sive negari poterit, cui generalis entis idea atque conceptus non conveniat<sup>9</sup>.

2. Satis itaque est cognoscere rem positam esse in rerum natura, ut certissime eam ens esse. Vocabulum ‘entis’ in praesenti non sumitur prout est participium verbi ‘sum, es, fui’, nempe quatenus idem est ac existere, sed prout est nomen significans id cui competit existere aut non existere, esto possibiliter existere.

3. Sic tripliciter suscipitur ens nimirum: participialiter, nominaliter et ut ab utroque abstractum. Primum, indicat actu existere. Secundum, existere aptitudinaliter. Postremum, id quod habet ‘esse’ vel existentiam, abstrahendo ab eodem ‘esse’, sive actuali, sive possibili.

4. Ens igitur reale, universaliter acceptum, satis apte definiatur: ‘id quod nullam in se involvit contradictionem ad existendum’.

5. Hinc, ut precipue istam deprehendamus<sup>10</sup> definitionem, dividitur

<sup>7</sup> ex-pendit] / p. 1v.

<sup>8</sup> theologiam] // p. 2r.

<sup>9</sup> conveniat] / p. 2v.

<sup>10</sup> deprehenda-mus] // p. 3r.

'ens' in 'ens reale' et 'ens rationis'. Ens vero reale in 'reale physicum' et 'reale intentionale'. Illud dicitur ens reale quod realiter extat per omnimodam independentiam ad intellectum. Ens rationis, quod totum efficitur ab intellectu cogitante caeteras entis divisiones, jam in *Logicae* tractatu uberrime recitavimus.

Passe adiante a rezolutio 1<sup>a</sup><sup>11</sup>

### <CAPÍTULO I>

**[p. 4r] Resolutio prima.** Attributum entis communis est univocum Deo et creaturis: constans est Scotistarum sententia adversus Thomistas, analogum tantum esse putantes, quos recenset Camerarius, quaestione prima, *Methaphysicorum*<sup>12</sup>. Probatur: formalissimus entis conceptus in eo est quod nullam involvat in se contradictionem ad existendum; atqui, tam Deus quam creaturae, eundem induunt conceptum; ergo entis attributum Deo et creaturis est univocum.

Probatur secundo. Tam Deo tam creaturis competit esse id quod sunt; ergo entis conceptus univocus est respectu Dei et creaturarum. Probatur consequentia: aliquid esse id quod est, nullam est induere contradictionem; atqui in hoc tota entis notio est constituta; univocum ergo ad Deum et creaturas dicitur ens.

Illustratur: idea entis universalis est, simplicissima ac veluti indivisibilis; atqui hoc verificari nequit nisi entis conditio sit eadem in Deo et creaturis; ipsissimus ergo in utroque est entis conceptus<sup>13</sup>.

Probatur minor: entis conditio esset utpote distincta et divisa; ergo indivisibilitatis ratio non posset verificari, nisi eadem sit entis conditio in Deo et creaturis.

Argues 1<sup>o</sup>. Deus est omnino independens, simpliciter increatus et infinitus; creatura vero est utique circumscripta, caduca, penitusque a Deo dependens; ergo nequeunt in entis ratione univoce convenire.

Respondetur negando consequentiam: infinitum scilicet intervallum quo Deus a creaturis distat, non ab entis idea aut conceptu oritur, sed ab infinitis

<sup>11</sup> 1<sup>a</sup>] / p. 3v.

<sup>12</sup> *Loc. non inv.* Já citado em Fortunatus a Brixia, *Philosohia mentis methodice tractata atque ad usus academicos accomodata*, ed. Brescia 1749, II, sect. 2, n. 33, p. 11: «Attributum entis communis est univocum Deo et creaturis: constans Scotistarum sententia est contra vero analogice tantum de Deo et creaturis attributum illud posse enuntiarum plurimi ex Thomistis, quos q. 2 *Methaph.* recenset Camerarius, arbitrantur».

<sup>13</sup> conceptus] / p. 4v.

perfectionibus ac differentiis, quae in Deo reperiuntur; non autem in creaturis, sicut communis animae conceptus univoce animae rationali et sensitivae tribuitur, quamvis admirabili infinitoque firme discrimine distinguantur.

Argues 2°. Non minus Deus distat a creatura, quam imago hominis ab homine, et umbra<sup>14</sup> arboris ab arbore; atqui arboris et hominis conceptus non est univocus ad arborem et umbra, ac ad hominem et imaginem; nec ergo entis conceptus ad Deum et creaturas.

Respondetur, concessa maiore et minore, negando consequentiam: non enim a maiori minorive distantia ac distinctione ostenditur univocationis ratio, sed ab eo quod nomen, et tota ratio per nomen indicata, sit omnino eadem. Hinc longissimum liquet discrimen de arbore et homine, ad Deum et creaturas.

Argues 3°. In Deo nulla viget potentialitas; atqui re ipsa vigeret, si notio entis respectu utriusque esset univoca et synonyma; ergo non est. Probatur minor: ens est illud quod nullam involvit pugnam ad existendum; sed in hac non-repugnantia viget potentialitas; ergo, si entis notio univoca esset Deo et creaturis, in Deo vigeret potentialitas. Probatur minor: non-repugnantiam ad existendum complectitur non tantum actu existere, sed aptitudinem ad actum existere; ergo<sup>15</sup> in non-repugnantia viget potentialitas.

Respondetur, concessa maiore, negando minorem. Ad probationem, concessa maiore, distinguo minorem: in non-repugnantia ad existendum viget potentialitas in recto, nego; in obliquo, subdistinguo: respectu entis possibilis praecise, concedo; respectu entis existentis aut communis, nego. Ad probationem, distinguo antecedens: complectitur non tantum actu existere, sed aptitudinem ad actum existere, si accipiatur actu existere et positiva aptitudo in recto, nego; in obliquo, subdistinguo: respectu entis possibilis, concedo; existentis, nego.

Ens enim nullam in recto dicit positivam aptitudinem ad existendum, sed meram tantummodo negationem ad non-~~e~~xistendum, quae in idem conspirat cum non-contradictionem ad esse. Haec aliquid non exigit positivum ut illis conveniat quibus univoce competit, quemadmodum, ex eo quod Deo et creaturis conveniat ex aequo non esse lapidem, minime sequitur dari in Deo et creaturis aliquid positivum, quod illis competat lapidis negatio.

Argues 4°. Conceptus entis est determinabilis; sed Deus est ad omnia omnino determinatus; ergo non est univocus respectu Dei et<sup>16</sup> creaturae. Probatur maior: conceptus entis est contrahibilis, ergo est determinabilis. Respondetur distinguendo maiorem: ita ut ratio determinabilitatis attineat ad primarium entis conceptum, nego; aliter, concedo.

<sup>14</sup> umbra] // p. 5r.

<sup>15</sup> er-go] / p. 5v.

<sup>16</sup> et] // p. 6r.

Habemus igitur ens esse univocum sub ratione tantummodo primi constitutivi entis. Hoc profecto est non-repugnantia ad esse, minime vero potentialitas, aliter ratio creati, ratio indifferentiae et aliae rationes, quibus secundario exornatur ens, darentur in Deo, adhuc in opinione arbitrantium ens esse id quod existit vel potest existere.

Contra. Si adhuc sub conceptu entis primario ens esset univocum ad Deum et creaturam, Deus et creatura inter se convenirent; atqui non conveniunt; ergo non est univocum. Probatur minor: Deus infinite differt a creatura; ergo inter se minime conveniunt.

Respondetur distinguendo maiorem: Deus et creatura<sup>17</sup> inter se convenirent in ratione entis, concedo; in ratione perfectionum et differentiarum, nego. Deus solummodo negatur de creatura secundum conceptum determinativum perfectionis, qua potitur.

Sic, non secundum rationem implicitam mentis, cujus conceptus est omnino idem in Deo et creatura. Unde, tametsi negatur Petrus de Paulo, conveniunt tamen in ratione hominis. Pariter, de homine negatur leo, et tamen conciliantur secundum animal, eo modo quo Deus et creaturae in ratione entis.

Contra. Si Deus conveniret cum creatura in ratione entis et disconveniret secundum perfectiones, aut in nihilo disconveniret, aut daretur processus in infinitum; ergo, ne hoc contingat, ens non dicitur univoce de Deo et creaturis.

Probatur maior: in nihilo disconveniret, quia omnes perfectiones sunt ens; deinde daretur processus in infinitum, quia super perfectiones conveniunt, quatenus entia per alias et<sup>18</sup> per alias differrent usque in infinitum; ergo, aut in nihilo conveniunt, aut daretur processus in infinitum.

Respondetur negando sequentiam antecedentis: ens, veluti universale et commune, aut veluti signatum et particulare suscipitur. Verum est omnes perfectiones divinas entia esse, sub quorum ratione communissima Deus semper cum creaturis synonyme convenit, quin per alias et alias perfectiones ab ipsis differat.

Unde, per easdem differentias et perfectiones per quas convenit in ratione entis communis, differt in ratione entis signati, et maxime quia, in qualibet perfectione differentiali, uterque reperitur conceptus.

Animadvertito quae de Deo erga creaturas hactenus recitavimus, intelligi quoque debet de substantia respectu<sup>19</sup> accidentis, quamvis enim substantia sit ens per se, independens ab alio, accidens vero ens in alio, ab ipsoque dependens, abstractis tamen istiusmodi rationibus, quibus substantia ab accidente<sup>20</sup> discriminatur, communis quidem entis conceptus simplex omnino, indivisibilis atque univocus ad substantiam et accidens evadit.

<sup>17</sup> crea-tura] / p. 6v.

<sup>18</sup> et] // p. 7r.

<sup>19</sup> respectu] respectu *corr. in* respectu.

<sup>20</sup> acci-dente] / p. 7v.

Iterum prospicito: non pariter discurrere possumus de ente respectu entis realis et entis rationis, maxime si ens rationis, cum Scholasticorum vulgo, pro quodam coag[u]mento duarum pluriumve idearum †desunt ancarum†, ut quando, ex lapidis lignique idea, effigitur lapis ligneus, aut ex corpore et mente assumitur corporea mens.

Ens igitur, hoc modo acceptum, non involvit non-repugnantiam ad esse, ut ens commune, quo deficiente, tota univocationis ratio ad utrumque destruitur, ut cogitanti perspectum fiet. De entis univocatione ad ens reale physicum et ens reale intentionale, ob monumenta recensita, aliqua affirmativa erunt elucidanda, si tempus permiserit.

**Resolutio secunda.** Ens positive ex parte sui nequit a suis differentiis praescindere<sup>21</sup>. Non agimus in praesentiarum de praecisione negativa, illa, scilicet, qua unum attributum consideratur sine alio: nullus quippe dubitare potest ens ita ab inferioribus differentiis praescindi, quatenus ipsum concipere possumus secundum suam propriam notionem, Deo nec [a] creatura perceptis. Loquimur ergo de praecisione positiva, qua entis ratio consideratur ut quid positive distinctum a suis differentiis.

Probatur 1°. Entis ratio est adeo amplissima quod omnes entis continet differentias, Deum<sup>22</sup> scilicet et creaturas; atqui, hoc dato, nequit ab ipsis positive praescindere; ergo praescindere non potest. Probatur maior: cum percipitur ratio entis amplissima, percipitur aut ens limitatum aut ens illimitatum; sed ens limitatum est creatura, non limitatum est Deus; ergo entis ratio est adeo amplissima quod continet Deum et creaturas.

Probatur 2°. Positive praescindere est considerari unum attributum utpote distinctum ab alio attributo; atqui hoc modo nequit<sup>23</sup> ens praescindi a differentiis; ergo positive non praescindi. Probatur minor: ut aliquid consideretur veluti distinctum ab alio, unum et aliud enim debet cognosci; ergo, cum ratio praecisionis positivae sistat in eo quod unum consideretur ut aliquid positive distinctum ab alio, ens nequit a differentiis positive praescindere.

Argues 1°. Deus non tantum habetur ens illimitatum, verum etiam omnipotens, aeternum, omniscium, infinitisque attributis praeditum; sed quis percipet ens, non percipet haec omnia divina attributa; ergo ens Deum non continet, sed ab eo praescindit.

Respondetur, concessa maiore, distinguendo minorem: non percipit omnia divina attributa, si percipiat ens negative, Deum non percipiendo: concedo; si percipiat ens positive, veluti quid a Deo distinctum, subdistinguo: explicite, concedo; implicite, nego<sup>24</sup>.

<sup>21</sup> praes-cindere] // p. 8r.

<sup>22</sup> deum] deus *corr. in* deum.

<sup>23</sup> ne-quit] / f. 8v.

<sup>24</sup> nego] // f. 9r.

Verum est praecisione negativa posse considerari ens absque differentiis, non ita posi<ti>ve, quatenus debet cognosci illud extremum a quo distinguitur aliud, esto non explicite omnia deprehendat, ut contingit quando Deus sub conceptu Deitatis, cujus expressione non veniunt caetera attributa explicite cognoscenda, bene vero implicite.

Argues 2<sup>o</sup>. Potest concipi ens in statu indifferentiae, illud praescindendo a Deo et creaturis. Probatur antecedens, inquam; ergo adversus resolutionem. Probatur antecedens: potest concipi ens ut sic praescindens a limitatione vel illimitatione; potest ergo concipi in statu indifferentiae, praescindendo a Deo et creaturis.

Respondetur distinguendo antecedens: praescindendo negative a Deo et creaturis, concedo; positive, nego<sup>25</sup>. Fateri debemus nos posse concipere ens absque, inquam, ens, quin aliquantulum de Deo aut creaturis cogitemus, profecto tamen, si illud positive concipimus, vel limitatum vel illimitatum dici debet, praesertim si ut positive distinctum illud depraehendimus.

Contra. Ens a differentiis praescindi est, ens ita cognosci ut nulla differentiarum habeatur idea; sed, experientia teste, passim accidit ens cognosci, nulla habita differentiarum idea, sicut econverso; ergo re ipsa a differentiis abstrahitur ens.

Respondetur distinguendo maiorem: ens a differentiis praescindi negative, concedo; positive, nego. Satis ex memoratis solutio liquet. Ens igitur qualibet in acceptione arbitratum est aliquid excludens repugnantiam ad esse; cum autem<sup>26</sup> ratione sui sit aliquid, ab inferioribus nequit praescindere, siquidem aut est aliquid limitatum aut illimitatum, Deus nempe aut creatura.

Hujusmodi assertum pariter propugnatur, si praecisio accipiatur physice-objective: ens enim objective-physice nec a differentiis praescindit, neque differentiae ab ente, cum, inter gradus realiter identificados, quales sunt differentiae et communes rationes, prorsus implicet physica-objectivaque praecisio. Non ita oportet discurremus, maxime si positive accipiatur, ut saepe recensuimus.

## <CAPÍTULO II>

[p. 10r] Caput 2<sup>um</sup>. De entis proprietatum demonstrabilium idea<sup>27</sup>.

Duplex a Scholasticis distingui solet proprietatum genus: aliae siquidem sunt proprietates rei reales, aliae proprietates demonstrabiles. Reales proprietates indispensabiliter quatuor exigunt condiciones, scilicet quod praevie

<sup>25</sup> nego] / f. 9v.

<sup>26</sup> autem] // f. 10r.

<sup>27</sup> idea] / p. 10v.

se habeant ad mentis operationes, ab ipsaque independentes; quod realiter physice, a subjecto cuius sunt proprietates, distinguantur; quod ab ipso subjecto per modum emanationis perducantur; quod tandem subjectum non sit de proprietatis natura atque conceptu.

Proprietates demonstrabiles, aut methaphysicae, quator donantur conditionibus, quarum prima in eo est quod proprietates demonstrabiles distinguatur, saltem distinctione bacconica, a subjecto cuius est proprietates, exinceps opus est ut ipsa deprehendatur, utpote adveniens subjecto per modum perfectionis.

Sic similiter, quod possit de subjecto<sup>28</sup> demonstrari, denique quod competat omni et soli subjecto, sic non legimus in praesenti de proprietatibus primi generis, illae nempe quae entis conceptum omnino subterfugiunt: proprietates enim realiter acceptae idem sunt cum ente convertibiliter.

Resolvimus: ens in communi aliquas proprietates demonstrabiles et methaphysicas induit. Probatur primo. Omnis scientia demonstrat veras passionem et proprietates sui objecti; atqui methaphysica est scientia, ens vero est illius objectum; ergo ens aliquas habet proprietates demonstrabiles atque methaphysicas.

Probatur maior: omnis scientia agit de accidentibus quae de suo peculiari subjecto sunt demonstrabilia; atqui ejusmodi accidentia sunt proprietates demonstrabiles et methaphysicae; ergo omnis scientia<sup>29</sup> demonstrat veras proprietates de suo subjecto.

Probatur 2°. Proprietates inscribitur ab Aristotele, I *Topicorum*, capite quarto: “id quod non declarat quid res sit, solique convenit, et de re vicissim dicitur<sup>30</sup>”; atqui aliquae dantur entis proprietates demonstrabiles hac definitione gaudentes; ens ergo aliquas habet proprietates saltem demonstrabiles.

Probatur minor: unum, verum, et bonum omnes habent conditiones in proprietatis inscriptione inculcatas; atqui unum, verum et bonum usitatissime entis proprietates solent appellari; dantur ergo aliquae entis proprietates laudata inscriptione gaudentes. Maior cogitanti clarescet.

Argues 1°. Si aliqua esset entis demonstrabilis proprietates, esset<sup>31</sup> unum; atqui non est; ergo nequeunt assignari. Probatur minor: unum non dicitur vicissim de ente; non est ergo entis proprietates demonstrabilis atque methaphysica. Probatur minor: unum non dicitur vicissim de multitudine; sed multitudo est ens; ergo vicissim non dicitur de ente. Probatur maior: unum non dicitur vicissim de illo cui contravenit; sed contravenit multitudini; ergo de ipsa vicissim non dicitur.

<sup>28</sup> sub-jecto] // p. 11r.

<sup>29</sup> scientia] / p. 11v.

<sup>30</sup> Arist., *Top.*, I, 4, 101b 19-23.

<sup>31</sup> esset] // p. 12r.

Respondetur, concessa maiore, negando minorem. Ad probationem, distingo antecedens: unum non dicitur vicissim de ente intentionaliter, concedo; realiter, nego. Ad probationem, nego maiorem. Ad probationem, concessa maiore, distinguendo minorem: unum contravenit multitudini divisive consideratae, concedo; collective, nego.

Non igitur opponitur unum multitudini, siquidem quaedam multitudo est una<sup>32</sup> multitudo. Oportet enim dupliciter accipere multitudinem: vel divisive ex parte unitatum seorsim sumptarum multitudinem constituentium; vel collective ex parte unitatum universalium, inquam, unitatum unitim insimulque assumptarum.

Sic unum opponitur multitudini primo genere acceptae, quatenus importat divisionem cui contravenit entis aut unitatis conceptus; non autem adversatur multitudini in secundo genere, quatenus dumtaxat exprimit indivisionem unitatis, entis proprissima.

Contra. Licet multitudo sit una, tamen se tenet utpote totum respectu entis; atqui totum et pars non dicuntur vicissim ad invicem; nullatenus ergo ens de multitudine dicitur. Probatur maior: praeter unitates ex quibus construitur multitudo, componitur etiam ex propriis differentiis rationibusque entis superadditis; ergo se tenet utpote totum<sup>33</sup> respectu entis.

Respondetur negando maiorem. Ad probationem, distingo antecedens: praeter unitates 1<sup>as</sup> divisive, concedo; collective, nego. Etenim multitudo unitim arbitrata non deprehenditur ut compositam ex unitatibus atque superadditis rationibus, alias ens et multitudo sese mutuo excluderent, quod non accidit, quatenus mutuo convertuntur.

Argues 2<sup>o</sup>. Bonum aliud esset attributum entis demonstrabile; sed non est; ergo nullae dantur entis proprietates demonstrabiles. Probatur minor: privatio doloris in corpore humano est aliquod bonum; sed privatio doloris non demonstratur de ente; ergo bonum non est proprietas entis demonstrabilis. Probatur minor: privatio doloris non est ens; ergo non demonstratur de ente<sup>34</sup>.

Respondetur distinguendo maiorem: bonum positivum et proprium, concedo; bonum negativum et improprium, nego. Ad probationem, distingo maiorem: est aliquod bonum improprium et negativum, concedo; positivum et proprium, nego.

Bonum, quod dicitur entis proprietas methaphysica atque demonstrabilis, est essentialiter perfectum, siquidem consistit in habitione totius esse, ut nihil ipsi desit eorum quae in illo reperiuntur, ut sit id quod est adeo formaliter positivum.

<sup>32</sup> una] / p. 12v.

<sup>33</sup> to-tum] // p. 13r.

<sup>34</sup> ente] / p. 13v.



Doloris autem privatio in corpore humano non est bonum bonitate positiva ac propria, sed bonitate dumtaxat privativa ac impropria: intantum enim privatio illa est bona, inquantum corpus privat dolore, qui illi malus dicitur et inconveniens<sup>35</sup>.

Contra. Positivum et negativum nequeunt ad invicem convertibiliter dici; atqui, si bonitas est aliquid positivum, ens est negativum; neutiquam ergo de ente praedicatur bonitas. Probatur minor quoad secundam partem: ens, juxta recensita, est id quod nullam ad esse involvet contradictionem, seu contrarietatem; sed istiusmodi conceptus est negativus; ergo ens est negativum.

Respondetur, concessa maiore, distinguendo minorem quoad secundam partem. Ad probationem, concessa maiore, nego minorem: per id autem quod ens non induat pugnam ad esse, potius affirmatur quod est, quam quod non est: valet igitur idem ac dicere est id quod est aut esse potest, aliter ad existendum involveret contradictionem<sup>36</sup>.

Resolvimus ultra: proprietates entis demonstrabiles, primi generis dictae, tres recte dumtaxat numerantur: ‘unum’, scilicet, ‘verum’ et ‘bonum’; adversus nonnullos quinque numerantes, videlicet: ‘unum’, ‘verum’, ‘bonum’, ‘rem’ et ‘aliquid’.

Similiter defensitamus assertum contra illos decem, non nisi leviter, tenentes, nimirum: ‘bonitatem’, ‘potestatem’, ‘cognitionem’, ‘magnitudinem’, ‘durationem’, ‘voluntatem’, ‘veritatem’, ‘pulchritudinem’ et ‘gloriam’<sup>37</sup>. Ne tamen in his levissimis proponendis atque confutandis diutius immoremur.

Probatur assertio: proprietas, juxta inscriptionem praememoratam, ‘est id quod non declarat quid res sit, solique convenit, et de re vicissim dicitur’; atqui ‘unum’ tantummodo, ‘verum’, ‘bonum’ et non alia continent<sup>38</sup> omnia in definitione inculcata; ergo non nisi tres sunt entis proprietates: ‘unum’, ‘verum’ et ‘bonum’. Probatur minor: si, praeter ista, aliae sunt, aut decem, inquam, aliae sunt assignanda, ‘res’ et ‘aliquid’ essent, aut decem in praemonendis recensita; sed haec non; tres ergo dumtaxat sunt entis proprietates.

Argues 1<sup>o</sup>. Necessarium et contingens, finitum et infinitum, et alia ferme innumera sunt entis proprietates; ergo, praeter assignatas, aliae sunt entis proprietates. Respondetur distinguendo antecedens: sunt entis proprietates complexae et disjunctae, concedo; simplices et incomplexae, nego. Duo entis sunt proprietatum genera: aliae complexae, simplices aliae.

Primi generis sunt illae quae terminis exprimuntur complexis, solentque sub disjunctione<sup>39</sup> enti attribui, ut necessarium/contingens, actus/potentia et

<sup>35</sup> inconveniens] // p. 14r.

<sup>36</sup> contradictionem] / p. 14v.

<sup>37</sup> Encontramos só 9 transcendentais, não 10.

<sup>38</sup> con-tinent] // p. 15r.

<sup>39</sup> disjunctione] / p. 15v.

huius generis aliae. Proprietates autem secundi generis, terminis simplicibus significantur, ut 'unum', 'verum' et 'bonum', de quibus in praesentiarum sermonem tantummodo instituímus.

Argues 2°. Non nisi entis proprietates dicitur 'res'; non sunt ergo tantummodo tres. Probatur antecedens: 'res' dicitur vicissim de ente, ipsi dumtaxat competit et tandem non indicat quid ens sit; sed in hoc consistit totum proprietatis ingenium; ergo non nisi entis proprietates dicitur 'res'.

Respondetur negando antecedens. Ad probationem, nego maiorem quoad ultimam partem: quaelibet enim proprietates debet tantum sese ea habere sub conceptu accidentis convenientis necessario substantiae, non ita 'res', quae entis essentiam significat, ut ex Avicenna<sup>40</sup> loquitur Angelicus Doctor: "ens sumitur ab actu essendi, sed nomen rei exprimit quidditatem, sive essentiam entis<sup>41</sup>". 'Res' ergo opinatur entis synonymum, adeoque non illius proprietates.

Argues 3°. 'Aliquid' non est ens; ergo est proprietates. Probatur antecedens: 'aliquid' denotat idem ac 'aliud quid'; sed 'aliud quid' non est ens; ergo 'aliquid' non est ens. Maior est verissimus factus Angelici Doctoris, quaestione prima, *De Veritate*<sup>42</sup>.

Respondetur distinguendo maiorem: 'aliquid' non est particulare, nego; commune, subdistinguo: si accipiatur pro habente aliquam quidditatem, nego; quatenus dicit 'aliud quid', iterum sudistinguo: non est commune, quia est unum, concedo; quia est aliud ab uno, nego.

'Aliquid' non esse entis<sup>43</sup> proprietates vulgatissima est philosophorum opinio, quatenus est illud quod suam habet essentiam. Si autem significet ac 'aliud quid', uti tenet Divus Thomas<sup>44</sup>, tunc non distinguitur ab 'uno', id est, quod in se indivisum est, divisum tamen a quolibet alio.

### <CAPÍTULO III>

[p. 16v] De unitatis transcendentalis idea in particulari.

Duplex est unitatis species: 'simplicitatis', nempe, et 'compositionis'. Prima ea est qua ens dicitur in se indivisum et quoque indivisibile; secunda autem ea dicitur qua ens re ipsa evadit in se indivisum, sed non indivisibile.

Quoniam vero dupliciter accipitur indivisibile: absolute, et secundum quid. Ideo duplex est simplicitatis unitas: altera, videlicet<sup>45</sup>, simplicitatis

<sup>40</sup> avicenna] // p. 16r.

<sup>41</sup> Thomas de Aquino, *De veritate*, q. 1, a. 1, ed. Leonina, XXII, 1/2, p. 5a.

<sup>42</sup> Thomas de Aquino, *De veritate*, q. 1, a. 1, ed. Leonina, XXII, 1/2, p. 5a.

<sup>43</sup> entis] / p. 16v.

<sup>44</sup> Thomas de Aquino, *De veritate*, q. 1, a. 1, ed. Leonina, XXII, 1/2, p. 5a.

<sup>45</sup> videli-cet] // p. 17r.

absolute, altera simplicitatis secundum quid. In indivisibile absolute, nihil viget quod re vel cogitatione divelli valeat, ut Deus simpliciter unus et undique absolute simplex.

In indivisibili secundum quid, licet essentia nequeat dividi, aliqua tamen in eo sunt quibus, quin pereat, potest carere, sicut humana mens, quae, licet sit essentialiter indivisibilis, habitibus tamen, atque virtutibus, quibus dictatur, potest, quin destruat, reapse destitui.

Compositionis unitas alia per se, per accidens dicitur altera. Unum per se, id est, cujus partes essentielles ex naturae lege, sapientissimaeque opificis concilio, ad illud construendum sunt ordinatae, ita ut primo per se aut directe sit intentum ab operante natura.

Contra. Tamen ‘unum per accidens’ nuncupatur cujus<sup>46</sup> partes non a natura sunt intenta ut illud constituent: haec unitas dicitur quoque ‘per aggregationem’. Sic unum transcendentale constituitur per id quod sit indivisum in se, hoc quamvis non jaceat ubi datur partium divisio, non tamen semper ubi non datur divisio partium.

Hoc videndum est in uno per accidens, aut per aggregationem, ut proprius loquamur<sup>47</sup>, quod unum transcendentale non habetur, sicuti in illo sint partes conjunctae et non divisae: requiritur enim ad rationem unitatis transcendentis quod partes habeant p<r>o[r]tionem, et inter se stricte uniantur.

Quidam utique opinantur, et quidem frustra, unum nequaquam percipi posse, nisi sit indivisum in se et divisum a quolibet alio: sic frustra, quia, ab eo quod sit indivisum in se, licet sit aut non sit divisibile, statim menti cogitanti unius notio occurrit<sup>48</sup>.

Advertito hic, quamvis unum opponatur divisioni et partium multitudini, seorsim est distributive acceptae, non tamen distinctioni atque multitudini collective sumptae: compatitur enim unitas cum partium distinctione atque multitudine, ut aspicitur in homini, quolibetque in composito.

Resolvimus: unitas transcendentalis, prima entis proprietas, nihil praeter positionem enti formaliter superaddit, et hoc quidem adversus clarissimum Fortunatum a Brixia et ferme omnes Thomistas. Sic probatur primo. Unitas inscribitur per indivisionem; sed divisio dicit positionem; ergo et unitas.

Maior est proprius adversariorum faetus, quin immo et in Aristotele expressa, I *Metaphysicorum*, capite quinto<sup>49</sup>. Probatur minor: divisio dicit negationem aut privationem; atqui divisio contradictorie adversatur indivisioni; indivisio ergo dicit<sup>50</sup> positionem.

<sup>46</sup> cujus] / p. 17v.

<sup>47</sup> loquamur] loquemur *corr. in* loquamur.

<sup>48</sup> occurrit] // p. 18r.

<sup>49</sup> Arist., *Met.*, V, 6, 1016b 1-4.

<sup>50</sup> dicit] / p. 18v.

Probatur 2°. Dividitur ens in unum et multa, veluti in duo opposita; atqui multitudo nihil praeter negationem enti superaddit; unitas ergo in positivo quiescit. Maior liquet in Baconio, distinctione 1<sup>as</sup>, alias 33, quaestione unica, articulo 2°, § 4<sup>o</sup><sup>51</sup>.

Probatur minor: multitudo est imperfectio entis differentia, perfectio vero unitas; atqui in omni divisione imperfectior differentia sistit in negativo, perfectior vero in positivo; ergo multitudo nihil praeter negationem enti superaddit, perindeque unitas positionem tantummodo dicit.

Probatur ultimo. Species aut membra, in quae dividitur unitas, supra ens addunt positionem; pariter ergo est unitas. Probatur antecedens: species, sive membra, multitudinis important<sup>52</sup> negationem; species igitur, sive membra multitudinis, inquam, species igitur aut membra unitatis supra ens addunt positionem.

Probatur antecedens: membra multitudinis sunt diversitas, dissimilitudo, inaequalitas, discontinuatio; sed hujusmodi important formaliter negationem; ergo eam dicunt multitudinis species. Oportet igitur opinari unitatem addere supra ens formaliter positionem.

Argues primo. Unitatem nihil supra ens praeter negationem addere docent Aristoteles, libro 5°, capite sexto<sup>53</sup>; Divus Thomas, *In primo Sententiarum*, distinctione 24, quaestione 1, art. 3<sup>54</sup>; Fortunatus a Brixia, tom. 2°, n° 11<sup>55</sup>: nihil est ergo cur in contrariam declinemus sententiam.

Respondetur: nos adversus Thomistas, eorumque sectarios, hanc thesim propugnamus, veluti<sup>56</sup> proprissimus Resoluti faetus, rationi maxime fultus, nihil ergo mirum philosophos ipsos contrarium opinari. Unde non expedit nobis Thomistas, aut alios, determinate seligere, sed rationi tantummodo inhaerere; ast, ut tantos salutemus philosophos ex abundantia...

Distinguimus antecedens: unum nihil supra ens praeter negationem addere explicative et quoad nominis famositatem, concedo; simpliciter et formaliter, nego. Nec recensita loca oppositum induant, eo quia unitatem

---

<sup>51</sup> Ioannes Baconius, *Quaestiones in quatuor libros Sententiarum*, ed. Madrid 1754, I, d. 33, q. 1, art. 2, §4, n. 20, f. 488 a: «Tertio dico propter auctoritates Philosophi et Commentatoris allegatas, et alia, quod unum dicit provationem multitudinis secundum famositatem nominis, non secundum veritatem rei, sicut incorruptibile, immortale, incorporeum solum dicunt privationem secundum nominis famositatem, non secundum rei veritatem: immo e converso multitudo secundum rei veritatem est privatio unitatis, et unitas est habitus et quid positivum».

<sup>52</sup> important] // p. 19r.

<sup>53</sup> Arist., *Met.*, V, 6, 1016b 1-4.

<sup>54</sup> Thomas de Aquino, *In I Sententiarum*, d. 24, q. 1, a. 3, ed. Mandonnet, I, p. 576.

<sup>55</sup> Fortunatus a Brixia, *Philosophia mentis methodice tractata atque ad usus academicos accommodata*, ed. Brescia 1749, II, sect. 2, n. 33, p. 11.

<sup>56</sup> veluti] / p. 19v.

tradunt per conceptus explicitos, qui secundum modum significandi sunt negativi aut privativi.

Non autem in rei veritate ac formaliter, ut perspicue aspicitur in irrationalitate, immortalitate et aliis, de quibus expecciatim Resolutus prae laudato in testimonio, unde, inculcata philosophorum testimonia, ita suscipimus explicanda<sup>57</sup>.

Argues 2°. Unitas est formaliter non-divisio; sed non-divisio est negatio; unitas ergo supra ens addit negationem. Probatur maior: multitudo est divisio; ergo unitas est non-divisio. Probatur consequentia: unitas et multitudo ad invicem opponuntur; ergo, si multitudo est formaliter divisio, unitas est non-divisio.

Respondetur negando maiorem. Ad probationem, distingo antecedens: multitudo, sumpta secundum partes divisas, concedo; secundum partes conjunctae, nego. Ad probationem, distingo antecedens: unitas et multitudo ad invicem opponuntur, si divisive accipiantur, concedo; si collective, nego.

Potest profecto non-divisio dupliciter deprehendi: vel proprie et formaliter, vel improprie et explicative. Nolunt omnes non-divisionem, si improprie accipiantur, recurrere cum indivisione, quatenus ista secundo dicit<sup>58</sup> divisionis carentiam. Hoc tamen modo, si accipiantur non-divisio non nisi explicative, importat negationem.

Non ita tamen placet discurre de non-divisione formaliter accepta, quae formaliter dicit negationem, quapropter omnino incompatibilis est cum divisione. Argumentum vertitur in adversarios tenentes divisionem importare positivum, quantumvis divisio sit non-indivisio.

Argues 3°. Unitas formaliter, si diceret positivum, nihil adderet enti; sed hoc destruit recensitam doctrinam; nihil ergo positivum enti superaddit. Probatur maior: unitas positiva est formaliter ens; sed ens formaliter nihil formaliter addit supra ens; ergo, si unitas formaliter positivum diceret, nihil adderet enti.

Respondetur negando<sup>59</sup> maiorem. Ad probationem, distingo maiorem: unitas positiva est formaliter ens, id est, formaliter-realiter, aut in concreto, concedo; formaliter-intentionaliter, aut in statu praecisionis, subdistinguo: est formaliter ens abstractum, nego; contractum, ac determinatum, concedo.

Compertum est unitatem et ens esse unam simplicem entitatem atque essentiam realiter, praecisa habitudine ad mentes nostras, eo simili modo quo animal et rationale in eodem esse dicuntur. Ast, si unitas pariter est ens intellectum respiciens, formaliter-intentionaliter discriminantur.

<sup>57</sup> explicanda] // p. 20r.

<sup>58</sup> dicit] / p. 20v.

<sup>59</sup> negan-do] // p. 21r.

Unde sic non suscipitur unitas, nisi quaedam entis particularis differentia constricta et determinata, quae, licet non distinguatur ab ente, ens tamen ab ipsa distinguitur, ut videre est in gradibus metaphysicis inaequalibus<sup>60</sup>, inter quos non nisi distinctio intercedit non mutua.

Contra. Ergo ens commune et abstractum non est unum. Probatur illatio: ens commune non dicitur unum nisi per unitatem communem; sed unitas positiva est determinata; ergo ens commune et abstractum non est formaliter unum.

Respondetur distinguendo illationem: ens commune et abstractum non est formaliter et physice unum, nego; formaliter et intentionaliter, subdistinguo: unitate omnino indistincta, concedo; distincta, nego. Ad probationem, concessa maiore, distinguo minorem: unitas positiva entis determinati est determinata, concedo; entis commune, nego.

Quocumque igitur in statu<sup>61</sup> in quo suscipiatur ens, unitas ipsum concomitatur, veluti quaedam positiva proprietas et demonostrabilis, prorsus ab ente inseparabilis, quamvis realiter eadem in essentia cum ipso ente: nam, si ens in communissima assumatur ratione, aut in particulari, unitas pariter est assumenda.

Non enim ens commune dici potest unum unitate particulari, at e converso, ut ratio suadet. Cavendum tamen ne iudices in praesentiarum unitatem utpote realem physicamque entis passionem, sed tantum veluti proprietatem entis demonstrabilem, quatenus intellectum respicientem.

#### <CAPÍTULO IV>

[p. 22r] De veritatis transcendentalis idea<sup>62</sup>.

Veritas dupliciter a philosophis solet usurpari: veritas scilicet formalis, seu in cognoscendo; et veritas entitativa rei, sive in essendo. Haec methaphysica dici solet, logica vero illa. Sic veritas formalis, de qua fuse in *Logica* sermonem instituimus, est conformitas actus mentis iudicantis ad rem prout est.

Veritas autem entitativa, aut methaphysica, est attributum quodam de re annunciatum, quatenus ipsa talis est qualis esse debet, nempe est conformitas res ad sua principia constituentia, quapropter venit a Resoluto circumscribenda: “adaequatio quam res habet, quando scilicet ita est, ut in essentia esse debet”.

Veritatem istam, quae ‘transcendentalis’ appellatur, vagari ac transcendere ens ultimasque illius differentias, quatenus semper immediate suscipitur

<sup>60</sup> inaequalibus] / p. 21v.

<sup>61</sup> statu] // p. 22r.

<sup>62</sup> idea] / p. 22v.

id quod nullam continctatem<sup>63</sup> ad esse, posito quod veritas sit ipsamet entis adaequatio atque rectitudo.

Sic transcendentalis veritas, quamvis entitativa dicatur, sive in essendo, a conformitate rei cum intellectu iudicante praescindens, ordinem ad illud dicere debet in bacconico sensu, aliter veritas non esset proprietas entis demonstrabilis, sed eademmet essentialis entitas a qua realiter minime discriminatur.

Satis magis magna est controversia, in quo, nempe, transcendentalis veritas sit constituta. Nos, qui Resolutum Doctorem reverenter salutamus et maxime ad rationem perpendimus inter tot philosophorum turbas, aliter et aliter de ipsius instituto iudicantes...

Resolvimus: veritatem transcendentalem in positivo esse formaliter sitam. Probatur minor<sup>64</sup>: veritas transcendentalis est rei adaequatio ad sua principia; sed ejusmodi est quid positivum; in positivo ergo formaliter sistit. Probatur maior: si lapis non construeretur ex principiis lapidem constituentibus, non esset verius lapis; signum est ergo veritatem fulciri in conformatione ad principia rem constituentia.

Probatur 2°. Res quiescit in positivo; ergo et veritas transcendentalis. Probatur consequentia: veritas entitativa rei est esse rei; ergo, si veritas in positivo quiescit, ita et veritas. Antecedens ostenditur ab Augustino, secundo *Soliloquiorum*, capite 5°, ubi ait: "Verum est id quod est<sup>65</sup>"; sed nequit concipi res ita et verum, quin istud sit in positivo, sicut res; ergo, si res in positivo quiescit, ita et veritas.

Argues 1°. Si veritas positionem diceret, aliquid reale superadderet enti; sed hoc non<sup>66</sup>; ergo positivum non sapit. Probatur minor: si aliquid real<e> superadderet enti, in infinitum haberemus processum; ne ergo in hujusmodi dilabamur vitium, veritas nihil reale superaddit enti.

Probatur antecedens: veritas addita enti esset vera, et cum veritas ista, qua dicitur vera esset, et sic infinitum; ergo, si veritas aliquid superadderet positivum enti, haberemus processum in infinitum.

Respondetur distinguendo maiorem: aliquid reale intentionaliter sump-tum adderet enti, concedo; realiter-physice, subdistinguo: physice-formaliter, nego; physice-fundamentaliter, concedo. Ad probationem, nego antecedens. Ad probationem, distinguo antecedens: veritate distincta, nego; veritate indistincta, concedo<sup>67</sup>.

<sup>63</sup> con-tinctatem] // p. 23r.

<sup>64</sup> minor] / p. 23v.

<sup>65</sup> Aug., *Sol.*, II, 5, 8, CSEL, LXXXIX, p. 56.

<sup>66</sup> non] // p. 24r.

<sup>67</sup> concedo] / p. 24v.

Saepe, saepius profecto, dictum jacet veritatem realiter assumptam nihil addere entis essentiae, et igitur ipsummet ens, quocum realiter convertitur. Si autem intentionaliter consideretur, addit supra ens conceptum positivum, quin supra hoc aliquid addatur usque in infinitum.

Unde non viget intentionalis distinctio, nisi ubi distincti conceptus aut formaliter conceptibiles. Cum autem veritas semper eundem indicat, conceptum recensitum non sequitur absurdum; proindeque in positivo quiescit veritas.

Argues 2°. Veritas transcendentalis est veritas objectiva; sed ejusmodi non sistit in positivo; nihil ergo positivum addit supra ens. Probatur minor: idcirco in positivo consisteret, quia veritas nihil aliud est quam conformitas rei ad<sup>68</sup> sua principia consituentia; sed veritas objectiva tantummodo sistit in conformitate rei ad intellectum; non sistit ergo in positivo. Probatur minor: veritas objectiva est per ordinem ad intellectum; ergo in conformitate rei ad intellectum sistit.

Respondetur, concessa maiore, negando minorem. Ad probationem, concessa maiore, negando minorem. Ad probationem, distingo maiorem: est per ordinem ad intellectum, id est, praebet fundamentum ut intellectus cognoscat conceptum veritatis objectivae a re ipsa distincta, concedo; aliter, nego. Alia est veritas ex parte actus, quae dicitur formalis; alia ex parte objecti, quae dicitur objectiva.

Veritas formalis in conformitate actus cum objecto sita est, sicut ostensum fuit in<sup>69</sup> *Logices* tractatu. Objectiva vero non ita, quatenus est proprietas rei demonstrabilis, quae, licet sit eadem physice cum re, dicit conceptibilitatem diversam a re, quin per hoc constituatur in conformatione rei ad actum intellectus.

Argues 3°. Veritas est quaedam entis extrinseca denominatio; sed ejusmodi non est quid positivum; aliquid ergo positivum non addit enti. Respondetur negando maiorem: veritas transcendentalis est entis passio ejusdemque proprietas, cujus natura debet rei ab intrinseco convenire; sed esset ergo rigorosa entis proprietas, si re ipsa veritas esset pura extrinsecaque rei denominatio.

Contra. Veritas transcendentalis non est formaliter in essendo; est ergo extrinseca denominatio. Probatur antecedens: non datur falsitas formaliter in essendo; nec ergo datur<sup>70</sup> veritas formaliter in essendo.

Probatur consequentia: falsitas opponitur contrarie veritati; sed quod non est capax unius contrarii, ita neque alterius; ergo, si ens non est capax falsitatis in essendo, atqui per id quod res non sit capax falsitatis in essendo, hujusmodi falsitas non datur, neque ergo in essendo veritas datur.

<sup>68</sup> ad] // p. 25r.

<sup>69</sup> in] / p. 25v.

<sup>70</sup> datur] // p. 26r.



Respondetur negando antecedens. Ad probationem, concesso antecedente, negando consequentiam. Ad probationem, concessa maiore, negando, inquam, distinguendo minorem: quod non est capax unius contrarii omnino repugnantis non est capax alterius omnino inseparabilis, nego; unius contrarii non repugnantis non est capax alterius separabilis, concedo.

Nulla enim falsitas dari potest, quae cum ente componi valeat<sup>71</sup>, siquidem falsitas, ut veritati contraria, esset difformitas rei ad sua principia essentialiter constituentia, quae omnino repugnat enti: repugnat enim ut res sit id quod est, at<sup>72</sup> non sit, quatenus suo exemplari esset difformis. Sic veritas est proprietas inseparabilis a re, concedo, quo diximus in *Logica* de veritate simplici idearum.

Contra. “Non enim est verum et falsum in rebus, sed in mente<sup>73</sup>” – loquitur Aristoteles, primo *Methaphysicorum*, capite 2°; ergo, sicut in ente non datur falsitas, nec veritas datur. Respondetur explicando Philosophum, ne tanti viri testimonium patiatu contemptu: loquutus fuit Aristoteles de veritate formali, quae tota sistit in actu intellectus, aut de veritate transcendentali manifestativa, quae dicit rectitudinem vel adaequationem, cujus natura est esse manifestatio sui ad intellectum.

Non<sup>74</sup> autem oblocutus fuit de veritate transcendentali in se dicens conformitatem rei ad sua principia essentialia, sicuti videre est apud eundem Philosophum, libro 2° *Methaphysicorum*, capite 1°: “Quare, ut secundum esse unumquodque se habet, ita etiam secundum veritatem<sup>75</sup>”.

Argues 4°. Veritas, in positivo dicens conformitatem rei ad sua principia construentia, est quid fictitium; ne ergo hoc dicamus, nihil positionis addit enti. Probatur maior: hujusmodi conformitas est relatio rei ad principia essentialia; sed haec relatio est quid fictitium; ergo veritas ita explicata est quid fictitium.

Probatur minor: relatio ejusdem ad seipsum est quid fictitium; sed sic est praefata relatio; est ergo quid fictitium. Probatur minor: principia constituentia et res existens idem omnino<sup>76</sup> sunt; sed hujusmodi relatio esset inter principia et rem; est ergo ejusdem ad seipsum.

Respondetur negando antecedens. Ad probationem, concessa maiore, negando minorem. Ad probationem, concessa maiore, negando minorem. Ad probationem, distinguo maiorem: principia constituentia et res existens idem omnino sunt in essentia, concedo; in essendo, nego.

<sup>71</sup> va-leat] / p. 26v.

<sup>72</sup> at] ut corr. in at.

<sup>73</sup> Arist., *Met.*, VI, 4, 1027b 25-26.

<sup>74</sup> non] // p. 27r.

<sup>75</sup> Arist., *Met.*, II, 1, 993b 29-30.

<sup>76</sup> omni-no] / p. 27v.

Viget enim distinctio realis gradualis inter 'esse in essentia' et 'esse in essendo', siquidem 'esse in essendo' addit supra essentiam gradum existentiae, quod utique sufficientissimum est ut concipiatur ipsius rei conformitas ad sua principia construentia, et hoc profecto, quia non aliter nisi in essendo concipimus rem<sup>77</sup>.

Contra. Saltem assignandus est casus in quo veritas, aut rei conformitas ad sua principia, sit fictitia: igitur infirmatio solutio. Probatur antecedens: saltem veritas rei in essentia nequit per recensitam conformitatem constitui, casus est assignandus in quo conformitas ipsa sit fictitia. Probatur antecedens: inter 'esse in essentia' et 'esse in essendo' nulla datur adhuc gradualis distinctio; sed, hac deficiente, est fictitia allata conformitas; veritas ergo rei in essentia non est conformitas.

Respondetur negando antecedens. Ad probationem, negando antecedens. Ad probationem, concessa maiore, distingo minorem: est fictitia talis conformitas, si deficiat tam distinctio gradualis quam intentionalis, concedo; si deficiat gradualis, et non intentionalis, nego. Non magis et minus est ens quam veritas: quocumque enim in statu in quo assumitur ens pariter<sup>78</sup> et veritas sumitur, quapropter veritas res in essentia dici debet in essentia.

Ast, quamvis nulla vigeat realis gradualis distinctio inter 'esse in essentia' et 'esse in essendo', dantur tamen diversae conceptibilitates ad mentes nostras, quatenus alius est conceptus entis praecise, alius veritatis, quibus positus, viget intentionalis distinctio quae sufficiens est ne fictitia sit ipsa rei conformitas ad sua principia.

## <CAPÍTULO V>

[p. 28v] De bonitatis transcendentalis idea.

Bonum aliud est delectabile, aliud utile, honestum aliud<sup>79</sup>. Primum totum est per convenientiam et ordinem ad delectationem; secundum ad aliud bonum obtinendum; tertium utrumque complectitur, bonum scilicet morale, quo dicitur recte ratione consentaneum, et bonum naturae, de quo in praesentiarum.

Hoc bonum naturae dicitur illud quod in suo genere est essentialiter perfectum, vel, ut terminis baconianorum obloquar, consistit in habitatione totius esse quod attinet ad essentiam rei. Oportet itaque animadvertamus bonum delectabile, utile et honestum nec semper subjective distingui, bene quidem realiter-intentionaliter.

<sup>77</sup> rem] // p. 28r.

<sup>78</sup> pari-ter] / p. 28v.

<sup>79</sup> aliud] // p. 29r.

Nam amor Dei est delectabilis, utilis insimulque et honestus, absque subiectivo discrimine, et tamen in ipso amplissimo amore intentionalis reperitur<sup>80</sup> distinctio, siquidem idem amor in ratione delectabilis, utilis et honesti terminat diversas conceptibilitates ad intellectum.

Hic scies bonum delectabile et utile veras non esse passiones ac entis proprietates, siquidem cum illo non convertuntur: nam bonum utile tantummodo esse puram extrinsecamque denominationem a bonitate finis, ad cuius obtenendam rationem dirigitur.

Delectabile vero ordinem tantum diceret ad creaturas sensitivas; bonum ergo honestum et naturale, illud scilicet cuius natura est entis habitio omnimodaque ipsius perfectio, sola entis dicitur passio atque proprietas entis intrinseca, quod cum ipsa mutuo convertitur.

Sic bonum<sup>81</sup> istud, quod idem est ac perfectum, nec integraliter nec accidentaliter assumitur, sed essentialiter ac substantialiter suscipitur. Est igitur bonum aut perfectum integrale quod nulla integrali caret parte; bonum accidentale id quod sibi debitas accidentales continet perfectiones.

Perfectum tandem substantiale aut essenziale omnibus gaudet quae ad suam essentiam aut substantiam spectant, quapropter transcendentalis bonitas fideliter describitur per habitionem totius esse quod ad essentiam rei attinet, quibus positus.

Resolvimus: bonitas transcendentalis addit supra ens formaliter positionem. Probatur 1°. Bonitas transcendentalis addit supra ens habitionem; sed istiusmodi<sup>82</sup> habitio est positio; bonitas ergo supra ens addit positionem. Probatur minor: talis habitio est quaedam entis perfectio, qua res omnia continet quae in illa requiruntur ut sit id quod est; sed huiusmodi perfectio est positiva; pariter ergo et habitio.

Probatur 2°. Transcendentalis bonitas non terminat negationem; ergo positionem importat. Probatur antecedens: idcirco negationem formaliter importaret, quia diceret negationem carentiae alicujus perfectionis essentialis aut substantialis sibi debita; sed huiusmodi negatio est affirmatio; ergo bonitas transcendentalis non terminat formaliter negationem. Probatur minor: negatio carentiae est negatio negationis; sed negatio negationis est affirmatio; ergo negatio carentiae est affirmatio<sup>83</sup>.

Probatur ultimo. Bonum transcendentale est in suo genere essentialiter perfectum; sed nihil nisi per veram positionem dicitur essentialiter perfectum; bonitas ergo, qua dicitur bonum transcendentale, enti superaddit formaliter positionem. Minor cogitanti clarescet.

<sup>80</sup> reperitur] / p. 29v.

<sup>81</sup> bo-num] // p. 30r.

<sup>82</sup> istius-modi] / p. 30v.

<sup>83</sup> affirmatio] // p. 31r.

Probatur maior: illud est essentialiter perfectum cui nihil essentiae est, ut eum usum praestet, ad quem a supremo rerum opifice fuit destinatum; sed hujus conditionis dicitur habitio per quam bonitas constituitur; ergo bonum transcendente est in suo genere essentialiter perfectum.

Argues 1°. Bonitas transcendentalis, si aliquam supra ens adderet positionem, hujusmodi aut esset realis, aut esset intentionalis; sed talis positio est omnino<sup>84</sup> chimerica; nihil ergo positionis addit enti. Probatur minor: talis positio nihil est nisi relatio a mente tantummodo fabricata; talis ergo positio est chimerica. Probatur maior a Divo Thoma, quaestione 21, *De veritate*: "Sed verum et bonum positive dicuntur; unde non possunt addere nisi relationem, quae sit rationis tantum<sup>85</sup>".

Respondetur, concessa maiore, negando minorem. Ad probationem, nego maiorem: ad auctoritatem Divi Thomae dicamus oportet Angelicum Doctorem sumere verum et bonum veluti quasdam entitates reales enti realiter additas, idcirco asserit non nisi relationem rationis enti superaddere, cum bonum et verum sint ipsissima res bona et vera realiter.

Non autem<sup>86</sup> bonum et verum fundare distinctas conceptibilitates intentionaliter diversas per ordinem ad intellectum, quibus positus, et insimul bonitatis constitutivo saepe, saepius tradito, aperte constat bonitatem addere enti formaliter positionem.

Argues secundo. A vero transcendentali distinguitur bonum veluti altera entis proprietates; sed non distingueretur, si bonitas esset sita positive in habitione totius esse, quod ad suam attinet essentiam; ergo in positivo non construetur.

Probatur minor: veritas est rei conformitas ad sua principia essentialia; sed conformitas est formaliter habitio totius esse intentionaliter; ergo veritas et bonitas, suppositis eorum constitutivis, non discriminantur. Probatur minor: talis conformitas est<sup>87</sup> integritas rei; ergo conformitas est formaliter habitio totius esse essentialis.

Respondetur, concessa maiore, distingo minorem: non distinguerentur realiter, concedo; intentionaliter, nego. Ad probationem, concessa maiore, negando minorem. Ad probationem, distingo maiorem: talis conformitas est integritas rei vel in essentia vel in essendo, concedo; in essendo, sudistinguo: ita ut talis conformitas praescindat ab eo quod essentia habeat totum esse quod ad ipsam spectat, concedo; secus, nego.

Veritas igitur taliter dicitur conformitas rei ad essentialia principia quod respicit rem in essendo per ordinem ad intellectum, inquam, per ordinem ad

<sup>84</sup> omnino] / p. 31v.

<sup>85</sup> Thomas de Aquino, *De veritate*, q. 21, a. 1, ed. Leonina, XXII, 3/1, p. 592b.

<sup>86</sup> autem] // p. 32r.

<sup>87</sup> est] / p. 32v.

rem in essentia ut superius praemonuimus; sed adhuc<sup>88</sup>, gratis dato quod rem solum respiciat in unico statu absque ordine ad alium<sup>89</sup>, magnum semper videtur discrimen inter veritatem et bonitatem.

Veritas igitur dicit conformitas res, inquam, conformitatem praescindendo ab eo quod res totam essentiam dicat; non autem bonitas, siquidem importat omnimodam habitationem totius esse essentialis, cujus ratione nequit praescindere a tota rei perfectione.

Argues 3°. Intantum bonitas importaret positivum inquantum diceret habitationem rei per modum proprietatis entis; sed talis habitio potius est res ipsa quam ejusdem proprietatis; non ergo bonitas dicit positivum. Probatur minor: talis habitio est complementum rei atque integritas; ergo potius res quam ejusdem proprietatis<sup>90</sup>.

Respondetur, concessa maiore, negando minorem. Ad probationem, distinguo antecedens: est complementum rei ita ut tale complementum sit veluti rei conceptus secundarius, concedo; primarius, nego. Est enim habitio rei integritas, sed hujusmodi non est de primaria entis conditione: nam primaria enti conditio in eo est quod nullam ad esse involvat pugnam.

Argues ultimo. Omne bonum est conveniens ac appetibile; ergo in conveniente et appetibili constituendum est. Respondetur, concessio antecedente, negando consequentiam: compertum est omne bonum in ratione boni esse appetibile pariterque conveniens; ast haec ratio bene est cum eo quod ratio appetibilis et convenientis non spectet ad primariam naturam bonitatis, eo modo quo risibile non respicit primarium hominis<sup>91</sup> conceptum, quamvis nullus vigeat homo qui non sit risibilis.

## <CAPÍTULO VI>

[p. 34r] De distinctione ejusdemque specierum, nec non de identitatis idea.

Subtilia utique de distinctionibus tradunt rigidiores scholastici, et maxime recentes baconistae, pro distinctionis constitutivo acriter disputantes. Si mihi tamen quod sentio fateri licet, utriusque baconistarum clarissimorum sistematis prospiciendo monumenta, immo et Resoluti perspicua consulendo testimonia, calamo non nisi aureo a clarissimo Coutinho inculcata, delabi quodam pondere me sentio in illud tenens<sup>92</sup> distinctionem potius esse sitam

<sup>88</sup> adhuc] // p. 33r.

<sup>89</sup> alium] aliul *corr. in* alium.

<sup>90</sup> proprietatis] / p. 33v.

<sup>91</sup> homi-nis] // p. 34r.

<sup>92</sup> tenens] / p. 34v.

in identitatis negatione, quam in alio positivo consistere: ita Resolutus ratioque suadent.

Sciamus itaque unionem non opponi distinctioni: quae namque unitae simul sunt, adhuc distinctae dicuntur. Sic anima non est corpus, quamvis corporis sit unita, immo tantum abest ut unio adversetur distinctioni, quin potius distinctionem requirat. Unio enim est distinctorum copullatio.

Sciamus iterum quod distinctio latius patet quam diversitas, siquidem omnia diversa sunt distincta, non vicissim distincta sunt diversa, ut videre est in essentia Petri, quae, licet non sit diversa ab essentia Pauli, ab illa tamen est distincta.

Profecto<sup>93</sup>, ut detur realis distinctio, necessum est quod detur aliquid, et aliquid cui innitatur identitatis negatio unius cum alio, siquidem non sufficit quod unum realiter non sit aliud, ut ab illo realiter distinguatur: relatio quippe rationis non est realiter ens rationis, et tamen realiter ab illo non distinguitur; non igitur est eadem, nec distincta realiter.

Sic denique sciendum venit aliam denominari distinctionem positivam, aliam negativam, mixtam aliam: positiva, dicitur cujus extrema sunt positiva; negativa, cujus extrema negativa dicuntur; mixta, tandem, ut sit unum positivum negativum alterum.

Resolvimus: distinctio, formaliter assumpta, consistit in identitatis carentia. Probatur<sup>94</sup> 1°. Resolutus doctor in *Primum*, distinctione trigesima tertia, quaestione prima, articulo secundo, §4, sic loquitur: “sed certum est quod diversum, dissimile et inaequale sunt privationes et in rei veritate<sup>95</sup> privatio unitatis<sup>96</sup>”; atqui diversum in idem conspirat ac distinctum; ergo, sicut diversum est in rei veritate unitatis privatio, ita et distinctum.

Probatur minor: diversum est oppositum eidem, sicut et multitudinis species; sed similiter distinctum est multitudinis species, sicut et idem oppositum; diversum ergo in idem conspirat ac distinctum.

Illustratur: diversum, sive distinctum, dicit in rei veritate privationem unitatis; sed eo ipso<sup>97</sup> dicit quoque identitatis carentiam; ergo, si importat unitatis privationem, similiter et identitatis carentiam. Probatur minor: ideo diversum dicit privationem unitatis, quia est una ex speciebus multitudinis; atqui, sicut diversum, aut distinctum, est multitudinis species, ita idem, sive identitas, est species unitatis; ergo, eo ipso quod diversum dicat unitatis privationem, ita et identitatis carentiam.

<sup>93</sup> pro-fecto] // p. 35r.

<sup>94</sup> proba-tur] / p. 35v.

<sup>95</sup> veritate] veritates *corr. in* veritate.

<sup>96</sup> Ioannes Baconius, *Quaestiones in quatuor libros Sententiarum*, ed. Madrid 1754, I, d. 33, q. 1, art. 2, §4, n. 22, f. 488 b: «Sed certum est quod diversum, dissimile et inaequale sunt privationes et in rei veritate privatio unitatis».

<sup>97</sup> ipso] // p. 36r.

Minor est expressa in Resoluto: “unum et multum opponuntur sic quod idem, simile et aequale sunt propria uni et opposita his, scilicet diversum, dissimile et inaequale sunt propria multitudini<sup>98</sup>”. Ut tamen ex aequo, inquam, ex integro, perspicuiusque dignoscamus ejusmodi resolutionem verum esse Resoluti faetum, eum accuratius ascoltamus in *I<sup>um</sup>*, distinctione trigesima tertia, quaestione unica<sup>99</sup>, art. 2<sup>o</sup>:

“Universaliter verum est quod in omni divisione imperfectior differentia habet rationem privationis in rei veritate; sed, cum dividitur substantia in corpoream et incorpoream, incorporeum est perfectior differentia, ut per se patet: igitur corporeum in rei veritate est privatio respectu incorporei, et incorporeum solum est privatio secundum famositatem nominis. Sed in proposito, cum ens dividitur in unum et multa, per se patet quod ratio unius est perfectior quam ratio multitudinis, sicut simplex composito. Igitur unum dicit privationem solum secundum famositatem nominis, et multitudo secundum rei veritatem<sup>100</sup>”.

Probatur 2<sup>o</sup>. Totius<sup>101</sup> aliquid praecise aufertur, aliqua formalitate sublata, illud in ea formaliter constituitur; sed, sublata negatione aut identitatis carentia, praecise aufertur distinctio; in hujusmodi ergo identitatis carentia consistit distinctio. Probat minor: seclusa ab hac propositione ‘aurum non est lapis’ negatione, aufertur praecise distinctio; ergo praecise, sublata negatione, distinctio aufertur.

Probatur antecedens: sublata negatione hujus propositionis, monet praecise hoc modo ‘aurum est lapis’; sed in hujusmodi propositione nulla involvitur distinctio; ablata igitur negatione ab hac propositione, praecise aufertur distinctio, quapropter in identitatis carentia formaliter constituitur.

Probatur ultimo. Idcirco<sup>102</sup> distinctio non diceret formaliter identitatis carentiam, quia distinctionis extrema ad invicem distinguerentur per rationes

<sup>98</sup> Ioannes Baconius, *Quaestiones in quatuor libros Sententiarum*, ed. Madrid 1754, I, d. 33, q. 1, art. 2, §4, n. 22, f. 488 b: «Unum et multa opponitur sic quod idem, simile et aequale sunt propria uni et opposita his, scilicet diversum, dissimile et inaequale sunt propria multitudini ».

<sup>99</sup> uni-ca] / p. 36v.

<sup>100</sup> Ioannes Baconius, *Quaestiones in quatuor libros Sententiarum*, ed. Madrid 1754, I, d. 33, q. 1, art. 2, §4, n. 22, f. 488 a: «Universaliter verum est quod in omni divisione imperfectior differentia habet rationem privationis in rei veritate; sed, cum dividitur substantia in corpoream et incorpoream, incorporeum est perfectior differentia, ut per se patet; igitur corporeum in rei veritate est privatio respectu incorporei, et incorporeum est solum privatio secundum famositatem nominis. Sed in proposito, cum ens dividitur in unum et multa, per se patet quod ratio unius est perfectior quam ratio multitudinis, sicut simplex composito. Igitur unum dicit privationem solum secundum nominis famositatem, et multitudo secundum rei veritatem».

<sup>101</sup> totius] // p. 37r.

<sup>102</sup> idcir-co] / p. 37v.

positivas illa positive constituenta; sed hoc non; ergo tantummodo sita est distinctio in identitatis carentia.

Probatur minor: distinctio formaliter assumpta id conficit quod, ex duplici identitate positiva, una non sit altera; sed unum non esse formaliter aliud, est unum dicere formaliter carentiam identitatis cum alio; ergo distinctionis extrema non per rationes positivas, sed per identitatis carentiam formaliter discriminantur.

Argues 1°. Nullo ex recensito Baconii testimonio loquitur speciatim de distinctione atque identitate; ergo<sup>103</sup>, tametsi ‘diversum’, ‘dissimile’ et ‘inaequale’ dicant rationum privationis, non ita distinctio.

Respondetur, concesso antecedente, negando consequentiam: licet nullus adsit Resoluti locus, expresse de distinctione pertractans apertissime infertur ipsam in identitatis carentia constitui debere: nam laudato in textu docet Resolutus Doctor ens dividi in unum et multa, eo quod unum, veluti differentia perfectior, dicit tantum privationem secundum nominis famositatem; multa, vero, in rei veritate.

Cum autem distinctio sit multitudinis species, sicut identitas species unius, ut ait Angelicus Doctor, sub quinto *Methaphysicorum*, lectione<sup>104</sup> duodecima: “idem et diversum consequuntur unum et multa<sup>105</sup>”. Ideo, licet non expressis terminis, evidenter tamen ex magistro praestabilitum infertur assertum.

Contra. Ab eo quod Resolutus Doctor dicat imperfectiorem differentiam dicere privationem, et ideo unum dicere rationem privationis multitudinis, tantummodo intelligitur quod imperfectior differentia dicat privationem perfectionis perfectioris differentiae, ut videndum est in substantia corporea respectu incorporea; ergo non ideo sistit in carentia identitatis, sed perfectionis.

Respondetur negando antecedens: frustra enim ageret antesignan[d]us noster, cum valde sit omnibus novum<sup>106</sup> quod imperfectius careat perfectione perfectioris: sic, nobiliori observati<sup>107</sup>, inquam, observatione praesens dignum est dictamen ab eodem doctore apprime fatigatum.

Contra. Si privatio, quam in via Resoluti dicunt differentiae imperfectiores, non esset perfectionis, sed identitatis, irrationale, utpote differentia, imperfectior rationali esset in rei veritate negatio rationalis; atqui irrationale importat in rei veritate entitatem positivam; ergo imperfectior differentia, in sensu Magistri, importat perfectionis carentiam.

<sup>103</sup> ergo] // p. 38r.

<sup>104</sup> lectio-ne] / p. 38v.

<sup>105</sup> Thomas de Aquino, *In duodecim libros Metaphysicorum Aristotelis expositio*, V, lect. 12, ed. Cathalà/Spiazzi, p. 249a.

<sup>106</sup> novum] // p. 39r.

<sup>107</sup> observati] observantia corr. in observati.



Respondetur negando maiorem: loquitur enim testimonium tantummodo de differentiis contrahentibus rationem<sup>108</sup> divisam, quae ab ipsis diversimode participatur, ut corporeum et incorporeum, unum et multa, quae in ratione substantiae et entis discriminantur; non autem de illis quae similiter participant rationem divisam, uti irrationale et rationale.

Caeterum potest utique rationale<sup>109</sup> entitatem positivam importare et absque inconvenienti dicere identitatis carentiam: nam aliud est constitutum rerum inter quas viget distinctio, aliud distinctionis quae necessario exigit entitates, aut extrema positiva inter quae intercedat huiusmodi distinctio.

Unde dicere irrationale importare negationem identitatis non aufert ab ipso irrationali rationem positivam<sup>110</sup> per quam positive constituitur in ratione irrationalis, ut liquet in rationali, quod, licet distinguatur per negationem a lapide, non di<s>perdit positivum constitutum per quod constituitur.

Argues 2°. Distinctio ideo diceret carentiam identitatis, quia diceret, inquam, quia esset differentia imperfectior identitate; sed non est; ergo non importat identitatis carentiam. Probatur minor: perfectior est in Deo personalis distinctio quam ipsarum identitas; non ergo dicitur semper imperfectior differentia identitate.

Respondetur, concessa maiore, negando minorem. Ad probationem, concesso antecedente, negando consequentiam: non igitur comparatur una alia cum differentia<sup>111</sup>, nisi utraque sit existens; cum autem personarum identitas sit omnino chimaerica, nimirum quod distinctio in divinis personis sit perfectior, ficta ipsarum identitate.

Contra. Atqui adhuc respectu identitati existentis nec semper distinctio est imperfectior differentia; ergo ruit solutio. Probatur minor subsumpta[m]: distinctio quae intercedit inter divinas personas non est perfectior identitate ipsarum cum essentia divina; atqui huiusmodi identitas est existens; ergo adhuc respectu identitatis existentis non semper distinctio est differentia perfectior.

Respondetur: distinguo minorem subsumptam: nec semper distinctio est differentia imperfectior in rebus creatis aut in proprio distinctionis<sup>112</sup> genere, nego; in rebus increatis aut in alio genere distinctionis<sup>113</sup>, concedo. Ad probationem, concessa maiore et minore, nego consequentiam modo tradito. Fateri cogimur distinctionem divinarum personarum non esse perfectiorem identitate ipsarum cum natura divina.

<sup>108</sup> ra-tionem] / p. 39v.

<sup>109</sup> rationale] rationalem *corr. in* rationale.

<sup>110</sup> po-sitivam] // p. 40r.

<sup>111</sup> differentia] /p. 40v.

<sup>112</sup> distincti-onis] // p. 41r.

<sup>113</sup> distinctionis] *add. supra lin.*

Potentia enim productiva non dicitur minus perfecta quam sapientia, siquidem omnipotentia Dei non est imperfectior ipsa sapientia, licet in suo genere distinctio sit identitate imperfectior, ut liquet in eadem potentia productiva, quae semper sub proprio conceptu dicitur minus perfecta quam sapientia, juxta illud: 'melior est sapientia, quam vires'.

Unde, quia in Deo omnia<sup>114</sup> sunt ejusdem perfectionis, quatenus Deus est ens summum, infinitum ac utique perfectum, ideo de distinctione identitateque in divinis non licet discurremus, veluti in creatis.

Contra. Si in rebus creatis distinctio semper esset imperfectior differentia, et ideo diceret negationem, unum et multa non opponerentur contrarie; sed ita opponuntur; non est ergo imperfectior differentia.

Minor ostenditur ex Aristotele, libro decimo, cap. 5: "opponuntur autem unum et multa, cum autem oppositiones quatuor sint modis... contraria erunt profecto<sup>115</sup>". Probatur maior: opposita contraria sunt positiva; ergo unum et multa non opponerentur contrarie<sup>116</sup>, si distinctio diceret negationem.

Respondetur distinguendo maiorem: unum et multa, materialiter sumpta, non opponerentur contrarie, nego; formaliter, subdistinguo: si tantummodo attendatur ad formalia constitutiva unius et multi praecise, nego; si attendatur ad constitutivum distinctionis intercedentis inter unum et multa, concedo.

Dupliciter unum et multa sumi possunt: vel materialiter secundum entitates positivas necessario requisitas ad fundandam distinctionem per quas constituuntur; vel formaliter secundum rationes per quas ad invicem distinguuntur formaliter. Sic, si materialiter accipiantur, contrarie opponuntur; si vero formaliter, privative adversantur<sup>117</sup>.

Argues 3°. Resolutus in *I<sup>um</sup>*, distinctione 33, art. secundo, §3°, ita loquitur: "Quando aliqua res habet rationem exprimentem eam affirmative et negative, magis supponendum est quod affirmativa ratio est prima et negativa consequitur ad eandem, quam econverso<sup>118</sup>"; atqui distinctio positive exprimit alietatem unius ab alio, et negative identitatis negationem; ergo in positivo tantum, et non in negativo, est formaliter constituenda distinctio.

Respondetur: Resolutum doctorem loqui dumtaxat de rebus simplicibus, de illis scilicet quae in via ipsius doctoris dicuntur perfectiores differentiae,

<sup>114</sup> omnia] / p. 41v.

<sup>115</sup> Arist., *Met.*, X, 6, 1057a 14.

<sup>116</sup> con-trarie] // p. 42r.

<sup>117</sup> ad-versantur] / p. 42v.

<sup>118</sup> Ioannes Baconius, *Quaestiones in quatuor libros Sententiarum*, ed. Madrid 1754, I, d. 33, q. 1, art. 2, §3, n. 19, f. 487 b: «Quando aliqua res habet rationem exprimentem eam affirmative et negative, magis supponendum est quod affirmativa ratio est prima et negativa consequitur ad eandem, quam econverso».

utpote identitas, aequalitas, similitudo, quae unitatis dicuntur species<sup>119</sup> et in rei veritate important positionem per contrapositionem ad res non-simplices, seu ad differentias imperfectiores.

Nam ejusmodi differentiae formaliter et in rei veritate sapiunt privationem, licet quoad nominis famositatem positivum importent, ut apertissime videre est in sequentibus verbis ejusdem testimonii.

Argues 4°. Distinctio est passio, seu entis proprietas; ergo in carentia non consistit. Probatur consequentia: eo ipso quod sit proprietas entis identificatur cum illo; atqui distinctio, ut identificata cum ente, nequit in negativo consistere; ergo, eo ipso quod sit entis proprietas in carentia non consistit.

Probatur<sup>120</sup> minor: si consisteret in negatione et cum ente identificaretur, esset pariter identificata cum entitate divina; sed hoc maximam involvit imperfectionem; ergo distinctio, utpote cum ente identificata, in negatione identitatis nequit consistere.

Respondetur, concesso antecedente, negando consequentiam. Ad probationem, nego maiorem: non igitur ab eo quod distinctio sit entis proprietas absolute sequitur quod cum illo identificatur, sed tantummodo quod fundetur in entitate positiva ejusdem, taliter quod nullum reperiat ens quod non fundet hujusmodi formalem distinctionem ab alio.

Nec aliquid conficit quod Deus, utpote distinctus, negationem<sup>121</sup> includat, eo modo quo dicit unitatem solitudinis importantis formaliter carentiam alterius Dei: unde privatio imperfectionis melior est, in quolibet subjecto, quam non-privatio. Sic Doctor in 3<sup>um</sup>, distinctione 1<sup>a</sup>, quaestione unica, art 2°, §1°: “Non-dependentia est negatio dicens perfectionem<sup>122</sup>”.

Argues 5°. Idcirco distinctio consisteret in carentia identitatis, quia, destructa ipsa carentia, destruitur distinctio, ut in hac propositione: ‘aurum non est lapis’; sed distinctio re ipsa manet; non sistit ergo in identitatis carentia. Probatur minor: si destrueretur distinctio, destructa carentia, maneret identitas vera; sed manet tantummodo identitas falsa; ergo adhuc, destructa carentia, distinctio manet.

Respondetur<sup>123</sup>, concessa maiore, negando minorem. Ad probationem, concessa maiore, negando minorem: perperam igitur tenent nuperi bacconistae manere dumtaxat identitatem falsam in hac propositione aliisque similibus, negatione sublata. Nam, si ita contingeret, maneret et non maneret negatio identitatis verae, quod reputatur absurdum.

<sup>119</sup> spe-cies] // p. 43r.

<sup>120</sup> proba-tur] / p. 43v.

<sup>121</sup> negatio-nem] // p. 44r.

<sup>122</sup> Ioannes Baconius, *Quaestiones in IV Sententiarum*, ed. Venetiis 1526, III, d. 1, q. 1, art. 2, f. 2r a: «Sed non-dependentia est negatio dicens perfectionem».

<sup>123</sup> respondetur] / p. 44v.

Non maneret in primis negatio identitatis verae, quia supponitur auferri, nec aliam continet haec propositio dumtaxat, inquam, dum ita jacet: 'aurum non est lapis'. Sic maneret etiam negatio identitatis verae, quia, si maneret identitatis falsa, maneret non-identitas vera, quae est negatio identitatis verae.

Argues 6°. Si distinctio importaret negationem<sup>124</sup> identitatis de lapide supra montem posito exempli gratia, verificarentur duo contradictoria; ne ergo hoc dicamus, identitatis negationem aut carentiam distinctio non importat.

Probatur maior: dicerentur vere 'mons habet negationem lapidis', 'mons non habet negationem lapidis'; duo ergo verificarentur contradictoria. Probatur antecedens: esset vera prima propositio, quia adhuc mons esset distinctus a lapide; esset vera secunda, quia, posito quod mons contineat in se lapidem, illius non habet negationem.

Respondetur negando antecedens. Ad probationem, distingo antecedens: mons haberet negationem identitatis lapidis, mons non haberet negationem continentiae lapidis, concedo; mons haberet negationem identitatis<sup>125</sup> lapidis et non haberet negationem identitatis lapidis, nego.

Semper enim a lapide distingueretur mons, quoniam diceret negationem identitatis cum illo, quatenus cum hujusmodi identitatis negatione stat optime contiguitas et continentia lapidis in monte: unio enim non opponitur distinctionis, quin immo ipsius est signum.

Contra. Si mons importaret negationem identitatis cum lapide, distingueretur ab ipso per negationem chimaerae; ergo non terminat negationem identitatis. Probatur antecedens: identitas montis cum lapide est chimaera; ergo, si importaret negationem identitatis, distingueretur per negationem chimaerae<sup>126</sup>.

Respondetur distinguendo antecedens: si mons importaret negationem identitatis quae datur cum lapide, distingueretur per negationem chimaerae, concedo; identitatis quae daretur, si ibi non daretur negatio, nego. Non negatur identitas, de praesenti, quae re ipsa non datur; negatur tamen identitas quae de futuro daretur, si auferretur negatio.

Argues 7°. Id per quod res constituitur, per ipsum distinguitur; sed per esse positivum constituitur; per ipsum ergo distinguitur. Respondetur distinguendo maiorem: id per quod res constituitur formaliter, per id fundamentaliter distinguitur, concedo; formaliter distinguitur, nego.

Nec semper constitutivum cum distinctivo<sup>127</sup> r[e]currere, si eodem in sensu accipiantur, profecto distinguitur fundamentaliter res per formale<m>

<sup>124</sup> negationem] // p. 45r.

<sup>125</sup> iden-titatis] / p. 45v.

<sup>126</sup> chimaerae] // p. 46r.

<sup>127</sup> distincti-vo] / p. 46v.

constitutivum, quatenus hoc praecedere debet ut praebet fundamentum ad distinctionem: hoc liquet ab eo quod, si per impossibile auferatur identitatis negatio inter aurum et lapidem, manerent formaliter constituta, non autem formaliter distincta.

Contra. Semel quod unum ab alio distinguatur, formaliter distinguitur; atqui lapis et aurum aliquo modo per sua constitutiva distinguuntur; ergo, cum constitutiva sint positiva, formaliter positive distinguuntur.

Respondetur negando maiorem: alia igitur est differentia constitutiva<sup>128</sup>, distinctiva altera. Prima, constituit formaliter et facit fundamentaliter differre; secunda, conficit dumtaxat formaliter differre.

Unde conceptus differentiae, ut sic, est facere differre, praescindendo ab eo quod sit formaliter-fundamentaliter, aut alio in quocumque distinctionis genere; hoc illo modo facere differre ad differentiam attinet, hoc illo modo particulariter assumptam.

Argues ultimo. Pro priori ad negationem lapidis, aurum formaliter distinguitur ab ipso; ergo in negatione non sistit distinctio. Probatur antecedens: pro priori ad negationem lapidis, lapis et aurum formaliter existunt; ergo pro priori ad negationem lapidis, ab ipso<sup>129</sup> distinguitur formaliter aurum.

Probatur consequentia: posito quod pro priori existant, verum est dicere ‘lapis est formaliter non-aurum’, ‘aurum est formaliter non-lapis’; sed ‘lapis est formaliter non-aurum’ est idem ac dicere ‘lapis non est formaliter aurum’; ergo, pro priori ad negationem lapidis, ab illo formaliter distinguitur aurum. Probatur minor: ex affirmativis de praedicato infinito valet consecutio ad negativa de praedicato finito; idem ergo est dicere ‘lapis est formaliter non-aurum’ ac ‘non est formaliter aurum’.

Respondetur negando antecedens. Ad probationem, concesso antecedente, nego consequentiam<sup>130</sup>. Ad probationem, concessa maiore, nego minorem. Ad probationem, distinguo antecedens: valet consecutio ad negativa, vel formaliter vel fundamentaliter, concedo; semper formaliter, nego. Unde, pro priori ad negationem lapidis, nec datur identitas lapidis cum auro, nec cum ipso formaliter non-identitas: dantur dumtaxat lapis et aurum formaliter constituta et fundamentaliter distincta.

Quapropter non est idem ‘lapis est formaliter non-aurum’ ac ‘non est formaliter aurum’. Primum enim dicit id quod lapis est; secundum autem quod lapis non est, nec adversus sumulistas aliquid asseremus.

Nos siquidem habemus cum ipsis quod ex propositione affirmativa de praedicato infinito sequitur<sup>131</sup> negativa de praedicato finito: sufficiens enim

<sup>128</sup> cons-titutiva] // p. 47r.

<sup>129</sup> ipso] / p. 47v.

<sup>130</sup> consequentiam] // p. 48r.

<sup>131</sup> sequi-tur] / p. 48v.

est quod ab hac propositione 'lapis est non-aurum' sec[te]tetur alia, scilicet, 'lapis non est fundamentaliter aurum'.

Contra. Atqui ex hac propositione 'lapis est formaliter non-aurum' sequitur tantum ista 'lapis non est formaliter aurum'; ergo nulla solutio. Probatur minor subsumpta: dum pro priori ad negationem dicitur lapidem esse formaliter non-aurum, vere dicitur lapidem esse formaliter lapidem; sed ex ista sequitur alia 'lapis non est formaliter aurum'; ergo.

Probatur minor: lapidem esse formaliter lapidem est idem ac dicere lapidem non esse formaliter non-lapidem; sed lapidem non esse formaliter non-lapidem est<sup>132</sup> dicere lapidem non esse formaliter aurum; ergo hac propositio 'lapis est formaliter lapis' arguit aliam, scilicet, 'lapis non est formaliter aurum'. Probatur maior: duplex negatio non laedit propositionem; ergo 'lapis est formaliter lapis' aequivalet alteri 'lapis non est formaliter non-lapis'.

Respondetur negando minorem subsumptam. Ad probationem, concessa maiore, nego minorem. Ad probationem, nego maiorem. Ad probationem, distinguo antecedens: duplex negatio non laedit propositionem, si una infinite[r] altera neget, nego; si utraque sit affirmans, concedo. Non igitur est idem lapidem esse formaliter lapidem ac non esse formaliter non-lapidem.

Aliter in idem conspirarent<sup>133</sup> propositio affirmativa ac negativa, siquidem 'lapis non est formaliter non-lapis' est negativa, aequivalet alteri 'lapis non est formaliter aurum', posito quod non-aurum includatur in lapide.

## <CAPÍTULO VII>

### [p. 49v] De distinctionis scoticae idea.

Distinctio, quae est entis passio, ejusdem sequitur ordinem: tot etiam patitur divisiones, quot ens ipsum. Sic, praetermissis ferme innumeris speciebus in quas ens ac distinctio distribui possunt, duae distinctionis in genere sunt species: alia, scilicet, realis; rationis altera<sup>134</sup>.

Realis vero distribuitur in 'realem ex natura rei physicam' et in 'realem ex natura rei intentionalem'. Nullam tamen ex istis amplectitur Scotus, invenit ergo inter gradus methaphysicos diversas formalitates in quibus ponit distinctionem quae nec realis physica, nec realis intentionalis, nec rationis tantum, sed realis absoluta vocitatur.

Idea methaphysicae aut, ut tenent scholae, gradus methaphysici sunt: genus, species et differentia, quae in ordine praedicamentorum collocantur, illi, scilicet, gradus per quos vel ad individua descendimus, ut substantia, corpus, vivens, animal, rationale et Petreitas...

<sup>132</sup> est] // p. 49r.

<sup>133</sup> cons-pirarent] / p. 49v.

<sup>134</sup> altera] // p. 50r.

Vel ad supremum genus scandimus, sicuti Petreitas, rationale, animal, vivens<sup>135</sup>, corpus et substantia: sic, praeciso omni ordine ad mentem, volunt scotistae gradus istos dicere formalitates distinctas, quae in eorum sistemate vocantur subjective, quatenus rebus conveniunt secundum esse absolutum.

Scotus itaque opinatur non aliter suam esse distinctionem nisi ‘formalem actualem ex natura rei’. ‘Formalem’, quidem, quia non viget inter rem et rem, sive rem et modum, sed inter formalitates ejusdem rei. ‘Actualem’, quoque ‘ex natura rei’, quia actualiter per omnimodam independentiam ad intellectum in rebus extant.

Resolvimus: inter ideas methaphysicas creatas non datur scoticae distinctionis idea. Probatur 1<sup>o</sup>. Talis distinctio daretur<sup>136</sup> inter gradus metaphysicos realiter per independentiam ad intellectum; sed hujusmodi est omnino implicatoria; implicat ergo in rebus scotica distinctio.

Prabatur minor: si ita daretur talis distinctio, gradus methaphysici essent in eadem entitate realiter identificati et formaliter distincti; sed hoc non placet; nec ergo scotica distinctio. Probatur minor: implicat quod idem sit unum realiter et formaliter multiplex; ergo et quod gradus methaphysici sint realiter identificati et formaliter distincti.

Probatur antecedens: implicat quod idem sit realiter unum et personaliter multiplex; pariter ergo quod idem sit realiter unum et formaliter multiplex. Probatur consequentia<sup>137</sup>: idcirco implicat idem esse formaliter unum et personaliter multiplex, quia sensus realis et personalis eodem modo suscipiuntur per independentiam ad intellectum; sed ita se tenent sensus realis et formalis in scotica doctrina; ergo, sicut implicat idem realiter unum et personaliter multiplex, ita et realiter unum et formaliter multiplex.

Probatur secundo: quae realiter distinguuntur, formaliter non identificantur; ergo, quae realiter identificantur, formaliter non distinguuntur. Probatur antecedens: quae realiter distinguuntur, si formaliter identificarentur, realis rei separatio in locis realiter separatis non esset signum distinctionis realis ipsius rei; sed hoc non; ergo, quae realiter distinguuntur, formaliter non identificantur.

Probatur<sup>138</sup> maior: res ipsa, realiter separata in locis realiter separatis, esset realiter distincta; sed eo ipso esset realiter identificata; ergo realis rei separatio non esset signum distinctionis realis, quin immo identitatis formalis ex natura rei scotice.

Probatur ultimo: esse et non esse, in eodem esse, est omnino impossibile; sed hoc diceretur, amplexa scoticae distinctionis idea; ergo est implicatoria.

<sup>135</sup> vi-vens] / p. 50v.

<sup>136</sup> daretur] // p. 51r.

<sup>137</sup> con-sequentia] / p. 51v.

<sup>138</sup> pro-batur] // p. 52r.

Probatur minor: *ideae methaphysicae essent identificatae et non essent identificatae in eodem esse physico; ergo esse et non esse in eodem esse dicere-tur, amplexa scoticae distinctionis idea.*

Probatur antecedens: *essent et non essent identificatae in illo esse, quod prorsus est a mente independens; sed<sup>139</sup> huiusmodi esse est reale physicum; ergo methaphysicae ideae essent et non essent identificatae in eodem esse physico<sup>140</sup>.*

Argues 1°. *In eodem homine dantur animale et rationale, habentia distinctos conceptus; sed huiusmodi salvari nequeunt, nisi beneficio distinctionis ex natura rei scoticae; ergo, prae aliis distinctionibus, est amplectenda.*

Probatur maior: *datur ‘animal’, cui competit ‘principium sentiendi’, et ‘rationale’, cui convenit ‘principium ratiocinandi’; ergo dantur animal et rationale, habentia distinctos conceptus. Probatur minor: nequeunt ita intellegi beneficio distinctionis realis entitativae; ergo tantummodo ope distinctionis formalis scoticae.*

Respondetur<sup>141</sup> *distinguendo maiorem: in eodem homine physice aut formaliter scotice, nego; secus, concedo. Ad probationem, distinguo similiter antecedens. Ad probationem, concessio antecedente, nego consequentiam et suppositum: quatenus scotica distinctio, si res bene [per]pendatur, eisdem est creationis ac distinctio realis.*

*Est igitur homo realiter, aut formaliter in sensu Scoti, eadem indivisibilis entitas, quin animali competat diversus character a caractere rationalis, siquidem ei diversi conceptus dumtaxat in ipso homine concipiuntur, si homo et eisdem partes methaphysicae sub diversis formalitatibus ad intellectum suscipiantur.*

Contra. *Si de animali et rationali, in sensu<sup>142</sup> Scoti, non verificarentur distincti conceptus, de omni animali verificaretur rationale in sensu Scoti; sed hoc est aperte falsum; ergo verificantur formaliter, in <sensu> Scoti, de animali et rationali distincti conceptus. Probatur minor: non verificatur rationale de animali brutino; ergo, in sensu Scoti, non verificatur rationale de omni animali.*

Respondetur distinguendo maiorem: *de omni animali humano verificaretur rationale in sensu Scoti, concedo; de omni animali brutino, nego. De quocumque enim, de quo verificatur animal humanum, verificatur rationale, tam realiter, quam formaliter ex natura rei scotice.*

*Hoc igitur in sensu, ipsissimus<sup>143</sup> est conceptus animalis ac rationalis, quapropter sunt omnino idem; si autem arguatur de animali brutino ad ratio-*

<sup>139</sup> sed] / p. 52v.

<sup>140</sup> physico] physicum *corr. in physico.*

<sup>141</sup> res-pondetur] // p. 53r.

<sup>142</sup> sen-su] / p. 53v.

<sup>143</sup> ipsissi-mus] // p. 54r.



nale, non solum realiter, sed formaliter distinguuntur ob diversum esse quo realiter gaudent.

Argues 2°. Animal est genus et contrahibile, rationale est differentia et contrahens; sed hoc salvari nequit, nisi mediet scotica distinctio inter animal et rationale; ergo re ipsa existit.

Respondetur distinguendo maiorem: animal est genus, et rationale differentia physice, aut formaliter in sensu Scoti, nego; intentionaliter in sensu Baconis, concedo. In statu baconico, tam animal tam rationale induunt rationem<sup>144</sup> generis et differentiae, quatenus dicuntur ita prout respiciunt intellectum.

Contra. Secluso ordine ab intellectu, ab animali et rationali aggrediuntur distinctae operationes; ergo similiter, absque ordine ad intellectum, animal est genus contrahibile, et rationale differentia contrahens.

Probatur antecedens: secluso ordine ab intellectu, egrediuntur ab animali sensatio, quemadmodum et a rationali discursus; ergo ab ipsis egrediuntur distinctissimae operationes, secluso ordine quocumque ad intellectus nostros<sup>145</sup>.

Probatur 1<sup>a</sup> consequentia: minorem non arguunt distinctionem operationes diversae, quam ratio generis contrahibilis<sup>146</sup> et differentia contrahentis; ergo, si ab animali et rationali egrediuntur diversae operationes, nullo pensato ordine ad intellectum, animal est genus, rationale differentia, independenter ad intellectum.

Respondetur: concesso antecedente, nego consequentiam. Ad probationem, concedo totum. Ad probationem, nego antecedens: diversae operationes non arguunt infallibiliter distinctionem in principio, ut sensatio et calefactio, quae realiter distinguuntur, quin in sole, a quo egrediuntur, aliquam arguant distinctionem.

Sic sensatio egreditur ab animali, et pariter a rationali, eo modo quo discursus a rationali et animali, siquidem realiter animal sentit et discurret, sicut rationale discurret et sentit<sup>147</sup>. Unde intentiones generis et differentiae sunt diversimode conceptibiles, quapropter per ordinem ad mentes nostra concipi tantummodo valent.

Argues tertio. Nullo intellectu cogitante competit homini manifesta contradictio, quae, contempta scotica distinctione, salvari nequit; hujusmodi ergo admitti debet. Probatur antecedens: competit homini esse similem brutis secundum animal, et non esse similem bruti secundum rationale; sed haec salvari nequit contradictio, seclusa scotica distinctione inter animal et rationale; ergo, hac contempta, salvari nequit contradictio quae competit homini.

<sup>144</sup> ra-tionem] / p. 54v.

<sup>145</sup> intellectus nostros] intellectum ostros *corr in.* intellectus nostros

<sup>146</sup> contra-hibilis] // p. 55r.

<sup>147</sup> sen-tit] / p. 55v.

Respondetur negando antecedens. Ad probationem, nego antecedens: non<sup>148</sup> est utique concedendum hominem realiter assumptum, nulloque intellectu operante, similem esse brutis, adhuc secundum animalis ideam. Nam, si ita diceretur, etiam per rationale assimilaretur ipsis, quatenus animal realiter est rationaliter, inquam, rationale et vicissim: sic, praevis ad respectum ad mentes nostras, homo est omnino brutis dissimilis, quapropter nulla in ipso viget contradictio ad quam solvendam scotica requiretur distinctio.

Argues 4<sup>o</sup>. Idcirco non extaret scotica distinctio, quia non est excogitabilis status, praeter physicum et intentionalem, in quo ipsa vigeret; atqui inter utrumque statum datur, status medius et absolutus, in quo viget; datur ergo, inter methaphysicas ideas, distinctio scotica.

Probatur<sup>149</sup> minor: datur status in quo methaphysicae ideae, ad invicem relatae, formaliter distinguuntur; sed status iste est absolutus et medius inter realem et intentionalem; ergo datur status medius inter utrumque, in quo viget scotica distinctio.

Respondetur, concessa maiore, distinguendo minorem: datur status medius et absolutus, qui re ipsa sit physicus, concedo; secus, nego. Est prorsus impossibilis recensitus status, quia res nulla concipi valet, quin cogitationem despiciat, nisi in esse reali et independenti: nam toties res intellectum respicit, statim ad esse intentionale extrahitur.

Nec facile est captu quod dentur formalitates diversimode conceptibiles, quin intellectum respiciant: sic prorsus<sup>150</sup> impossibilis evadit scotica distinctio, cum status in quo vigeret sit omnino chimaericus. Eadem pariter confutatur distinctio inter attributa divina ad invicem, ad essentiam et ad relationes comparata.

## <CAPÍTULO VIII>

[p. 57r] De bacconicae distinctionis idea.

Status intentionalis, in sensu Resoluti, ille est in quo eadem indivisibilis entitas, sic sumpta pro statu reali, importat diversos gradus metaphysicos per ordinem ad intellectum, scilicet in quo entitas, simplex pro esse physico, pro statu intentionali dicitur multiplex, ut idem doctor aperte exemplificat cum idea Christi in universali iudicio, qui, licet quantum est ex parte sui ejusdem sit dispositionis, bonis<sup>151</sup> tamen erit ut amabilis, malis autem ut terribilis.

<sup>148</sup> non] // p. 56r.

<sup>149</sup> pro-batur] / p. 56v.

<sup>150</sup> prorsus] // p. 57r.

<sup>151</sup> bo-nis] / p. 57v.

Ejusmodi distinctio appellatur ‘formalis intentionalis ex natura rei’. ‘Formalis’, quia vivit inter formalitates quas invenit doctor in eadem re indivisibili. ‘Intentionalis’, eo quia respicit intentionem ad intellectum, non quia ab ipso sit confecta, sed quia formalitates intellectum respiciunt.

Vocatur ‘ex natura rei’, quatenus datur in rebus pro priori ad mentis operationis: sic distinctionem minorem esse distinctione reali entitativa compatique cum identitate physica, et maiorem distinctionem purae rationis, ut cogitanti liquet.

Resolvimus: existit in rebus distinctio formalis<sup>152</sup> intentionalis ex natura rei bacconica. Probatur 1°. Ea intentionaliter discriminantur in quibus formaliter dantur cognoscibilitates diversae; sed in homine, qui in rebus extat, dantur diversae cognoscibilitates; ergo intentionalis distinctio existit in rebus.

Probatur minor: in homine dantur animal et rationale; sed in hujusmodi dantur cognoscibilitates diversae; ergo intentionalis distinctio existit in rebus. Probatur minor: in illis dantur diversae cognoscibilitates, quorum unum deprehendi valet altero non deprehenso; sed sic se tenent animal et rationale; ergo dantur in ipsis diversae cognoscibilitates.

Probatur secundo: idcirco implicaret bacconica distinctio, quia nequeunt inveniri<sup>153</sup> diversae cognoscibilitates in eadem indivisibilis entitate; sed inveniuntur; ergo non implicat. Bacconica distinctio datur in entitate physice simplici et intentionaliter multiplici; sed hoc contingere potest, sicut entitas physica potest esse multiplex per ordinem ad visum; ergo eadem indivisibilis entitas est multiplex in esse objecibili ad intellectum.

Argues 1°. Intentionalis distinctio nullum habet fundamentum cui fulciatur; ergo excludenda est a gradibus metaphysicis. Probatur antecedens: si aliquod haberet fundamentum, esset de statu physico; sed hoc est prorsus implicitorium; nullum ergo habet fundamentum.

Probatur maior: fundamentum<sup>154</sup> quod haberet, esset, verbi gratia, formalitas animalis et formalitas rationalis; sed non sunt de statu physico; ergo nullum habent fundamentum. Probatur maior: fundamentum quod haberet, fundaret negationem identitatis intentionalis; sed hoc non; ergo hoc fundamentum esset quod haberet.

Respondetur negando antecedens. Ad probationem, distingo maiorem: si aliquod haberet, vel proximum vel remotum, esset de statu physico, concedo; aliter, nego. Ad probationem, distingo maiorem: fundamentum quod haberet, proximum esset formaliter animalis et rationalis, concedo; remotum, nego. Ad probationem, pariter distingo maiorem et minorem.

<sup>152</sup> for-malis] // p. 58r.

<sup>153</sup> inveniri] / p. 58v.

<sup>154</sup> funda-mentum] // p. 59.

Duplex est<sup>155</sup> baconicae distinctionis fundamentum, proximum videlicet et remotum: proximum sunt formalitates idearum methaphysicarum proxime fundantes negationem identitatis intentionalis, quae dumtaxat pro esse intentionali sunt concipiendae.

Remotum est eadem simplex et indivisibilis entitas, proxime fundans formalitates de esse intentionali, et remote negationem intentionalis identitatis in qua constituitur intentionalis distinctio.

Argues 2° [secundo]. Si daretur distinctio baconica, illa quae realiter identificantur, intentionaliter distinguerentur; sed hoc non placet; neque ergo quod detur intentionalis distinctio. Probatur<sup>156</sup> minor: illa quae realiter distinguuntur, intentionaliter non identificantur; ergo, quae realiter identificantur, intentionaliter non distinguuntur.

Probatur antecedens: ea quae sunt realiter distincta, habent diversas cognoscibilitates; sed quae ita sunt, intentionaliter non identificantur; ergo, illa quae realiter distinguuntur intentionaliter, non identificantur.

Respondetur, concessa maiore, negando minorem. Ad probationem, nego antecedens. Ad probationem, nego maiorem: quamvis enim nonnulla sint realiter distincta quae diversas fundant cognoscibilitates ad esse intentionale, hoc tamen universaliter non est verum, siquidem ‘animal<sup>157</sup> hominis’ et ‘animal belluae’ realiter distinguuntur et intentionaliter identificantur, quatenus in ipso una dumtaxat apprehenditur cognoscibilitas.

Contra. Animal et rationale terminant intentionaliter diversas cognoscibilitates; ergo ‘animal hominis’ et ‘animal belluae’. Probatur consequentia: difficilius est terminare diversas cognoscibilitates illud quod est idem, quam illud quod est diversum; sed animal et rationale sunt physice idem, ‘animal’ vero ‘hominis’ et ‘animal belluae’ sunt physice diversa; ergo, si animal et rationale terminant intentionaliter diversae cognoscibilitates, nobiliori jure ‘animal hominis’ et ‘animal belluae’.

Respondetur<sup>158</sup>, concesso antecedente, negando consequentiam. Ad probationem, distingo maiorem: difficilius est aliquando, concedo; semper, nego. Difficilius profecto est quod animal Petri, quod est idem cum ipso animali Petri, terminet diversas cognoscibilitates quam animal, verbi gratia, Petri et rationale Pauli.

Sic tenendum est, eo quia animal Petri, ad seipsum comparatum, habet unum simplicemque conceptum, quem similiter continet ‘animal hominis’ et ‘animal belluae’, licet non ita animal et rationale, quapropter, quamvis ‘animal hominis’ et ‘belluae’ intentionaliter identificentur, non ita animal et rationale.

<sup>155</sup> est] / p. 59v.

<sup>156</sup> probatur] // p. 60r.

<sup>157</sup> ani-mal] / p. 60v.

<sup>158</sup> respondetur] // p. 61r.

Argues 3°. *Bacconica distinctio est pro priori ad mentis*<sup>159</sup> *operationem, sed praeve ad istam nulla datur bacconica distinctio; ergo non datur. Probatur minor: pro priori ad mentis operationem, animal tantummodo est a rationali potentialiter separatum; ergo non est actu bacconice distinctum.*

*Probatur consequentia: ante separationem actu intentionalem, nequit dari distinctio actu intentionalis; ergo, si praeve ad mentis operationem animal a rationali tantummodo potentialiter dicitur separatum, intentionaliter non est actu distinctum.*

*Respondetur, concessa maiore, negando minor. Ad probationem, concesso antecedente, negando consequentiam. Ad probationem, nego antecedens*<sup>160</sup>: *est igitur divisio quaedam actio qua rei dividitur veluti in partes, quae, licet non praecedant divide, pro priori ad divisionem praecedunt utique distinctae (si fortasse ita contingit), quatenus divisio non est ratio distinguendi, bene quidem dividendi, ut videre est in partibus continui, quae, priusquam dividantur, re ipsa distinguuntur.*

Argues 4°. *Bacconicae distinctio idea in eo est quod, deprehenso animali, non deprehendatur rationale; sed ratio ista non arguit bacconicam distinctionem; ergo est implicatoria. Probatur minor: ente deprehenso, non deprehenduntur differentiae; sed hoc non arguit distinctionem intentionalem inter ens et differentias; ergo inculcata ratio non arguit distinctionem.*

*Respondetur, concessa*<sup>161</sup> *maiore, negando minorem. Ad probationem, concessa maiore, distingo minorem: non arguit distinctionem mutuam, concesso; non mutuam, nego. Arguit distinctionem intentionalem ex parte entis cum differentiis, non e converso, eo quia ens est de conceptu differentiarum in ipsisque imbibitum, utpote transcendens.*

*Contra. Est prorsus imperceptibilis modus quo ens distinguatur a differentiis, et non vicissim; ergo, sicut non distinguuntur differentiae, ita nec ens. Probatur antecedens: est prorsus imperceptibilis modus quo unum realiter non distinguatur ab alio, et ipsum aliud distinguatur realiter ab altero; ergo et quomodo differentiae non distinguantur intentionaliter ab ente, bene vero ens intentionaliter a differentiis*<sup>162</sup>.

*Respondetur negando antecedens. Ad probationem, concesso antecedente, nego consequentiam: longissimum mediat intervallum inter statum realem et statum intentionalem, illum scilicet in quo distinctio est conceptum, quatenus intercedit inter extrema et formalitates objicibiles ad intellectum.*

<sup>159</sup> *men-tis*] // p. 61v.

<sup>160</sup> *antecedens*] // p. 62r.

<sup>161</sup> *concessa*] / p. 62v.

<sup>162</sup> *differentiis*] // p. 63r.

Non autem discurrendum est pari methodo de statu reali, in quo distinctio est rigorosa vigetque entitatem inter et entitatem, quapropter, eo ipso quod unum distinguatur ab altero, ita et alterum distinguatur ab illo.

Igitur distinctio intentionalis inter ens et differentias habetur non mutua, quia ens est de conceptu differentiarum, licet non econtra, ut liquet in Petro et animali, quod distinguitur intentionaliter a Petro<sup>163</sup>, quamvis non vicissim.

Contra. Ex recitata doctrina non mediat distinctio adaequata ens inter et differentias; sed hoc repugnat; pariter ergo quod distinguatur ens, et non differentiae. Respondetur negando maiorem: ad rationem distinctionis adaequatae, nihil offendit quod non sit mutua ex parte utriusque extremi.

Unde, cum ex parte entis nec implicite nec explicite contineantur differentiarum conceptus, bene est quod ens a suis differentiis adaequate distinguatur, quamquam non mutuo, quatenus in differentiis imbibitur semper entis character.

Argues 5°. Non placet scotica distinctio; ergo neque bacconica. Probatur consequentia<sup>164</sup>: bacconica distinctio versatur circa rem habentem diversas cognoscibilitates per ordinem ad intellectum; atqui talis indolis est scotica distinctio; si ergo scotica non placet, neque bacconica placet.

Probatur minor per terminos Subtilissimi Doctoris, ejusdemque fidelissimi faactoris Francisci Lycethi: ait enim Doctor Subtilissimus in *Primum*, distinctione secunda, quaestione septima: “potest autem vocari differentia rationis, sicut dixit quidam, non quod ratio accipiatur pro differentia formata ab intellectu, sed ut ratio accipitur pro quidditate rei secundum quod quidditas est objectum intellectus<sup>165</sup>”.

Recensitus Lycethus, ut perspicuora evadant Subtilissimi testimonia, obloquitur ita: “dicuntur<sup>166</sup> distingui ratione, quia sunt duae quidditates conceptibiles, sive quia sunt duo objecta formalia distincte conceptibilia, et sic ratio accipitur hic pro quidditate conceptibili”; sed bacconicae distinctionis ideam versari circa rem sub diversis conceptibilitatibus, nihil aliud est quam respicere diversas quidditates diversimode conceptibiles; ergo eadem est in duobus in utraque distinctione.

Respondetur: concesso antecedente, nego consequentiam. Ad probationem, concessa maiore, nego minorem: nec per inculcatum testimonium vult Subtilissimus Doctor suam distinctionem talem denominari per ordinem ad rationem, ut ostendit Resolutissimus Doctor.

<sup>163</sup> petro] / p. 63v.

<sup>164</sup> con-sequentia] // p. 64r.

<sup>165</sup> Duns Scotus, *Ordinatio*, ed. Vaticana, I, d. 2, p. 2, q. 1-4, n. 401, p. 355.

<sup>166</sup> di-cuntur] / p. 64v.

Sic intelligit<sup>167</sup> rationem, quatenus sapit idem ac quidditas rei, nec est absolute denegandum versari distinctionem ipsam aliquo modo inter quidditates distincte conceptibiles, sicut memoratus Lycethus insinuat.

Argues 6°. Recepta distinctione bacconica, objectum evaderet formaliter multiplex ob respectum ad diversas cognitiones; sed hoc est omnino impossibile; ergo et ex quo sequitur. Probatur minor: impossibile est quod quaelibet virtus evadat multiplex ob capacitatem ad effectus diversos; similiter ergo quod objectum evadat multiplex ob respectum ad diversas cognitiones.

Probatur antecedens: si virtus aliqua possit multiplex evadere, maxime esset intellectus in actu primo ob<sup>168</sup> capacitatem ad diversas cognitiones elicendas; sed hoc non; ergo nulla virtus evadit realiter multiplex ob capacitatem ad effectus diversos.

Respondetur, concessa maiore, negando minorem. Ad probationem, distinguo antecedens: impossibile est quod quaelibet virtus evadat multiplex ob capacitatem ad effectus diversos, si sit virtus objectiva, nego; activa, subdistinguo: realiter sumpta, concedo; intentionaliter, nego. Ad probationem, distinguo minorem eodem modo.

Virtus objectiva, aut objectum formaliter, dicitur multiplex non solum ob diversas cognitiones quibus identificatur, sed ob diversos conceptus diversimode conceptibiles: sic dicendum de virtute activa intentionaliter<sup>169</sup> sumpta, ut intellectiva potentia quae a multiplici cognitione ut multiplex concipi valet; si vero realiter acceptetur, nisi ut simplex potentia est opinanda.

## <CAPÍTULO IX>

[p. 66r] De virtualis intrinsecae aut maximae distinctionis idea.

Distinctionem virtualement intrinsecam, minorem utique distinctione reali, non importare negationem identitatis virtualis, quantumlibet distinctio realis dicat negationem identitatis realis, et formalis distinctio negationem<sup>170</sup> identitatis formalis.

Utraque enim distinctio dicitur in re; debet ideo negare identitatem in illa linea in qua concipitur distinctio: distinctio autem virtualis intrinseca est distinctio in virtute, quatenus est virtus distinctionis realis, quapropter importat negationem virtualement identitatis realis.

Animadvertamus oportet distinctionem virtualement maximam, aut intrinsecam, intercedere inter attributa realiter eadem, in unumque realiter

<sup>167</sup> intelli-git] // p. 65r.

<sup>168</sup> ob] / p. 65v.

<sup>169</sup> intentionaliter] // p. 66r.

<sup>170</sup> ne-gationem] / p. 66v.

conspirantia, sed quorum unum habet munus quidem diversum ab alterius munere.

Viget igitur distinctio virtualis maxima<sup>171</sup> inter Essentiam Divinam et Paternitatem, quae, licet sint realiter et indivisibiliter idem, Natura tamen Divina habet pro munere communicari se omnibus Personis, quod non habet Paternitas, ejus munere est producere.

Resolvimus: distinctio virtualis intrinseca[m] inter Essentiam et Divinas Relationes placet admittenda ad aliqua physica contradictoria salvanda.

Probatur primo: ‘natura communicatur, filiatio non communicatur, filiatio producitur, natura non producitur’ sunt contradictoria physica; sed salvantur ope distinctionis virtualis intrinsecae; ergo placet<sup>172</sup>.

Probatur minor: hac interveniente distinctione inter Naturam et Relationes Divinas, retinetur simplicissima identitas Naturae cum Relationibus, quin Naturae munus attribuatur Relationibus, aut vicissim: placet oblata distinctio ad illa physica contradictoria salvanda.

Probatur secundo: munus salvandi physica contradictoria est facere quod duo, quae aliunde pugnarent, in eadem indivisibili entitate realiter non pugnant; sed hoc conficit distinctio virtualis intrinseca; ergo placet.

Probatur minor: haec duo pugnarent aliunde in simplicissima Entitate Divina, scilicet ‘Natura communicatur, Paternitas non communicatur’, sibi non adesset virtualis distinctio; atqui<sup>173</sup> re ipsa non pugnant, interjacente virtuali distinctione intrinseca inter Naturam et Paternitatem; ergo.

Argues 1°. Si inter Essentiam et Relationes Divinas mediaret distinctio virtualis, ejus ope salvarentur contradictoria, mediaret quoque distinctio formalis ad idem munus conficiendum; sed hoc non; nec ergo virtualis distinctio. Probatur maior: talis distinctio virtualis daretur formaliter; ergo non solum virtualis distinctio, sed formalis mediaret inter Essentiam et Divinas Relationes.

Respondetur negando maiorem. Ad probationem, concesso antecedente, nego consequentiam: longe diversum est quod inter Naturam et Divinas Relationes detur formaliter virtualis distinctio, ab eo quod<sup>174</sup> intercedat distinctio formalis: primum enim est verum, quatenus terminus ‘formaliter’ non appellat praecise supra distinctionem, sed supra virtualem distinctionem.

Hoc tamen 2<sup>um</sup> non denotat, eo quia terminus ‘formaliter’ cadit dumtaxat supra distinctionem. Hoc itaque a 1° diversissimum solet, eo modo quo aliud est asserere dari realem Caesaris imaginem, quod est verum; aliud, dari verum Caesarem et realem, quod est falsum.

<sup>171</sup> ma-xima] // p. 67r.

<sup>172</sup> placet] / p. 67v.

<sup>173</sup> at-qui] // p. 68r.

<sup>174</sup> quod] / p. 68v.



Contra. Sic Natura Divina non esset formaliter a Relationibus distincta, non esset formaliter indistincta virtualiter ab ipsis differentiis; atqui ita est; formaliter ergo est distincta. Probatur minor per hunc syllogismum: ‘Natura est formaliter<sup>175</sup> indistincta virtualiter a Natura; sed Relationes sunt formaliter Natura; ergo Natura formaliter est indistincta virtualiter a Natura, inquam, a Relationibus.

Respondetur: concessa maiore, nego minorem. Ad probationem, dico: praemissas syllogismi non aequi habere easdem denominationes, quapropter, ob vitiosum praemissarum transitum, conclusionem non tenere. Prima enim, praeter identitatem quam tribuit Naturae cum Natura, ipsi quoque tribuit denominationem indistinctionis virtualis.

Secunda vero tantummodo identitatem denotat Naturae cum Relationibus Divinis, absque denominatione virtualis indistinctionis. Haec sane solutio, ut mihi expeditior evadat, maiorem propositionem pro falsa<sup>176</sup> reputare contendo.

Sic, si Natura Divina esset formaliter indistincta virtualiter a Relationibus, esset eo ipso virtualiter identificata, quod omnino repugnat, posito quod sit realiter sibi identificata.

Virtualis igitur identitas ibi datur ubi non datur identitas realis et rigorosa, quatenus est virtus realis identitatis, eo modo quo distinctio virtualis ibi adest ubi non datur realis distinctio, ut videre est in rebus divinis.

Unde Naturam esse virtualiter identificatam cum Natura est supponere non esse realiter eandem cum ipsamet Natura, sicut Naturam esse virtualiter distinctam a Relationibus est<sup>177</sup> supponere non esse realiter distinctam ab ipsis Relationibus.

Argues 2°. Contradictoria, quae de Natura Divina et Relationibus dicerentur, salvari possunt beneficio distinctionis intentionalis; ergo frustra con fugimus ad virtualement distinctionem maximam.

Probatur maior: distinctio intentionalis est respectiva; sed contradictoria divina sunt respectiva; possunt ergo salvari ope distinctionis intentionalis. Probatur minor: ‘Natura communicatur’, licet sit quid absolutum, tamen ‘Filiatio non communicatur’ est quid relationem; ergo contradictoria divina sunt respectiva.

Respondetur<sup>178</sup> negando antecedens. Ad probationem, concesso antecedente, nego consequentiam. Ad probationem, nego antecedens quoad secundam partem: profecto non respectiva, sed absoluta et realia sunt contradictoria quae in divinis verificarentur, si non intercederet virtualis distinc-

<sup>175</sup> formaliter] // p. 69r.

<sup>176</sup> fal-sa] / p. 69v.

<sup>177</sup> est] // p. 70r.

<sup>178</sup> responde-tur] / p. 70v.

tio. Realiter enim et absolute communicatur Natura, et non communicatur Filiatio.

Nam, si ita non esset in esse reali et absoluto, non existeret augustissimum Trinitatis mysterium, sed in esse respectivo, quod haeresim sapit. Unde, licet inter Naturam et Relationes mediet intentionalis distinctio, haec tamen vires non habet ad salvanda contradictoria realia, sed tantummodo intentionalia.

Contra<sup>179</sup>. Ad contradictoria salvanda, sufficit distinctio illa quae, seu cujus praesidio, potest aliquid dici de uno, et non dici de altero, quod est idem cum alio; sed hoc conficit distinctio intentionalis; hujusmodi ergo est sufficiens. Probatur minor ex Doctore Angelico, parte 1<sup>a</sup>, quaestione 39, articulo 1<sup>o</sup>: “quod in quantum Essentia et Persona in divinis differunt secundum intelligentiae rationem, sequitur quod aliquid possit affirmari de uno, quod negatur de altero<sup>180</sup>”.

Respondetur, concessa maiore, negando minorem: loquendo praecise de contradictoriis quae darentur in divinis, ablata distinctione virtualis, potest quid intentionalis distinctio illa contradictoria, quae darentur, et sunt ejusdem conditionis, ac est distinctio intentionalis<sup>181</sup>.

Non vero contradictoria realia et absoluta, quae salvari nequeunt nisi distinctione virtuali, inquam, nisi distinctione reali aut saltem virtuali: sic intelligendus est Angelicus Doctor, siquidem locutus fuit de contradictoriis in esse cognoscibilis, seu secundum intelligentiae rationem.

Argues 3<sup>o</sup>. Habetur, ex Concilio Florentino, sessione 8<sup>ea</sup>, alias sessione 19, inter Essentiam et Relationes nullam dari distinctionem praeter distinctionem rationis<sup>182</sup>, et illustratur ab Augustino, quaestione II, *De Trinitate*<sup>183</sup>, excludente ab eodem loco omnem distinctionem ex natura rei; non est ergo admittenda distinctio virtualis intrinseca.

Respondetur: nihil ad verus nos agere Florentinum. Tota quippe servatur veritas Concilii<sup>184</sup> cum eo quod intercedat virtualis distinctio inter Naturam et Relationes: nam virtualis distinctio non est realis, sed dumtaxat in virtute realis, quam Concilium non respuit, sed tantum realem, ut contendebant Gilbertistae<sup>185</sup>.

Argues 4<sup>o</sup>. Si vigeret virtualis distinctio inter Naturam et Relationes, omnis impediretur via ad demonstrandam distinctionem realem inter Personas

<sup>179</sup> con-tra] // p. 71r.

<sup>180</sup> Thomas de Aquino, *Summa Theologiae*, I<sup>a</sup>, q. 39, a. 1, ed. Leonina, IV, p. 397a.

<sup>181</sup> intentionalis] / p. 71v.

<sup>182</sup> *Acta sacri oecumenici Concilii Florentini*, ab Horatio Iustiniani collecta, Roma, 1638, pars III, p. 420.

<sup>183</sup> *Loc. non inv.*

<sup>184</sup> concilii] // p. 72r.

<sup>185</sup> Discípulos de Gilberto de la Porré, cujas teses sobre a Trindade foram condenadas.

Divinas adversus heterodoxos Sabellianos; ergo non est amplectenda virtualis distinctio. Probatur antecedens: si ipsa vigeret, salvaretur quod Pater generet, et Filius generetur; sed per hoc impeditur via ad demonstrandam distinctionem realem inter Personas Divinas; ergo.

Probatur maior: salvatur quod Paternitas generet et Natura non generet; ergo salvatur<sup>186</sup> quod Pater generet et Filius generetur. Probatur consequentia: non minus est quod Paternitas generet et Natura non generet, quam quod Pater generet et Filius generetur; ergo, si salvatur unum, ita et aliud salvatur.

Respondetur negando antecedens. Ad probationem, nego maiorem. Ad probationem, concesso antecedente, nego consequentiam. Ad probationem, distinguo antecedens: ita, ut eadem distinctione qua salvatur Paternitatem generare et Naturam non generare, salvatur Pater generat et Filius generatur, nego; aliter, concedo. Quid utique diversum est munus distinctionis virtualis a munere distinctionis realis.

Haec conficit quod unum non sit aliud<sup>187</sup>, et minime compati queit cum identitate reali. Distinctio vero virtualis conficit tantummodo quod munus unius non sit alterius munus, ac semper compatitur cum identitate reali.

Cum autem inter Patrem generatam et Filium generatum nequeat dari identitas realis, quacum compati debeat virtualis distinctio, bene vero inter Paternitatem et Naturam, ob infinitam Dei simplicitatem, ideo est quod, licet ipsam amplectamur ad contradictoria salvanda, minime praeccluditur via ad consideranda Personas realiter distinctas.

Contra. Sanctissimum Trinitatis mysterium eo digniori modo debet constitui, quo sine mysterii jactura constitui potest; sed non alio praestabiliori<sup>188</sup> modo consuitur quam per distinctionem virtualem intrinsecam inter Personas Divinas; hujusmodi ergo inter ipsas debet intercedere.

Probatur minor: digniori modo consuitur, dum maior servatur simplicitas; atqui haec servatur maior per distinctionem virtualem quam per realem; dignius ergo constituitur per virtualem distinctionem quam per realem.

Rspodetur: concessa maiore, nego minorem. Ad probationem, concedo maiorem, nego minorem: nec simplicitas est consideranda maior quam summa illa, scilicet, quae semper in Deo reperitur, adhuc in ipso Deo distinguuntur realiter Personae Divinae, et hoc maxime, quia ipsae non diriguntur ad unum<sup>189</sup> constituendum, sicut ejusmodi Personae cum Natura Divina.

Unde non esset Deus realiter trinus in Personis, si inter ipsas dumtaxat intercederet virtualis distinctio, quatenus haec conciliatur cum identitate reali, quae de fide non est admittenda inter Divinas Personas, quatenus realiter sunt distincta, ut tenet Ecclesia.

<sup>186</sup> salvatur] / p. 72v.

<sup>187</sup> aliud] // p. 73r.

<sup>188</sup> praes-tabiliori] / p. 73v.

<sup>189</sup> unum] // p. 74r.

## &lt;CAPÍTULO X&gt;

[p. 74r] De distinctionis virtualis minimae idea.

In idem<sup>190</sup> non conspirare utramque distinctionem virtualement maximam et minimam. Haec, ut saepius recensuimus, est virtus distinctionis realis. Illa vero, quae dicitur minima, est valuti fundamentum ad distinctionem, quod utique est de statu physico, quatenus est ipsamet entitas physica fundans diversas conceptibilitates ad esse intentionale.

Ut clariori methodo dignoscamus minimae distinctionis indolem, oportet definiamus virtualement distinctionem in communi per id quod sit 'negatio virtualis identitatis realis'. Hujusmodi, conceptus ab utraque distinctione participatur: maxima nimirum, et minima.

Participatur a virtuali maxima, quia haec aliud non est nisi 'virtualis negatio'<sup>191</sup> identitatis realis', a minima quatenus inscribitur 'virtualis negatio identitatis realis intentionalis'.

Animadvertamus necessum est quod ratio communis divisa distinctionis virtualis, non aequaliter ac univoce participatur ab utraque distinctione virtuali dividente: nam, quamvis maxima distinctio dicatur virtus distinctionis realis, quatenus ejus reputatur aequipollentia, non sic virtualis minima, quae virtus distinctionis intentionalis dicitur, non veluti ejusdem aequipollentia, sed quatenus fundamentum aut virtus distinctionis intentionalis.

Resolvimus: extat in rebus creatis distinctionis virtualis minimae idea. Probat<sup>192</sup>: extat in rebus creatis entitas simplex fundans diversas cognoscibilitates ad esse intentionale; ergo existit in rebus creatis distinctio virtualis minima.

Probat<sup>192</sup> antecedens: extat in rebus creatis entitas fundans negationem formalem identitatis formalis; ergo et simplex entitas fundans diversas cognoscibilitates. Probat<sup>192</sup> antecedens: extat entitas simplex dicens negationem naturalem distinctionis intentionalis; sed hujusmodi entitas fundat negationem formalem identitatis formalis; ergo ita existit.

Argues 1°. Distinctio virtualis minima distinguitur a distinctione intentionali, cujus est fundamentum; potest ergo dari intentionalis distinctio, absque virtuali minima, proindeque<sup>193</sup> est implicatoria.

Respondetur, concesso antecedente, negando consequentiam: distinguitur sane intentionalis minima a virtuali, sicut ab esse physico distinguitur status intentionalis; ast, non dicendum per hoc quod, hujusmodi, status physicus non existat et ad esse intentionale necessarius, sicut distinctio virtualis minima ad intentionalem.

<sup>190</sup> idem] / p. 75v.

<sup>191</sup> nega-tio] // p. 76r.

<sup>192</sup> probatur] / p. 75v.

<sup>193</sup> proinde-que] // p. 76r.

Argues 2°. Existit in rebus creatis distinctio formalis intentionalis; ergo non existit virtualis minima. Probatur consequentia: distinctio virtualis minima est negatio virtualis identitatis intentionalis, distinctio formalis intentionalis est negatio formalis identitatis formalis; sed, ubi extat negatio formalis identitatis<sup>194</sup>, formalis non extat negatio virtualis identitatis formalis; ergo, admissa una, implicat altera.

Probatur minor: ubi extat negatio realis identitatis realis, non existit negatio virtualis identitatis realis; ubi ergo existit negatio formalis identitatis formalis, minime existit negatio virtualis identitatis formalis.

Respondetur, concesso antecedente, negando consequentiam. Ad probationem, distinguo maiorem quoad primam partem: distinctio virtualis minima est negatio virtualis identitatis formalis, id est, est virtus, seu fundamentum ad negationem formalem identitatis formalis, concedo; aliter, nego. Non est pariter discurrendum de distinctione virtuali<sup>195</sup> minima ac distinctione virtuali maxima.

Haec dicitur virtus, aut aequipollentia distinctionis realis: idcirco, ubi datur realis distinctio, implicat ejusdem aequipollentia; ast, non ita de distinctione minima, eo quia non est aequipollentia formalis distinctionis, sed ad ipsam tantummodo dicitur virtus.

Resolvimus: distinctio virtualis minima in divinis existit, scilicet, non tantum inter Essentiam et Attributa absoluta, verum etiam inter Natura et Divina Relationes. Probatur: ubi viget intentionalis distinctio, extat illius fundamentum; sed, inter Essentiam Divinam et Attributa, Naturam et Relationes, viget intentionalis<sup>196</sup> distinctio; ergo et distinctio virtualis minima, quae illius est fundamentum.

Probatur secundo: Entitas Divina potest fundare diversas cognoscibilitates ad intellectum; potest ergo admittere virtualem minimam. Probatur antecedens: Entitas Divina habet virtutem ut, mediante respectu ad mentes nostras, queat intellectus cognoscere Essentiam et non Attributa, sicut et Naturam, Relationibus non cognitis; potest ergo fundare diversas cognoscibilitates ad intellectum.

Argues 1°. Datur in divinis distinctio virtualis maxima; non ergo datur distinctio virtualis minima. Probatur consequentia: implicat in divinis duplex distinctio<sup>197</sup>; ergo, ab eo quod detur virtualis maxima, minime datur virtualis minima.

Probatur antecedens: implicat in divinis quidquid laedit simplicitatem divinam; sed hanc laedit duplex distinctio; ergo implicat. Probatur minor: illud

<sup>194</sup> identitatis] / p. 76v.

<sup>195</sup> vir-tuali] // p. 77r.

<sup>196</sup> intentiona-lis] / p. 77v.

<sup>197</sup> distin-ctio] // p. 78r.

laedit simplicitatem divinam quod nequit reperiri in ente creato; sed distinctio duplex in ente creato nequit reperiri; ergo laedit simplicitatem divinam.

Respondetur: concesso antecedente, nego consequentiam. Ad probationem, nego antecedens. Ad probationem, concessa maiore, nego minorem. Ad probationem, nego maiorem: talis igitur est indoles utraque virtualis distinctio, maxima, scilicet, et minima<sup>198</sup>, quod nequaquam obnubilant et laedunt divinam simplicitatem, quatenus compatitur utraque cum omnimoda identitate reali.

Haec nihil aliud est quam aequipollentia distinctionis realis, quatenus habet eundem valorem, ac si ibi adesset realis distinctio. Virtualis autem minima est virtus, seu fundamentum cui fulcitur distinctio baconica, quapropter describitur virtualis maxima ‘negatio virtualis identitatis realis’.

Contra. Distinctio virtualis maxima, utpote particularis species virtualis distinctionis in communi, participat rationem communem, sed haec inscribitur ‘simplex entitas fundans conceptibilitates diversas’; ergo idem habet munus<sup>199</sup> ac distinctio virtualis minima.

Respondetur, concessa maiore, negando minorem: adducta definitio, potius attinet ad virtualement minimam, quam ad virtualement in communi, aut maximam; siquidem distinctio formalis, inquam, virtualis in communi, dumtaxat dicitur ‘negatio virtualis identitatis realis’, cujus rationem omnes aliae participant, ut liquet discurrenti.

## <CAPÍTULO XI>

[p. 79v] De identitatis idea.

Identitas distinctioni contradictorie<sup>200</sup> opponitur, sicut itaque illa denominantur distincta, quorum unum non est aliud, ita, ex adverso, illa quorum unum dicitur aliud, identificata vocitantur. Sic quemadmodum identitas differt a distinctione, ita et ab unione, cum qua distinctio compati queit.

Generatim, de identitate loquendo, tot sunt distinctionis species quod sunt identitatis membra: in eadem igitur specie in qua distinctio negat identitatem unius cum alio, potest identitas affirmare unius esse cum altero. Sic identitas describi valet ‘affirmatio unius de alio’, sicut distinctio ‘negatio identitatis unius cum altero’.

Resolvimus: identitas supra ens addit formaliter positionem. Probatur 1°. Identitas opponitur<sup>201</sup> distinctioni; atqui distinctio addit supra ens formaliter negationem; ergo identitas supra ens addit formaliter positionem.

<sup>198</sup> minima] / p. 79v.

<sup>199</sup> mu-nus] // p. 79r.

<sup>200</sup> contradicto-rie] / p. 79v.

<sup>201</sup> opponitur] // p. 80r.

Probatur 2°. Universaliter est verum quod in omni divisione imperfectior differentia dicit privationem, perfectior vero positionem; atqui, in entis divisione in unum et multa, unum est perfectior differentia, multum imperfectior; ergo unum dicit positionem, multum vero negationem; atqui distinctio est species multitudinis, identitas autem unitatis; ergo.

Argues 1°. Eo ipso quod unitas dicat negationem multitudinis, multitudo dicit negationem unitatis; ergo, eo ipso quod importet distinctio negationem identitatis, ita identitas<sup>202</sup> vicissim debet importare negationem distinctionis.

Respondetur negando suppositum antecedentis, scilicet quod unitas dicat negationem multitudinis, quia in rei veritate denotat positionem, et tantummodo secundum nominis famositatem dicit privationem; siquidem unitas est perfectior multitudine. Solutio ex Resoluto Doctore est ad litteram deducta.

Contra. Unitas sapit carentiam plurium entitatum; sed hujusmodi carentia nequit formaliter positionem importare; ergo dicit tantummodo negationem multitudinis. Respondetur distinguendo maiorem: unitas sapit carentiam plurium entitatum expressive et quoad modum<sup>203</sup> significandi, concedo; formaliter et quoad rem significatam, nego.

Non aliter, nisi quadam in simplicitate formaliter construitur unitas, nec genuina efficitur paritas de unitate ad identitatem: siquidem unitas opponitur contrarie multitudini, identitas autem contradictorie distinctioni.

Argues 2°. Identitas opponitur contradictorie distinctioni; atqui distinctio sistit in identitatis carentia; identitas ergo consistit in negatione distinctionis. Probatur consequentia: oppositorum eadem est ratio; atqui distinctio et identitas sunt opposita; ergo, si distinctio sistit in carentia identitatis, identitas consistit in negatione<sup>204</sup> distinctionis.

Respondetur: concessa maiore et minore, nego consequentiam. Ad probationem, distinguo maiorem: oppositorum eadem est ratio in aliquibus, concedo; in omnibus, nego. Non essent utique contradictoria, si ratio ipsissima eadem esset in utroque, et maxime falsificatur effatum in attributis contradictorie oppositis, quae necessario exigunt opposita constitutiva, quorum unum affirmativum, negativum dicitur alterum.

## <CAPÍTULO X>

[p. 81v] De essentiae, existentiae atque subsistentiae idea<sup>205</sup>.

Essentiae nomine, ut ab illa exordiamur, intelligitur id per quod res qualibet est id quod est, sive quod intrinsece rem componit. Sic, dum con-

<sup>202</sup> iden-titas] / p. 80v.

<sup>203</sup> mo-dum] // p. 81r.

<sup>204</sup> nega-tione] / p. 81v.

<sup>205</sup> idea] // p. 82r.

cipimus Deum, principium concipimus et aliquam perfectionem, cujus ope Deus est Deus, ut 'aseitas, primitas omnimoda intelligentiae, perfectionum cumullus'; sic pariter hominis essentia est id per quod homo dicitur homo, sicuti animal rationale.

Hic scies nihil esse in re qualibet prius essentia, siquidem non est aliquid cogitandum prius eo per quod res est quod est. Unde essentia satis apte potest inscribi: 'Eorum omnium primum quae in ipsa re sunt conceptibilia'.

Ejusmodi, principium aut perfectio quae denominatur essentia, vocari solet 'natura'<sup>206</sup> et constitutivum ejusdem rei. Hoc tantum cum discrimine quod, ubi concipitur aliquid absolute per id quod res est, veluti proprietatum origo quae in re viget, dicitur 'essentia'; si deprehenditur utpote operationum radix, nuncupatur 'natura'.

Profecto, quemadmodum essentialia rei attributa ea dicuntur quae ita rei conveniunt, ut illius essentiam intrinsece constituant. Pariter, illa non essentialia nuncupantur, quae ad rem ipsam hoc modo non attinent. Sic, rationalitas est attributum hominis essentialia, nequaquam vero scientiarum cupiditas.

Illud attributum quod a priori ostenderetur, non esset primum in re: nam, si aliquod esset attributum prius essentia rem constituente, essentia ipsa<sup>207</sup>, quae in rei veritate dicitur illa qua res dicitur illud quod est, primum non esset id quod in re venit concipiendum; hoc igitur esset maximum absurdum.

Occurrit in praesentiarum celeberrima illa disquisitio quae in Scholis tanto apparatu agitari solet, scilicet an rerum essentiae sint consistentes et omnino invariabiles. Opinantur nonnulli rerum essentias a Deo utique posse variari, licet mens nostra fortiter reluctetur, quatenus Deus, medio suae omnipotentiae, conficere potest bis duo non esse quatuor, ac circulum, angulis praeditum, esse quadratum.

Resolvimus: tamen, ut quid longe verisimilius, rerum essentias ita certas, consistentes ac invariabiles<sup>208</sup> esse, ut nec ab infinita Dei omnipotentia variari possint. Probatur 1°. Essentia est perfectio quae tribuit esse rei in ea ratione in qua dicitur talis; sed impossibile est quod illa varietur perfectio, quin res constituta varietur; essentiae ergo sunt prorsus consistentes ac invariabiles.

Probatur 2°. Rerum essentiae sunt archetypae rerum ideae, seu imagines illae quas ab aeterno Deus habuit in mente et ad quarum similitudinem Deus ipsas in tempore creavit; sed imagines illae divinae sunt prorsus invariabiles; pariter ergo rerum essentiae.

Probatur consequentia: rerum essentiae debent donari illis attributis quae intra suos limites illis debent attribui<sup>209</sup>; sed, ab eo quod sint creatae, ad simi-

<sup>206</sup> natura] / p. 82v.

<sup>207</sup> ipsa] // p. 83r.

<sup>208</sup> inva-riabiles] / p. 83v.

<sup>209</sup> attri-bui] // p. 84r.



litudinem idearum divinarum immutabilium debent intra suos limites donari in varietatis attributo; ergo sunt invariables.

Probatur 3°. Si variaretur essentia, re, cujus est essentia, non variata, idem esset et non esset; sed hoc rationi est dissonum; ergo est invariabilis. Probatur maior: si variaretur rationale, homine non variato, esset homo et non esset homo; ergo, si variaretur essentia rei, re ipsa non variata, idem esset et non esset. Probatur antecedens: esset homo, quia non variaretur, non esset homo, quia non esset rationale; ergo esset et non esset homo.

Exinde, infertur facile essentiam cuilibet enti convenire, vel existenti<sup>210</sup> vel potenti existere, illis scilicet omnibus quae possibilia dicuntur, atque non dicentia ad existendum repugnantiam. Perindeque, cum res possibiles sint infinitae, rerum quoque essentiae infinitae dici debent.

Sed tamen, cum illis ex infinitis entibus possibilibus quae a Deo poterant produci, aliqua sunt quae ab ipso Deo jacent contingenter producta, in ipsis est altera perfectio consideranda, veluti de novo essentiae superaddita, quae a philosophis denominatur existentia, illa scilicet cujus ope essentia ponitur extra nihil, aut omnes causas.

Hinc nullus non videt inter essentiam et existentiam reperiri discrimen: hoc igitur ostenditur ab eo quod essentia<sup>211</sup> attribuitur rebus possibilibus, quae adhuc intra<sup>212</sup> causas continentur; existentia vero rebus dumtaxat competit existentibus, quae extra causas sunt contingenter positae.

Probatur 2°. Inter necessarium et contingens datur discrimen; atqui essentia est necessaria, existentia contingens; ergo inter essentiam et existentiam datur discrimen. Probatur minor: rerum essentia est prorsus invariabilis, variabilis tamen earum existentia; ergo essentia est necessaria, contingens vero existentia<sup>213</sup>.

## <CAPÍTULO XI>

[p. 85v] De distinctione in specie, quae mediat inter essentiam et existentiam.

Existentiam nihil esse praeter actualitatem essentiae, illam scilicet quae res ponitur extra causas, quatenus illa quae re ipsa non existunt, si fortasse non sunt impossibilia, potentialia nuncupantur.

Status itaque possibilitatis, in quo primo concipitur essentia, antequam per existentiam ac[u]tuetur, non discrepat ab statu potentialitatis a quo trans-

<sup>210</sup> ex-istenti] / p. 84v.

<sup>211</sup> essentia] // p. 85r.

<sup>212</sup> intra] extra *corr. in* intra.

<sup>213</sup> existentia] / p. 85v.

fertur eademmet essentia per agentis operationem ad statum actualitatis<sup>214</sup>.

Multiplex itaque in hujusmodi materia versatur opinio: prima, distinctionem rationis ratiocinatae ponit essentiam inter et existentiam; secunda, distinctionem formalem ex natura rei scoticam considerat ibidem.

Tertia, distinctionem realem atque rigorosam, veluti rei a re ibi invenit, quemadmodum Thomistae, ex quibus nonnulli tenent hujusmodi distinctionem esse modalem. Nos vero, ne Baconistae procedamus infideles...

Resolvimus: inter essentiam et existentiam creatam datur distinctio realis gradualis. Probatur primo. Resolutus Doctor in 3<sup>um</sup>, distinc. 10<sup>a</sup>, quaest. 1<sup>a</sup>, articulo<sup>215</sup> sexto, ita docet: "potest vocari ista differentia secundum diversos gradus essendi, large loquendo de gradu essentiale, inquam, essendi, non secundum diversas essentias, nec secundum diversos modos, nec secundum intentiones<sup>216</sup>"; ergo non alia distinctione, praeter gradualem, ab existentia distinguitur essentia.

Probatur 2<sup>o</sup>. Essentia potentialis realiter discriminatur ab existentia actuali; atqui solum realiter-gradualiter; ergo ita distinguuntur. Maior ostenditur ab eo quod potentialis aut possibilis essentia separatur realiter ab actuali existentia.

Probatur minor: Existentia est gradus essentiae; ergo realiter-gradualiter distinguuntur<sup>217</sup>. Probatur antecedens: existentia aliud non est nisi essentia transposita de statu potentiae ad statum actualitatis; sed hujusmodi actualitas est gradus essentiae; ergo ita est.

Probatur ultimo. Essentia potentialis est potentia totalis, existentia vero actualis est actus totalis; sed totalis potentia realiter tantum gradualiter discriminatur ab actu totali; ergo non aliter, nisi realiter-gradualiter, ad invicem diversificantur.

Probatur maior: essentia, potentialiter sumpta, omnem omnino excludit actum, existentia vero actualis omnem omnino expellit potentiam; ergo potentialis essentia est potentia totalis, et existentia actualis actus totalis. Minor<sup>218</sup> habetur per id quod nulla datur variatio inter potentiam totalem et totalem actum, nisi in ratione gradus existentiae essentiae superadditi.

Argues 1<sup>o</sup>. Si verum essentia distingueretur gradualiter ab existentia, ab ipsa realiter distingueretur; sed ita non distinguitur; neque igitur gradualiter.

<sup>214</sup> actualitatis] // p. 86r.

<sup>215</sup> articulo] / p. 86v.

<sup>216</sup> Ioannes Baconius, *Quaestiones in IV Sententiarum*, ed. Venetiis 1526, III, d. 10, q. 1, art. 6, f. 19v b: «Et potest vocari ista differentia secundum diversos gradus essendi large loquendo de gradu essendi (ut apparebit articu. 7), non secundum diversas essentias, nec secundum diversos modos, nec secundum intentiones».

<sup>217</sup> distin-guuntur] // p. 87r.

<sup>218</sup> minor] / p. 87v.

Probatur maior: si distingueretur realiter, talis distinctio daretur realiter in rebus; sed hujusmodi est distinctio realis; ergo, si gradualiter, pariter et realiter distingueretur.

Probatur maior: daretur inter recipiens et receptum; ergo daretur in rebus. Probatur antecedens: daretur inter essentiam et existentiam; sed essentia est recipiens, et existentia recepta; ergo daretur inter<sup>219</sup> recipiens et receptum. Probatur minor: existentia est actus in essentia receptus; ergo essentia est recipiens, et existentia recepta.

Probatur antecedens: si existentia non esset actus in essentia receptus, non esset in essentia receptus; sed hoc implicat; ergo. Probatur minor: si non esset in essentia receptus, esset realiter infinitus atque simpliciter purus; sed hoc non; implicat ergo quod non sit in essentia receptus. Probatur minor: ex Doctore Angelico, *Opusculorum*, 48, capite secundo: “cum igitur solum esse divinum non sit esse receptum in aliquo<sup>220</sup>”.

Respondetur negando maiorem in sensu argumenti. Ad probationem, nego maiorem. Ad probationem, nego antecedens. Ad<sup>221</sup> probationem, concessa maiore, nego minorem. Ad probationem, nego antecedens. Ad probationem, concessa maiore, nego minorem. Ad probationem, nego maiorem: nequaquam dici valet existentiam esse actum in essentia receptum: nihil enim est aliud nisi gradus essentiae, cujus ope transponitur de statu potentialitatis ad statum actualitatis.

Sic, licet existentia careat potentialitate ut recipiatur in essentia, nec proinde infinita et omnino pura est dicenda; sufficiens igitur est quod recipiat accidentia et fundet relationem producentis ad productum finitum et limitatum, ut sit limitata et finita.

Contra. Essentia potentialis est in potentia ad<sup>222</sup> existere; sed potentia ad existere denotat potentialitatem ut recipiat existentiam; ergo existentia recipitur in essentia.

Probatur minor: sicut potentialis essentia est in potentia ad existere, ita pariter et materia prima; atqui materia prima taliter est in potentia ad existere quod dicit potentialitatem ut recipiat existentiam; ergo, si essentia potentialis est in potentia ad existere, arguit potentialitatem ut recipiat existentiam.

Respondetur: concessa maiore, nego minorem. Ad probationem, distinguo maiorem: sicut et eodem modo, nego; sicut et diverso modo, concedo. Diversus igitur modus in eo est quod materia prima est partialis<sup>223</sup> potentia, quae ad constructionem corporis physici se tenet, utpote pars ipsius cons-

<sup>219</sup> inter] // p. 88r.

<sup>220</sup> Thomas de Aquino, *In I Sententiarum*, d. 8, q. 2, a. 1, ed. Mandonnet, I, p. 202.

<sup>221</sup> ad] / p. 88v.

<sup>222</sup> ad] // p. 89r.

<sup>223</sup> partialis] / p. 89v.

titutiva, formam recipiens necessario ut in ejusdem consortio compositum construant.

Non ita similiter essentia potentialis aut possibilis: haec quippe est potentia totalis, quae, ut existat, non est necessum quod existentiam recipiat, sed tantummodo quod de uno statu ad alium transferatur gradum.

Contra. Si ad instar materiae primae essentia non reciperet existentiam, homo essentialiter non esset compositus; sed hoc est absurdissimum; respicit ergo existentiam. Probatur maior: essentia hominis non reciperet existentiam; atqui non nisi ex essentia et existentia datur<sup>224</sup> vera compositio; ergo, si essentia non reciperet existentiam, homo essentialiter non esset compositus.

Respondetur negando maiorem. Ad probationem, concessa maiore, et permissa minore, nego consequentiam: hominem esse compositum comperitum est apud omnes, siquidem, si physice acceptetur, ex materia prima, forma materiali et anima rationali componitur; si tamen metaphysice sumatur, ex animali et rationali construitur.

Unde, si homo, aut quaelibet alia creatura, accipiatur secundum essentiam, illam scilicet qua dicitur id quod est, tunc, licet non componatur ex essentia recipi[u]ente existentiam, construitur tamen gradualiter: multiplex quippe est compositionis genus ut, diffitetur<sup>225</sup> nemo.

Argues 2°. Essentia et existentia realiter separantur; sed, quae ita realiter separantur, realiter distinguuntur; ergo gradualiter non distinguuntur. Maior liquet ab eo quod, destructa existentia, manet essentia utpote invariabilis.

Respondetur distinguendo maiorem: essentia actualis et actualis existentia realiter separantur, nego; essentia potentialis et existentia actualis, subdistinguo: realiter separantur in essendo, concedo; in essentia, nego. Ut igitur quaestionem percipias, et argumentum dissolvas, attente inspice.

Essentiam dupliciter deprehendi posse, vel in essentia vel in essendo, id est, vel prout importat<sup>226</sup> tantummodo gradum potentialitatis, vel prout dicit gradum actualitatis. Si primum, distinguitur atque separantur ab existentia tanquam a gradu.

Si tamen secundum, neque separatur, neque distinguitur: nam existentia in essentia est idem ac essentia in essentia, sicut existentia in essendo in idem conspirat ac essentia in essendo: tota itaque lis versatur respectu essentiae potentialis, aut in essentia, et existentiae existentialis, sive in essendo.

Contra. Existentia actualis distinguitur realiter ab essentia actuali; ergo realiter separatur. Probatur antecedens: si existentia actualis non distingueretur realiter ab essentia actuali, quaelibet creatura existeret per essentiam;

<sup>224</sup> da-tur] // 90r.

<sup>225</sup> diffitetur] / 90v.

<sup>226</sup> impor-tat] // p. 91r.

hoc displicet; ergo realiter distinguitur<sup>227</sup>. Probatur maior: existeret per existentiam actualem identificatam cum essentia actuali; ergo existeret per essentiam.

Respondetur negando antecedens. Ad probationem, nego minorem: neque aliquam contradictionem in eo inuenio, quod creatura quaelibet per suam essentiam existat, per id scilicet per quod est id quod est, et hoc maxime quia actualis existentia, per quam existit, est realiter identificata cum essentia; maxima quin immo argueretur contradictio, si per essentiam non existeret: existeret enim et non existeret per essentiam.

Contra, et quidem subtiliter. Existere per essentiam uni Deo dumtaxat competit; ergo quaelibet creatura nequet existere per essentiam. Probatur antecedens: existere per essentiam est existere necessario<sup>228</sup>; atqui existere necessario soli Deo dumtaxat competit; ergo et existere per essentiam. Probatur maior: non existere per essentiam est non existere necessario; ergo existere per essentiam est existere necessario.

Respondetur negando antecedens. Ad probationem, nego maiorem. Ad probationem, nego antecedens: nec est cur vereamur negare ejusmodi propositionem, si terminos ‘per essentiam’ et ‘necessario’ accurate introspeciamus, quidquid dicat quidem philosophis.

Existere enim ‘per essentiam’ nihil aliud est quam existere per actualem existentiam, realiter eandem cum essentia actuali, quae potest deficere non solum secundum gradum existentiae actualis, qui utique est destructibilis, verum etiam secundum essentiam potentialem omnino indefectibilem<sup>229</sup>, remanente essentia.

‘Necessario’ autem realiter concipitur ut existere ‘necessario’ sit semper existere, et hoc ab intrinsecis<sup>230</sup>, quod nullo in eventu possit non existere. Sic ens infinitum et summum ‘necessario’ existit, quatenus semper existit, eritque in aeternum extitutum, quapropter, licet creatura per essentiam existat, non tamen ‘necessario’ existit.

Argues 3°. Distinctio gradualis inter essentiam et existentiam arguit identitatem realem inter essentiam et existentiam; sed hujusmodi identitas est omnino implicatoria; ergo implicatoria est inter essentiam et existentiam gradualis distinctio.

Probatur minor: implicatoria<sup>231</sup> est identitas realis inter rem et nihil; sed hujus conditionis est identitas inter essentiam et existentiam; ergo est impli-

<sup>227</sup> distin-guitur] / p. 91v.

<sup>228</sup> necessario] // p. 92r.

<sup>229</sup> indefectibilem] / p. 92v.

<sup>230</sup> intrinsecis] *add. spat. vac.*

<sup>231</sup> impli-catoria] // p. 93r.

catoria talis identitas. Probatur minor: existentia est aliquid, essentia possibilis est nihil; ergo identitas inter essentiam et existentiam est inter rem et nihil.

Respondetur distinguendo maiorem: arguit identitatem realem-realem, concedo; realem-gradualem, nego. Ad probationem, concessa maiore, nego minorem. Ad probationem, concessa antecedente quoad primam partem, distingo quoad secundam: essentia possibilis est nihil absolutum, non tantum secundum existentiam, sed etiam secundum essentiam, nego; est nihil formalisate et secundum quid tantummodo respectu existentiae, non vero essentiae, concedo<sup>232</sup>.

Cum essentia possibilis sit praevis ad gradum essendi, dici potest nihil existentiae, non enim nihil essentiae, quatenus jam servat totum essentiae caracterem, eo modo quo homo possibilis est verus homo, quatenus est suo constitutivo praeditus.

Contra. Implicatoria est identitas realis inter aliquid existens et aliquid existentia carens; atqui essentia possibilis, quamvis non sit aliquid rigorosum, sed 'secundum quid', semper existentia caret; ergo inter essentiam et existentiam implicat realis identitas, veluti inter rem et nihil.

Respondetur distinguendo maiorem: implicatoria est identitas realis inter aliquid existens et aliquid existentia carens, tam in essendo<sup>233</sup> quam in essentia, concedo; in essendo dumtaxat, nego. Quamvis essentia possibilis dicat carentiam existentiae in essendo, non tamen in essentia, quapropter non est implicatoria inculcata identitas realis.

Contra. Ergo, id quod actu existit identificatur cum illo quod actu non existit; sed hoc est prorsus inintelligibile; non ergo tenet solutio. Probatur minor: intantum id quod actu existit identificaretur realiter cum illo quod actu non existit, inquantum id quod actu non existit esset possibiliter existens, sed, eo ipso quod id quod actu existit identificatur realiter cum illo quod actu non existit, id quod actu non existit non est possibiliter existens; ergo.

Probatur minor: actualis existentia destruit existentiam<sup>234</sup> possibilem; ergo, eo ipso quod id quod actu existit identificatur realiter cum illo quod actu non existit, id quod actu non existit nequit esse possibiliter existens. Probatur antecedens: actualis existentia destruit carentiam actualis existentiae; sed existentia possibilis est carentia existentiae actualis; ergo existentia actualis destruit carentiam, inquam, existentiam possibilem.

Respondetur distinguendo illationem: id quod actu existit identificatur realiter realiter cum illo quod actu non existit, concedo; realiter-gradualiter, nego. Ad probationem, concessa maiore, nego minorem. Ad probationem, nego antecedens. Ad probationem, concessa maiore, distingo minorem:

<sup>232</sup> concedo] / p. 93v.

<sup>233</sup> essendo] // p. 94r.

<sup>234</sup> exis-tentiam] / p. 94v.

existentia possibilis est carentia existentiae<sup>235</sup> actualis, id est, supponit carentiam existentiae actualis, concedo; essentia possibilis in statu existentiae est carentia existentiae actualis, nego.

Longe abest quod possibilitas logica, aut possibilitas ad esse, destruat et auferat actualem existentiam: potentia enim per actum potius perficitur, quam destruitur, ut videre est in actu totali, qui non destruit potentiam totalem, quin immo eam perficit, sicut et forma materialis per <e>am materiae potentiam.

Unde transit essentia possibilis de primo possibilitatis status ad esse existendi, quatenus idem esset essentiae character qui est in uno, sit in altero statu, licet in statu existentiae superaddat gradum actualitatis, cum<sup>236</sup> quo stat quod in utroque statu servet potentialitatem ad esse.

Contra. Si actualis existentia non destrueret existentiam possibilem, existentia actualis esset existentia possibilis; sed, hoc dato, nec gradualiter distinguerentur; non ergo satisfacit solutio. Probatur minor: distingueretur existentia actualis ab essentia possibili; sed existentia possibilis est essentia possibilis; si ergo existentia actualis esset existentia possibilis, nec gradualiter distinguerentur.

Respondetur distinguendo maiorem: existentia actualis esset existentia possibilis in statu possibilitatis, nego; in statu existentiae, concedo. Ad probationem, distinguo maiorem: distingueretur<sup>237</sup> existentia actualis ab existentia possibili in statu possibilitatis, concedo; in statu existentiali, subdistinguo: reduplicative ut essentia possibili, concedo; specificative ut essentia actualis ad actualis existentia, nego.

Essentia possibilis et potest assumi in esse possibilitatis, priusquam sit translata ad esse actualitatis, et in eodem esse actualitatis. Unde in esse possibilitatis verum est quod distinguatur gradualiter ab existentia in esse actualitatis, quatenus, beneficio translationis, existentia actualis addit essentiae possibili actualitatis gradum.

Si vero ejusmodi possibilis essentia in esse actualitatis concipiatur, indistincta est ab<sup>238</sup> existentia actuali. Si reduplicative ut possibilis non acceptetur, sed specificative ut actualis, nihil ergo venit objiciendum cur inter essentiam et existentiam non admittatur gradualis distinctio.

Argues ultimo. Nec inter essentiam possibilem et existentiam possibilem, nec inter essentiam actualem et existentiam actualem, datur gradualis distinctio; atqui existentia possibilis, non nisi respectu essentiae possibilis, sicut et existentiae actualis, non nisi respectu essentiae actualis potest assumi; ergo essentiam inter et existentiam nulla gradualis datur distinctio.

<sup>235</sup> existentiae] // p. 95r.

<sup>236</sup> cum] / p. 95v.

<sup>237</sup> distingue-retur] // p. 96r.

<sup>238</sup> ab] / p. 96v.

Probatur minor<sup>239</sup>: existentia concomitatur essentiam; ergo existentia possibilis, non nisi respectu essentiae possibilis, et existentia actualis non nisi respectu essentiae actualis, potest assumi. Respondetur: concessa maiore, nego minorem. Ad probationem, concesso antecedente, nego consequentiam.

Synonima utique sunt ‘essentia possibilis’ et ‘existentia possibilis’, sicut ‘existentia actualis’ et ‘essentia actualis’, ea propter nihil mirum quod inter essentiam et existentiam, ita consideratas, non detur gradualis distinctio: falsum autem quod non posset deprehendi existentia nisi in ipsissimo modo quo essentia deprehenditur.

Concipi<sup>240</sup> enim potest a quolibet existentia actualis respiciendo essentiam possibilem, quae, pro diverso actualitatis gradu quam importat dum transfertur ad statum existentiae, gradualiter discriminatur ab ipsa existentia, quacum est realiter-realiter identificata.

## <CAPÍTULO XII>

[p. 97v] De distinctione intercedente inter naturam substantialem creatam et subsistentiam<sup>241</sup>.

Essentia et existentia aequaliter substantiis omnibus et accidentibus conveniunt, ita ut accidentia, non minus quam substantiae<sup>242</sup>, si fuerint possibilis et potentialia, habeant ‘esse’; si vero producta fuerint, habeant ‘existere’.

Cum tamen substantiae ab accidentibus clarissimo veluti discrimine distinguantur, et, praeter essentiam et existentiam, accidentibus quoque communes, alia sit dignoscenda perfectio, quae accidentibus nequit convenire, ‘subsistentia’ scilicet; de hac est in praesentiarum institutio, quatenus ad naturam substantialem comparata, cui tantum potest convenire.

Est igitur nova perfectio substantiis dumtaxat conveniens: ‘hypostasis’ vel ‘subsistentia’ nuncupatur, cujus perfectionis atque actus beneficio essentia aut substantialis natura perficitur, completitur et ultimo terminatur<sup>243</sup>, non tantum in ratione naturae, verum etiam in ratione suppositi, sicut clarius hoc totum deprehendas, animadvertito ‘subsistentiam’<sup>244</sup>, ‘suppositum’ et ‘personam’ inter se aliquantulum discriminari.

<sup>239</sup> minor] // p. 97r.

<sup>240</sup> concipi] / p. 97v.

<sup>241</sup> subsistentiam] substantiam *corr. in.* subsistentiam.

<sup>242</sup> subs-tantiae] // p. 98r.

<sup>243</sup> terminatur] / p. 98v.

<sup>244</sup> subsistentiam] substantiam *corr. in.* subsistentiam.



Subsistentia<sup>245</sup>, qua natura completur et perficitur, ita ut ab alio non pendeat ut operetur, describi queit: ‘ultimum naturae substantialis complementum per quod redditur alteri supposito incommunicabilis’. ‘Suppositum’ dicitur subjectum illud quod, hac ultima perfectione donatur, per se subsistit et operatur.

Hoc itaque ‘subjectu’, dici solet: ‘substantia completa individua, subjectum incommunicabiliter’. Si autem hujusmodi suppositum spiritualis et incorporeae cognitionis sit capax<sup>246</sup>, vocitatur ‘persona’, quae videlicet cum Boetio inscribi potest: ‘rationalis naturae individua substantia’.

Eodem esse donari ‘essentiam’, ‘existentiam’ et ‘subsistentiam’, non tamen in eodem statu et eisdem gradibus semper deprehendi: nam essentia est in statu possibilitatis, existentia in statu actualitatis, subsistentia in statu subsistendi.

Quapropter realiter omnia identificantur, quatenus omnia habent idem esse<sup>247</sup>, dumtaxat differunt in ratione graduum, ad quos gradatim transferuntur. Totum accurate tradit Resolutus Doctor in 3<sup>um</sup>, distinctione decima, quaestione 1<sup>a</sup>, art. 7: “Haec tria se habent secundum ordinem: haec essentia in potentia, haec essentia in actu, haec essentia per se subsistens<sup>248</sup>”.

Resolvimus: inter naturam substantialem creatam et subsistentiam intercedit gradualis distinctionis idea. Probatur primo. Natura substantialis, ut existens, non distinguitur a subsistentia realiter-realiter, nec realiter-virtualiter, nec realiter-modaliter, nec realiter-formaliter; ergo realiter-gradualiter distinguitur.

Probatur antecedens quoad primam partem: si natura substantialis distingueretur realiter-realiter a subsistentia, vel haec se teneret veluti substantia, vel utpote accidens rigorosum; sed neutrum placet; ergo non distinguitur realiter-realiter. Probatur minor: non veluti substantia, quia substantia nec est materia, nec rigorosa dicitur forma; sed eademmet essentia, per quam est id quod est, sed neque accidens, aliter natura subsisteret virtute accidentis; ergo<sup>249</sup>.

Probatur idem antecedens quoad secundam partem: subsistentia separari potest a substantiali natura; atqui distinctio virtualis realis non vivit ubi dari potest realis separatio; ergo inter naturam et subsistentiam non datur distinctio realis virtualis.

<sup>245</sup> subsistentia] substantia *corr. in.* subsistentia.

<sup>246</sup> ca-pax] // p. 99r.

<sup>247</sup> omnia habent idem esse] habent idem esse omnia *corr. in.* omnia habent idem esse.

<sup>248</sup> subsistens] / p. 99v. Ioannes Bacconius, *Quaestiones in IV Sententiarum*, ed. Venetiis 1526, III, d. 10, q. 1, art. 7, f. 19v b: «[...] ista tria se habent secundum ordinem: haec essentia in potentia, haec essentia producta in actu ens, haec essentia per se subsistens».

<sup>249</sup> ergo] // 100r.

Probatum idem antecedens quoad tertiam partem: subsistentia participat eandem rationem essentiae et substantiae quam participat substantialis natura; minime ergo intercedit distinctio realis modalis inter naturam et subsistentiam.

Probatum tandem quoad ultimam partem: distinctio realis formalis non viget ubi datur realis separatio; sed inter naturam et subsistentiam datur realis separatio; ergo<sup>250</sup> inter naturam et subsistentiam nulla est distinctio realis formalis; sed realis gradualis.

Probatum 2°. Substantialis natura, ut fiat subsistens, transit a gradu essendi existentialiter ad gradum essendi substantialiter; ergo distinguuntur realiter-gradualiter. Probatum antecedens: essentia, ut fiat existens, transit a gradu essendi potentialiter ad gradum essendi potentialiter, inquam, existentialiter; ergo natura, ut fiat subsistens, transit a gradu essendi existentialiter ad gradum essendi substantialiter.

Argues primo. Impossibilis est distinctio gradualis realis inter Naturam Divinam et Divinas Subsistentias; ergo pariter impossibilis inter naturam substantialem creatam et subsistentiam<sup>251</sup>.

Respondetur: concesso antecedente, nego consequentiam: longissimum et quidem infinitum viget intervallum inter Naturam Divinam et Divinas Subsistentias ac naturam et subsistentiam creatam.

Nulla modo concipi potest Divina Natura sub ratione totalis potentiae, nec in ratione causae respectu Divinarum Subsistentiarum, nec tandem ut separata aut separabilis a subsistentiis, quod totum est concipiendum de natura et subsistentia creata.

Hinc solummodo inter Divinam Naturam et Subsistentias increatas amplecti debet distinctio, illa quae totalem excludat potentiam, non arguat separationem aut separabilitatem<sup>252</sup> inter Naturam et Subsistentias, et tandem quod ita se habeat ut Subsistentiae Divinae non sint veluti effectus formales Naturae increatae.

Quapropter sola virtualis intrinsecaque distinctio intercedit, siquidem salvat, absque jactura Divinae Perfectionis, contradictoria physica, quae, ipsa seclusa, de Deo verificarentur; non ita de natura creata, quae est in totali potentia ad subsistendum, a subsistentiaque separabilis.

Argues 2°. Est de conditione modi quod nequeat conservari absque substantia; atqui subsistentia nequit conservari absque natura; ergo subsistentia est modus naturae substantialis; ergo tantum realiter-modaliter distinguuntur<sup>253</sup>.

<sup>250</sup> er-go] / p. 100v.

<sup>251</sup> subsistentiam] // p. 101r.

<sup>252</sup> sepa-rabilitatem] / p. 101v.

<sup>253</sup> distinguuntur] // p. 102r.

Respondetur distinguendo maiorem: et hoc solum, nego; etiam, concedo. Debet ulterius quilibet modus se habere, utpote accidens substentificatum, et nullatenus induere rationem substentificantis, ut habet subsistentia. Unde hoc quod est non posse conservari absque subjecto, non ita proprie competit modo quod aliis nequeat convenire.

Nam effectus formalis conservari nequit absque causa formali, et universaliter tamen non est modus. Itaque compertum est substantiam conservari non posse absque substantiali natura; cum autem aliquas habeat qualitates modo minime convenientes, sed sibi dumtaxat consentaneas, non modus, sed gradus quidam appellandus est<sup>254</sup>.

Contra. Si non esset modus, sed tantummodo gradus, haberet rationem effectus formalis naturae substantialis; sed, hoc modo accepta subsistentia, non distinguitur gradualiter a natura; ergo non est gradualis, sed tantummodo modus subsistentiae.

Probatur minor: distinctio gradualis datur inter illa quae possunt realiter separari; sed effectus formalis nequit separari a causa formali; ergo, si subsistentia haberet rationem effectus formalis naturae substantialis, non distingueretur gradualiter ab ipsa natura.

Respondetur: concessa maiore, nego minorem. Ad probationem, concessa maiore, [nego] distingo minorem: effectus formalis primarius, concedo; secundarius<sup>255</sup>, nego. Duos habet effectus formalis substantialis natura: quorum alter primarius est, et secundarius dicitur alter.

Primarius est substantiare, ac per se existere extra inhaesioni subjectum, et, ita deprehensa, adhuc manet indifferens ad dependentiam vel independentiam ab alieno supposito. Secundarius autem est subjectum, inquam, est subsistere per se, quin maneat existens ad dependentiam aut independentiam, sed jam independens positive a supposito alieno.

Licet igitur primarius effectus sit omnino inseparabilis a natura substantiali, quatenus istius est primarius character secundum propriam rationem substantiae; secundarius tamen potest separari et a divina omnipotentia impediri, siquidem est actus<sup>256</sup> tantummodo naturae substantialis existentis.

Totum videre est in quantitate, cujus effectus primarius, scilicet extensio, in ordine ad se non potest ab ipsa separari, quamvis possit secundarius impediri, nempe extensio in ordine ad locum. Hic putato, naturam secundum primarium effectum esse tantum entitative completam, non autem ultimo gradualiter: hoc enim per formalem habetur subsistentiam.

Non itaque dicas adversus Resolutum Doctorem subsistentiam aliquos habere effectus formales, sed potius ipsam esse formalem effectum substan-

<sup>254</sup> est] / p. 102v.

<sup>255</sup> secundarius] // p. 103r.

<sup>256</sup> ac-tus] / p. 103v.

tialis naturae per quam manet ultimo completa, non indigens ulterius compleri<sup>257</sup>.

Esse effectum formalem, inquam, naturae substantialis, per distinctionem ad naturam in actu positam, quae potius est effectus agentis transferentis ipsam naturam de statu potentialitatis ad statum actualitatis.

Argues 3°. Subsistentia est modus; ergo distinctio inter naturam et subsistentiam est modalis, et non gradualis. Probatur antecedens: subsistentia determinat specificatque naturam ad subsistendum; atqui ita determinare atinet ad modum naturae; ergo subsistentia est modus.

Probatur maior: substantialis natura tantummodo dicens gradum perseitatis, et adhuc indifferens ad subsistendum<sup>258</sup> per subsistentiam propriam, aut alienam; ergo subsistentia determinat specificatque ipsam naturam ad subsistendum.

Respondetur negando antecedens. Ad probationem, distingo maiorem: subsistentia determinat naturam complete sumptam, nego; incompletam, concedo. Ad probationem, concesso antecedente, distingo pariter consequentiam: duplici in acceptione assumi potest natura: et complete, et incomplete.

Natura completa ex se habet quod sit ad subsistendum determinata, eo modo quo forma ad informandum est in se determinata. Subsistit itaque natura completa per seipsam, id est, per subsistentiam realiter-realiter indistinctam ab ipsa natura completa, esto realiter-gradualiter<sup>259</sup> discriminata.

Natura autem incompleta, quatenus scilicet importat tantum gradum perseitatis, cum adhuc sit indifferens ut habeat propriam vel alienam subsistentiam, determinatur per ipsam subsistentiam, minime induentem rationem modi, sed conditionem gradus, qui saltem per potentiam obedientialem potest ipsam naturam modificare ad determinate subsistendum.

Forma enim materialis, quae in Peripateticorum sistemmate non est modus, determinat materiam, eamque specificat, non tantum per obedientialem potentiam, sed etiam per potentiam naturalem, quin immo et exigentiam propriam<sup>260</sup>.

Argues 4°. Subsistentia est accidens respectu naturae; sed accidens distinguitur entitative a natura; non ergo gradualiter. Probatur maior: subsistentia potest esse, vel abesse, absque corruptione naturae; ergo est accidens respectu naturae. Respondetur negando maiorem. Ad probationem, distingo antecedens: subsistentia potest esse, vel abesse, secundum gradum, absque corruptione naturae, concedo; secus, nego.

<sup>257</sup> compleri] // p. 104r.

<sup>258</sup> subsistendum] / p. 104v.

<sup>259</sup> gradua-liter] // p. 105r.

<sup>260</sup> propriam] / p. 105v.

Non est igitur subsistentia accidens, quia realiter est eadem natura, cujus est ultimum complementum in ratione subsistentis, nec deficere queit quoad entitatem, manente natura, alias deficeret et non deficeret natura; deficit tantummodo gradus, jacente<sup>261</sup> natura a qua gradualiter distinguitur.

Igitur accidens rigorosum est, vel abest, secundum entitatem quod nequit de subsistentia dici, cum sit eadem realiter natura. Loquemur modo de accidente rigoroso, si fortasse ita constituatur, siquidem volumus ipsum constitui per inhaerentiam exigentialem.

Contra. Si subsistentia non esset accidens, nihil esset; ergo est accidens. Probatur antecedens: si non esset accidens, esset substantia; sed, juxta proposita, non est substantia; ergo nihil esset. Probatur maior: nihil existit praeter substantiam et accidens<sup>262</sup>; ergo, si non esset accidens, esset substantia.

Respondetur negando antecedens. Ad probationem, distinguo maiorem: esset substantia entitative sumpta, concedo; gradualiter, nego. Ad probationem, distinguo antecedens: nihil existit praeter substantia et accidens, id est, nihil existit quod neque accidens nec substantia sit, aut gradualiter aut entitative, concedo; quod licet non gradualiter, bene tamen entitative sit substantia, nego.

Urget quidem argumentum adversus nostrum systemma, tenens in *Logica* aristotelicas cathogorias, ad duplicem ita revocari, ut nihil praeter substantiam et accidens sit<sup>263</sup> reperiendum.

Ast, quamvis subsistentia non ingrediatur accidentis praedicamentum, cum potius substet quam inhaereat, tamen est realiter ac entitativa erit substantia, licet gradualiter sit quid diversum, in quo sensu non arguit adhuc rationem accidentis, quatenus subsistentiam esse gradum a natura distinctum, est idem ac naturam transferri de uno ad alium statum.

Argues 5°. Subsistentia est quaedam perfectio naturae superaddita; entitative ergo discriminatur a natura. Probatur antecedens: est quidam gradus naturae superadditus; ergo est quaedam perfectio naturae superaddita. Probatur consequentia: hujusmodi<sup>264</sup> gradus est actualis respectu naturae in potentia ad subsistendum; sed esse actuale est perfectius esse potentiali; ergo subsistentia, quae est gradus naturae superadditus, est perfectio superaddita naturae.

Respondetur negando antecedens. Ad probationem, concessio antecedente, nego consequentiam. Ad probationem, concessa maiore, nego minorem: esse actuale 1<sup>um</sup> est perfectius esse potentiali puro, quod correspondet individuo in potentia ad existendum, concedo; esse actuale, veluti

<sup>261</sup> ja-cente] // p. 106r.

<sup>262</sup> acci-dens] / p. 106v.

<sup>263</sup> sit] // p. 107r.

<sup>264</sup> hujusmo-di] / p. 107v.

secundum, quod correspondet individuo in potentia ad subsistendum, sed existenti, nego.

Duplici via concipi potest<sup>265</sup> esse actuale: vel prout est illud primum, quod tribuit existere individuo in potentia ad existendum, et hoc esse est existentia; et potest assumi prout est illud, utpote secundum, quod praebet subsistere individuo in potentia ad subsistendum, et hoc est subsistentia. Sic, primus est perfectius, secundum nequaquam.

Unde dicimus primum esse actuale esse perfectius esse potenciali puro in essendo, non in essentia, siquidem idem esse in essentia correspondet enti in potentia, in existendo et in subsistendo, quod tantum gradatim transfertur de uno ad alium statum.

Hic gradus primus existentiae dicitur perfectio, quia procedit secundum ordinem generationis, quae semper fit de imperfecto ad perfectum. Non autem dicitur secundus<sup>266</sup>, quia est effectus formalis naturae substantialis, qui nequit esse sua causa perfectior.

Recensita doctrina perspicue aspicitur in Baconii, 3<sup>um</sup>, distinctione decima, quaest. 1<sup>a</sup>, art. 7: "quod gradus actualis est perfectior potenciali, verum est intelligendo hoc de primo gradu actuali, qui correspondet individuo in potentia; si vero illud dictum intelligatur de gradu qui correspondet individuo substantiae in potentia, falsum est<sup>267</sup>".

Contra. Gradus actualis, qui correspondet individuo in potentia ad existendum, est aliquid additum intra ambitum entis; sed nequit ita dici, quin sapiat aliquam perfectionem; ergo aliquo, inquam, ergo quolibet in sensu in quo accipiatur subsistentia, est quaedam perfectio addita naturae<sup>268</sup>.

Respondetur, concessa maiore, distinguendo minorem: quin sapiat aliquam perfectionem additam, inquam, superadditam, nego; aliquam perfectionem, illam, scilicet, quam importat natura, quacum entitative est idem ipse gradus, concedo.

Compertum est subsistentiam importare perfectionem, eo modo quo importat substantialis natura, quatenus entitative cum ipsa natura est eadem. At vero, licet subsistentia ipsa, adhuc ut gradus naturae superadditus, sit aliquid contentum intra ambitum entis, non ideo est dicenda superaddita perfectio.

<sup>265</sup> po-test] // p. 108r.

<sup>266</sup> secun-dus] / p. 108v.

<sup>267</sup> Ioannes Baconius, *Quaestiones in IV Sententiarum*, ed. Venetiis 1526, III, d. 10, q. 1, art. 7, ff. 19v b-20r a: «[...] quod gradus actualis est perfectior potenciali, verum est intelligendo hoc de primo gradu actuali, qui correspondet individuo naturae in potentia [...]. Si vero illud dictum intelligatur de gradu actuali qui correspondet individuo subsistentiae in potentia, falsum est».

<sup>268</sup> naturae] // p. 109r.

Non igitur est ens directe, quod tantum importat perfectionem, sed indirecte, quod nullam<sup>269</sup> addit perfectionem. Dicimus indirecte, quia est gradus naturae extra nihil positae.

Contra. Existentia, quae est primus actualitatis gradus, est ens indirecte; sed cum hoc stat quod sit quaedam perfectio naturae superaddita; ergo, licet subsistentia sit directe ens, quaedam perfectio dici debet superaddita naturae.

Probatur maior: si non esset ens indirecte, inter essentiam et existentiam daretur distinctio realis-realis; ergo est ens indirecte. Probatur antecedens: daretur distinctio inter rem et rem; ergo daretur distinctio realis-realis.

Respondetur: concessa maiore et minore, nego consequentiam<sup>270</sup>. Ad probationem, concedo totum: existentia non est ens directum, alias teneret argumentum sane perspicuum. Ast, non ab eo quod existentia sit directe aut indirecte ens desumitur ipsius perfectio, sed ab eo quod sit actus primus naturae correspondens individuo in potentia ad existendum.

Enimvero non ita subsistentia, quae neque est directe ens, nec terminat actionem generationis, sed est effectus formalis naturae substantialis, qui nullam addere potest perfectionem supra naturam, alioquin causa esset imperfectior suo effectu formali<sup>271</sup>.

### <CAPÍTULO XIII>

[p. 110v] De substantiae praedicamento, sive de entis idea prout per se existit.

Non unica est substantiae acceptio: ‘usia’ dicitur a Graecis, a quibus pro ‘essentia’, ‘natura’ ac ‘rei quidditate’ usurpari solet. Sic ‘substantia’, ‘essentia’ et ‘natura’ in idem coeunt, si ad Nicenos Patres confugimus.

Nam in Niceno Concilio statutum fuit, adversos perfidos Arianos, velut catholicum dogma Filium esse ‘homosion Patri’, scilicet ejusdem essentiae, naturae, substantiae ac conditionis cum Patre, aut ipsi consubstantialem<sup>272</sup>.

Nos autem in praesentiarum praessius accipimus substantiam, non pro essentia, quae aliquando accidentibus correspondet, nec pro quacumque entitate ab accidentibus distincta, alias substantias incomplectas comprehenderet materiam, scilicet, et formam materialem, de quibus non est institutio.

Agimus vero de substantia completa praedicamentali, illa, videlicet, quae contravenit accidentibus ipsis, substatur, utpote fulchrum et substentacillum. Unde venit quod substantia latine dicatur ‘substans’, seu ‘substentans’.

<sup>269</sup> nullam] / p. 109v.

<sup>270</sup> con-sequentiam] // p. 110r.

<sup>271</sup> formali] / p. 110v.

<sup>272</sup> consubstantialem] // p. 111r.

Hinc substantia sub propria notione id habetur quod nullo eget ut naturaliter existat, sed dumtaxat actione sui productiva et conservativa, quod minime<sup>273</sup> nocet substantiae rationi. Hic scies esse longe diversum 'esse a se' ab 'esse per se': angeli enim, rationalis anima et corpora 'sunt per se', quatenus substantiae.

Non autem sunt 'a se', quatenus solius Dei est proprium excludere omnimodam dependentiam ab alio, non tantum ut per se existat naturaliter, quin egeat altero, sed etiam quin ipso indigeat ad actionem, aut productivam aut conservativam: siquidem Deus est id quod est, undique independens et summus.

Potest quadrifariam opinari substantia. Primo, secundum gradum essentiae, priusquam existat. Secundo, in gradu existentiae, quatenus est in actu posita. Tertio, secundum gradum subsistentiae, ut ultimo<sup>274</sup> completa et incommunicabilis. Quarto, quatenus accidentibus substat.

Sic, prout in secundo et tertio gradu, tantummodo praedicamentalis vocitatur; non in primo, quia adhuc est incompleta, omni actualitate expoliata. Non in ultimo, quia non est necessum quod accidentibus retineat, inquam, substet ut retineat characterem substantiae, cum praevis ad accidentia sit ultimo completa.

Ab inculcatis, habetur subsistentia in via Baconii formalem effectum substantialis naturae, in eaque radicaliter lateri. Unde venit quod, priusquam natura formaliter subsistat, dicitur in suo esse constituta, non per formalem subsistentiam, sed radicalem; siquidem pro priori ad illam subsistentiam formalem jam actualiter<sup>275</sup> per se existit.

Resolvimus: substantia praedicamentalis aptissime inscribitur: 'ens per se existens, vel originative subsistens'. Probatur 1°. Ens per se existens dicitur id quod, ipsa sua natura, vel est sine subjecto, vel absque ipso potest existere; sed hoc totum ad substantiam attinet; ergo substantia ita traditur.

Probatur minor: angelus, anima rationalis et quodlibet corpus sunt verae substantiae; atqui de omnibus ipsis dicitur id quod, ipsa sua natura, vel re ipsa existit sine subjecto, vel absque ipso potest existere; ergo idem de substantia dicitur.

Probatur<sup>276</sup> 2°. Substantia praedicamentalis est completa; sed substantia completa non aptius quam per ens existens 'per se' et originative existens; ergo ita est substantia. Probatur minor: substantia completa in actu suscipitur constituta; atqui, dum ita concipitur, est per se existens et originative subsistens; ergo non aptius inscribitur praedicamentalis substantia.

<sup>273</sup> minime] / p. 111v.

<sup>274</sup> ulti-mo] // p. 112r.

<sup>275</sup> actua-liter] / p. 112v.

<sup>276</sup> proba-tur] // p. 113r.



Argues 1°. Si substantia constitueretur per perseitatem, constitueretur per aliquid enti superadditum; sed hoc est inexplicabile; ergo substantia non est ens per se existens. Probatur minor: perseitas est aliquid positivum reale; sed nihil reale positivum queit esse enti superadditum; inexplicabile ergo est quod substantia constituatur per<sup>277</sup> aliquid enti superadditum.

Respondetur distinguendo maiorem: si substantia constitueretur per aliquid enti superadditum et quod esset ens, concedo; et quod ens non esset, subdistinguo: non esset ens commune, concedo; particulare, nego. Ad probationem, concessa maiore, distingo minorem eodem modo.

Compertum est perseitatem esse aliquid positivum reale intra ambitum entis, per quam adstringitur ens commune ad rationem entis particularis, scilicet substantiae, quod non nocet entis rationi, alias nullo in eventu posset ens commune specificari, cum omnes differentiae dicantur essentia.

Argues 2°. Subsistentia<sup>278</sup> est effectus formalis, quin immo est secundarius substantiae; ergo, dum dicitur substantiam subsistere, non traditur proprius substantiae character. Respondetur distinguendo maiorem: subsistentia formalis, concedo; subsistentia originativa, nego. Inscritbitur substantia per originativam subsistentiam, quae in rei veritate est eadem cum perseitate.

Contra. Hujusmodi, substantiae quidditas per originativam subsistentiam venit ab Aristotele rejicienda; ergo, vel subsistentia sit formalis, vel originativa, frustra per eam constituitur substantia. Probatur minor: Aristoteles penitus subsistentiam ignoravit; venit ergo ab illo rejicienda<sup>279</sup>.

Respondetur: transeat antecedens. Ad probationem, transeat antecedens et nego consequentiam: Aristoteli in praesentiarum non suffragamur, nec in illis quae, ratione fulta, non aspiciuntur. Non enim licet in magistri verba jurare, sed, in philosophi tanti ponderis cultum, dicimus, Aristotelem, quantumvis de substantiae conditione speciatim sermonem non instituere, tamen ipsam penitus non ignoravit.

Etenim Aristoteles ipsam divisit in primam et secundam substantiam, et, licet non definisset substantiam, hoc fortasse contingit, quia per rigorosum genus nequit proprie definiri; cum ergo in contrarium Philosophus non occurrat, quam optime est, quod ab ipso nullatenus sit respicendus substantiae conceptus traditus<sup>280</sup> per originativam subsistentiam.

Contra. Subsistentia originativa est radix subsistentiae formalis; sed eo ipso constitui nequit per ejusdem subsistentiam; non ergo manet in toto prae-  
laudata inscriptio. Substantia formalis est effectus secundarius substantiae; sed substantia nequit constitui per radicem effectus secundarii; ergo per subsistentiam originativam nequit substantia constitui.

<sup>277</sup> per] / p. 113v.

<sup>278</sup> subs-sistentia] // p. 114r.

<sup>279</sup> rejicienda] / p. 114v.

<sup>280</sup> tradi-tus] // p. 115r.

Respondetur: concessa maiore, nego minorem. Ad probationem, concessa maiore, nego minorem: quantumvis formalis subsistentia sit utpote secundarius effectus naturae substantialis, radicalis tamen subsistentia, quae nec in puncto discriminatur<sup>281</sup> a perseitate, est de primario conceptu substantiae, quod bene est quamquam se teneat veluti radice secundarii effectus.

Hoc totum videre est in rationali, quod quam optime constituitur per potentiam ad discurrendum, licet haec sit utpote posterior potentia ad apprehendendum et iudicandum, per quam pariter constituitur.

Argues 3°. Si substantia constitueretur per existere per se et originativae subsistere, huiusmodi conceptus esset prorsus invariabilis; sed non est; ergo non ita constituitur substantia. Probatur minor: potest accidenti competere; ergo non est prorsus invariabilis<sup>282</sup>.

Probatur antecedens: in eucharistico sacramento accidens est per se existens; ergo potest accidenti competere. Respondetur: concessa maiore, nego minorem. Ad probationem, nego antecedens. Ad probationem, distingo antecedens: in sacramento eucharistico accidens est per se existens, perseitate naturali, nego; supernaturali, concedo.

Ideo sunt invariables essentiae rerum, ut nec divinitus possunt alteri competere. Utique Deus potest producere accidentia quae per se existant, sed supernaturaliter, quae quidem supernaturalis perseitas nequaquam attinet ad conceptum essentiae.

Nam substantia concipitur, inquam<sup>283</sup>, constituitur per connaturalem perseitatem, absque exigentia ad subjectum quod, accidenti nec Deo adspirante, queit competere; sic accidentia in eucharistico sacramento adeo per se extant, quod perseitatem tantummodo supernaturalem habeat.

Argues 4°. Praedicamentalis substantia caracterizatur per id quod non sit in alio; non ergo per id quod per se sit. Probatur antecedens: accidens caracterizatur per id quod sit in alio; ergo substantia per id quod non sit in alio.

Respondetur negando antecedens. Ad probationem, concesso antecedente, nego consequentiam: non nisi per positivos conceptus constitui debent entitates positivae<sup>284</sup>, siquidem<sup>285</sup> positivum prius concipitur in re quam negativum. Cum autem tam accidens tam substantiae sint entitates positivae, sicut accidens constituitur per inhaerentiam alteri positivam, ita substantia per positivam perseitatem iure merito constituitur.

Nota valde, duplex esse substantiae genus: altera scilicet est substantia 1<sup>a</sup>, secunda altera. Prima illa dicitur quae 'in subjecto non est, nec de subjec-

<sup>281</sup> dis-criminatur] / p. 115v.

<sup>282</sup> invariabilis] // p. 116r.

<sup>283</sup> inquam] / p. 116v.

<sup>284</sup> positivae] positivus *corr. in.* positivae.

<sup>285</sup> si-quidem] // p. 117r.

to dicitur': hujusmodi nuncupatur singularis, ut Petrus, Paulus, qui in subiecto non sunt, nec de ipso dicuntur, nisi identice tantum.

Secunda autem ea est quae 'in subiecto non est, sed dicitur de subiecto': haec universalis habetur, ut homo, qui, esto non sit in subiecto, per inhaerentiam dicitur, tamen de subiecto veluti de inferiori. Ut<sup>286</sup> clarius perloquar, prima substantia est de statu physico; secunda de statu intelligibili.

Nonnullas habere proprietates substantia oportet sciamus: quarum prima in eo est quod 'non suscipiat magis, nec minus, id est, quod nequeat esse magis et minus talis', ut aqua, quae dicitur magis vel minus frigida; homo, qui dicitur magis vel minus doctus.

Substantia autem dicitur non suscipi magis et minus, utpote lapis, qui magis et minus non suscipit quam lignum. Utraque enim substantia est per se nullo egens subiecto cui inhaereat; ast potest substantia magis et minus suscipere, si materialiter opinetur secundum diversos gradus ad quos est transferibilis<sup>287</sup>.

Secunda proprietas est 'quod in subiecto non sit per inhaerentiam': haec proprietas adaptatur substantiae primae et secundae, completae et incompletae. Tertia proprietas in eo est quod substantia non habeat contrarium, et tamen sit contrariorum susceptiva.

Contraria enim dicuntur quae sese mutuo ab eodem subiecto pellunt; certe itaque substantiae cum subiecto non insint, nec mutuo sese pellunt, nec ad invicem contrarie dicuntur. Est autem contrariorum susceptiva, quatenus ipsi insunt accidentia ad invicem contraria, ut calor et frigus, siccitas et humiditas. Ita canit Ovidius, libro 1° *Methamorphoseum*:

Frigida pugnabant calidis, humentia siccis<sup>288</sup>.

Hic valde animadvertamus<sup>289</sup>, licet substantiam 'magis et minus non suscipere', ita substantiae non esse proprium quod utique accidentibus non conveniat, et hoc maxime si in abstracto suscipiantur, siquidem habent sua constitutiva essentialia quae nec magis nec minus possunt suscipere.

Nam, licet aliquid sit magis et minus calidum, caliditas tamen nec est magis, nec minus caliditas; idem videtur in re quanta, quae, licet possit esse magis et minus quanta, non autem quantitas minus et magis quantitas. At vero substantia, tam in abstracto tam in concreto, est in puncto indivisibili, nec magis nec minus recipiens.

Resolvimus: substantiae idea Deo et creaturis est univoce communis. Probat<sup>290</sup> primo: Deo et creaturis convenit univoce existere per se, mi-

<sup>286</sup> ut] / p. 117v.

<sup>287</sup> transferibilis] // p. 118r.

<sup>288</sup> Publius Ovidius Naso, *Metamorphoseon libri XV*, I, v. 19.

<sup>289</sup> ani-madvertamus] / p. 118v.

<sup>290</sup> proba-tur] // p. 119r.

nime vero pendere a subjecto in existendo; sed in hoc consistit substantiae quidditas; Deo ergo et creaturis univoce convenit. Probatur maior: nullam involvere pugnam ad esse, Deo et creaturis univoce convenit; ergo similiter.

Probatur secundo: idcirco substantiae notio Deo et creaturis non esset univoca, quia Deus est substantia infinita, creatura vero limitata; sed hoc nihil officit asserto; ergo placet. Probatur minor: tametsi Deus sit ens infinitum, creatura tamen limitata, ens semper univocum dicitur ad Deum et creaturas; ergo, licet Deus sit substantia infinita, ac creatura limitata, univoce semper dicitur substantia ad Deum et creaturas<sup>291</sup>.

Argues 1°. Fatetur Divus Augustinus, libro septimo, *De Trinitate*, numero decimo, capite quinto: "Deum non nisi abusive posse substantiam vocari<sup>292</sup>"; sed, eo ipso, nequit univoca dici substantiae notio Deo et creaturis; non ergo ita est.

Respondetur: et quidem fatemur cum Divo Augustino Deum esse abusive substantiam, sed contendimus substantiam tunc ab illo sumi non pro ente per se existente, sed pro eo quod accidentibus substat, ab illisque afficitur, quo in sensu acceptata substantia, non nisi abusive substantia nuncupatur Deus.

#### <CAPÍTULO XIV>

[p. 120r] Accidentis in communi traditur idea.

Accidens, quod a recentibus usitate dicitur 'modus', non vocatur proprie ens aut res, sed entis ens, quatenus modus, affectio, ejusdemque appendix. Nos autem, si ad trutinam ipsum revocamus, inscribendum suscipimus: 'ens inhaerens subjecto'.

Ea scilicet ratione, subjectum dicitur efficiens, ab eoque dependens, ut ipsa sua natura, nec fieri, neque re ipsa esse possit, quin in subjecto sit: hujusmodi sunt sapor, frigiditas, perceptiones et alia quae, non nisi subjectis inhaereant, concipi valent.

Hinc, cum in Scholis aliud adinvenitur accidentis genus, quod 'logicum' denominatur, per distinctionem ad 'physicum' et rigorosum, de quibus hactenus sumus perlocuti, contendimus accidens logicum illud esse 'quod rei advenit per suam essentiam et proprietates jam constitutum'.

Sic vestis, qua tegitur homo, dicitur dicitur accidens logicum, siquidem vestis essentialiter et per suas proprietates jam constituta advenit homini similiter jam constituto. Cum autem accidens, hoc modo acceptum, reapse substantia sit, liquido apparet substantiam, hac methodo assumptam, posse logicum accidens denominari.

<sup>291</sup> creaturas] / p. 119v.

<sup>292</sup> Aug., *De Trin.*, VII, 5, 10, CCSL, L, p. 261.

## &lt;CAPÍTULO XV&gt;

[p. 121r] De relationis idea.

Omne ens, vel est absolutum, vel relativum: siquidem, vel concipitur quin ad aliud referatur, vel deprehenditur quatenus ad aliud refertur. Tali-ter ita concipitur ens absolutum, quod nullatenus aliquid adeo distinctum ad quod comparetur intelligitur.

Si hominis notio ita percipitur ut aliud a se diversum, praecise non dig-noscatur; minime tamen pertingitur ens relativum, nisi aliud ab eo diversum insimul concipiatur: ejusmodi sunt dominus, pater, simile, aequale. Unde ens absolutum in Scholis dicitur<sup>293</sup> ‘ad se’, relativum ‘ad aliud’.

Si ratio illa, cujus praesidio ens quodlibet dicitur referibile, vocatur rela-tio, hujusmodi quatenus assumitur in esse praecisivo et abstracto, satis apte describitur: ‘forma, cujus esse est ad aliud’.

Cum vero communis relationis conceptus in particulares species debeat descendere, altera dicitur ‘transcendentalis’, ‘praedicamentalis’ altera. Prima est ‘forma, cujus esse est ad aliud ultra per agens’. Secunda vero, de qua institutio dicitur ‘forma, cujus totum esse est ad aliud’.

In eo maxime disconvenit<sup>294</sup> relatio transcendentalis a praedicamentali, quod transcendentalis non sit simplex purusque respectus ad aliud, sed ulte-rius progrediatur alterum exercendo munus atque negotium, ut unionis cau-sae et actionis relationes, quae ita referuntur, ut ultra causent, uniant et agant. Non sic praedicamentalis relatio, eo quia est purus simplexque respectus ad terminos, aliud non habens negotium atque officium.

Nonnulla memoratu dignissima, quolibet in referibili veniunt explican-da, nimirum: ‘subjectum’, ‘fundamentum’, ‘terminus’ et ‘fundandi ratio’. ‘Subjectum’ habeturi illud quod comparatur, et cui relatio fulcitur remote: eatenus appellari solet ‘fundamentum remotum’. ‘Fundamentum’ dicitur illud proximum motivum, cui innitur relatio<sup>295</sup>.

‘Terminus’ vocatur id quod relatio respicit. ‘Ratio’, denique, ‘fundandi’ non coincidit cum proximo fundamento, sed est ipsissima relatio fulcita in motivo proximo: sic corpus aequale est subjectum, aequalitas est motivum proximum. Aliud corpus, cujus respectu dicitur aequale, est ‘terminus’; ‘ra-tio’, vero, ‘fundandi’, innixa aequalitati, est relatio.

Resolvimus: relatio praedicamentalis constituitur per id quod sit forma, cujus totum suum esse est ad aliud. Probat: relatio praedicamentalis ea est quae enti tribuitur, cujus ope ipsum refertur ad aliud, nihil conficiendo aut operando; sed ista se tenet relationis indoles; ergo ita est ut constituitur.

<sup>293</sup> dici-tur] / p. 121v.

<sup>294</sup> disconve-nit] // p. 122r.

<sup>295</sup> relatio] / p. 122v.

Probatur maior<sup>296</sup>: relatio praedicamentalis dicitur talis per distinctionem ad relationem transcendentalem; sed hujusmodi est forma<sup>297</sup>, cujus esse est ad aliud aliquid ulterius peragendo; ergo praedicamentalis est forma, cujus totum esse est simpliciter ad aliud, nihil conficiendo aut operando.

Argues 1°. Si relatio praedicamentalis esset forma, aut esset substantialis aut accidentalis; sed neutrum placet; ergo non est forma. Probatur minor quoad primam partem: si esset substantialis, nec participaret rationem communem relationis, quae est accidens, nec collocaretur in serie praedicamentorum; non ergo est forma substantialis.

Probatur eadem minor quoad secundam partem: si esset accidentalis<sup>298</sup> forma, Relationes Divinae non essent praedicamentales, utpote habetur intra Baconismum; non ergo licere valemus relationem praedicamentalem esse formam.

Respondetur, concessa maiore, negando minorem. Ad probationem, nego antecedens. Ad ejusdem probationem, distingo antecedens: si esset accidentalis tam in creatis quam in divinis, concedo; tantum in creatis, nego. Relatio, vel concipitur abstractivae et indifferentivae, vel contractivae prout transcendentis et praedicamentalis.

Praedicamentalis vero dicitur etiam, vel prout est creata, vel increata ac divina, relatio communis et indifferentis: indeterminate se<sup>299</sup> habet, vel ad rationem accidentis, vel ad rationem substantiae, quapropter a praedicamentali, vel substantiali, vel accidentali, semper participatur.

Relatio praedicamentalis utique dicitur forma accidentalis, si creata sit; nequaquam tamen, si dicatur divina: nihil per modum accidentis est in Deo concipiendum, quapropter Relationis Divinae praedicamentales sunt verae substantiae.

Nec minimum officit quod ita sint substantiae Relationes Divinae, ut non collocentur in praedicamentorum serie: nam, sicut sufficit virtualis distinctio inter Naturam et Relationes ut istae non dicantur absolutae, ita sufficiens est ut in praedicamento collocentur, licet cum<sup>300</sup> substantia sint realiter identificatae, et maxime quia in praedicamento ejusdem substantiae possunt collocari.

Contra. Relationem praedicamentalem esse accidens, ac in divinis non posse reperiri, docet aperte Resolutus Doctor in *Primum*, distinctione vigesima-octava, quaestione prima, articulo quarto, § 2°: “dico quod non est simile, quia res relationis est in rei veritate accidens, sicut qualitas et quantitas, ideo sibi repugnat secundum propriam realitatem transferri ad divina, sicut qua-

<sup>296</sup> ma-ior] // p. 123r.

<sup>297</sup> est forma] forma est *corr. in* est forma.

<sup>298</sup> ac-cidental] / p. 123v.

<sup>299</sup> se] // p. 124r.

<sup>300</sup> cum] / p. 124v.

litati et quantitati<sup>301</sup>”; ergo collocari nequeunt Relationes Divinae in arbore praedicamentorum.

Respondetur ad doctoris testimonium: ipsum locutum fuisse adversus<sup>302</sup> quendam philosophum, Henricum denominatum<sup>303</sup>, putantem relationem non esse aliquid reale secundum propriam rationem, ut itaque Resolutus, tenens duo praedicamenta ad divina transferri, substantiam, scilicet, et relationem, ipsum philosophum confutaret, affinat et dicit relationem secundum rem esse accidens, ut qualitas et quantitas.

Sic, in hoc sensu negat relationem secundum rem transferri ad divina, non autem secundum formalem rationem habitudinis, quae re ipsa transferitur. Totum perspicue tradit idem Doctor in *I<sup>um</sup>*, distinctione 8<sup>a</sup>, quaestione unica, articulo 2<sup>o</sup>, § 7:

“Debemus enim imaginari quod relatio, quae est genus et unum de decem praedicamentis, potest dupliciter<sup>304</sup> accipi. Uno modo, quoad rem formaliter, et sic non est in Deo ponenda; depuratur ergo ista habitudo, quae est relatio, ab istis conditionibus accidentalibus, et tunc Deo tribuitur<sup>305</sup>”.

Ex quibus verbis potest utique altera deduci solutio et, meo captu, perspicuior, scilicet Resolutum Doctorem tantummodo negare rem relationis, adhuc ut res est ad divina transferri, quatenus imperfectionibus non depurata; non autem sic, si ipsis sit distituta et defecata.

Argues 2<sup>o</sup>. Relatio Paternitatis est praedicamentalis; ergo praedicamentalis relatio non est purus respectus ad aliud. Probatur minor: relatio Paternitatis respicit terminum ipsum generando; ergo, ultra referendi munus, aliud<sup>306</sup> exercet.

Respondetur, concessa maiore, negando minorem. Ad probationem, nego antecedens: non nisi ad actionem generativam attinet respectu ad terminum ut genitum; non autem ad Paternitatem, quae dumtaxat simpliciter et pure suum respicit terminum.

<sup>301</sup> Ioannes Bacconius, *Quaestiones in quatuor libros Sententiarum*, ed. Madrid 1754, I, d. 28, q. 2, art. 4, §2, n. 155, f. 445 b: «Dico quod non est simile, quia res relationis est in rei veritate accidens, sicut qualitas et quantitas, ideo sibi repugnat secundum propriam realitatem transferri ad divina, sicut qualitati et quantitati».

<sup>302</sup> adversus] // p. 125r.

<sup>303</sup> Henrique de Gand (1217-1293).

<sup>304</sup> dupliciter] / p. 125v.

<sup>305</sup> Ioannes Bacconius, *Quaestiones in quatuor libros Sententiarum*, ed. Madrid 1754, I, d. 28, q. 1, art. 4, §2, n. 41, f. 214a-214b: «Debemus enim imaginari quod relatio, quae est genus et unum de decem praedicamentis, potest accipi dupliciter: uno modo quoad rem sui generis formaliter, et sic non est ponenda in Deo [...] depuratur ergo ista habitudo ab istis conditionibus accidentalibus, et hujusmodi, et retinetur praecisa ratio habitudinis, et illa praecisa Deo attribuitur».

<sup>306</sup> ali-ud] // p. 126r.

Argues 3°. Praedicamentalis relatio necessario est forma faciens referre; sed, eo ipso, induit conditionem accidentis; ergo, vel Deo competit, vel forma non est. Probatur minor: dum facit referre, importat, praeter conceptum ‘ad’, conceptum ‘in’; ergo induit accidentis conditionem. Probatur consequentia: conceptus ‘in’ importat inhaerentiam; ergo, dum importat<sup>307</sup> conceptum ‘in’, induit accidentis conditionem.

Respondetur: concessa maiore, distingo minorem: eo ipso induit rationem accidentis in creatis, concedo; in divinis, nego. Ad probationem, concessa antecedente, nego consequentiam. Ad probationem, distingo antecedens: conceptus ‘in’ importat inhaerentiam in creatis, concedo; in divinis, nego. Valde sciamus oportet omnem relationem praedicamentalem, tam creatam quam divinam, innitentiam importare, siquidem nulla est quae, secundum esse ‘in’, non innitur fundamento.

Sed hoc tamen cum discrimine quod esse ‘in’, quod importat relatio creata, est vera inhaerentia, proindeque nulla est quod non sit accidens; esset tamen<sup>308</sup> ‘in’ quod importat relatio divina, non inhaerentia, sed tantum innitentia dicitur, quapropter accidens nequaquam vocari potest.

Contra. Saltem, ex recensitis, relatio praedicamentalis non est simplex respectus ad aliud; ergo stat argumentum. Probatur antecedens: praeter munus referendi ad aliud, quod habet per conceptum ‘ad’, constituit referibile, quod importat per conceptum ‘in’; ergo non est purus respectus ad aliud; potius ergo dicenda est omnis relatio transcendentalis, quam praedicamentalis.

Respondetur negando antecedens. Ad probationem, concessa antecedente, nego consequentiam: quemadmodum praedicamentalis relatio dicit conceptum ‘ad’, ita debet importare<sup>309</sup> conceptum ‘in’, quatenus respicit fundamentum cui innitur; hoc tamen nihil officit simplicitati relationis, cum solum ipsi noceat aliquid peragere ultra referentiam, quoad esse relationis minime pertineat.

Sic se habet causare in relatione causae, generare in relationis actionis generativae, uniri in relatione unionis. Non sic alteri inniti, siquidem, absque innitentia, salvari nequit relatio, cum respiciat suum fundamentum: totum explicat Resolutus in 3<sup>um</sup>, distinctione secunda, quaestione 1<sup>a</sup>, art. 3°, § 2°: “esse ‘in’ et esse ‘ad’ simplicem relationis simplicitatem integrant<sup>310</sup>”.

Resolvimus: relatio praedicamentalis non mutua terminatur ad absolutum<sup>311</sup>. Probatur: relatio praedicamentalis non mutua illa est cujus terminus nullam importat relationem; ergo terminatur ad absolutum.

<sup>307</sup> im-portat] / p. 126v.

<sup>308</sup> tamen] // p. 127r.

<sup>309</sup> importare] / p. 127v.

<sup>310</sup> Ioannes Baconius, *Quaestiones in IV Sententiarum*, ed. Venetiis 1526, III, d. 2, q. 1, art. 3, f. 5r a: «Item. Esse in et esse ad simplicem quidditatem relationis integrant».

<sup>311</sup> absolutum] // p. 128r.



Antecedens liquet in mensurabili et mensura, quae nullam dicit relationem ad mensurabile, esto dicat mensurabile ad mensuram. Probatur consequentia: absolutum illud est quod ita constituitur ut omnem excludat comparisonem ad extrinseca; ergo, si terminus relationis non mutuae relationem non importat, terminatur ab absolutum.

Resolvimus: relatio praedicamentalis mutua terminatur ad relativum. Probatur: relatio praedicamentalis mutua dicitur ea cujus terminus etiam refertur, ut paternitas ad filiationem, filiatio ad paternitatem; ergo<sup>312</sup> terminatur ad relativum.

Probatur consequentia: relativum dicitur ad quod ita dicitur per comparisonem ad extrinseca; ergo, si terminus relationis mutuae re ipsa refertur, praedicamentalis relatio, quae dicitur mutua, terminatur ad relativum.

Resolvimus: adversus Stoicos, nonnullosque philosophos veteres, existere a parte rei, pro statu physico, utramque relationem: praedicamentalem, scilicet, et transcendentalem. Probatur quoad primam partem: ens reale physicum distribuitur in decem praedicamenta, quorum unum est relatio praedicamentalis; ergo existit realiter pro statu physico. Ulterius probatur, ab eo quod paternitas et filiatio realiter<sup>313</sup> extant.

Probatur quoad secundam partem: seclusa qua vis mentis operatione existit causa causando, unio uniendo, actio producendo; sed quaelibet causa, unio vel actio dicitur transcendentalis relatio pro statu physico; ergo existit realiter. Illustratur ab eo quod in Deo dentur Relationes Divinae, tam praedicamentales quam transcendentales, ut orthodoxa exurgit fides<sup>314</sup>.

---

<sup>312</sup> ergo] / p. 128v.

<sup>313</sup> realiter] // p. 129r.

<sup>314</sup> fides] / p. 129v.